



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – SR07

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

RIO DE JANEIRO/RJ/2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPREINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – SR-07

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 134/2013**, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão – *Layout* (SecexAmbiental – 2DT, 12/2013) e das orientações do órgão de controle interno.

RIO DE JANEIRO/RJ/2015



Superintendente Regional
Gustavo Souto Noronha

Chefe da Procuradoria Regional
Carlos Henrique Naegeli Gondim

Chefe da Divisão de Administração
Elza de Oliveira

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Newson Reis Monteiro

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Anida Claudia Dominici Soares

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Paulo César Paz de Mello

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	14
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
2. Planejamento e Resultados Alcançados	15
2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede	15
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	21
2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão	23
3. Acompanhamento dos Principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão	24
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária	24
3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual	24
3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica	34
3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência	36
3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor	38
3.1.5 Indicadores	38
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste	40
3.1.7 Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal	40
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	41
3.2.1 Demonstração da execução física e financeira	41
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	46
3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas	61
3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento	61
3.2.5 Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia	65

3.2.6.	Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados	66
3.2.7	Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária	70
3.2.8	Principais atividades de controle do gestor	74
3.2.9	Demonstração dos resultados dos indicadores	75
3.2.10	Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)	80
3.3	Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	81
3.3.1	Demonstração da execução física e financeira	81
3.3.2	Diagnóstico do déficit de infraestrutura	83
3.3.3	Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento	83
3.3.4	Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento	84
3.3.5	Principais atividades de controle do gestor	89
3.3.6	Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho	90
3.3.7	Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	94
3.3.8	Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul	94
3.3.9	Para as superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)	101
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público	101
4.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência	101
4.2	Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo	102
5.	Gestão de Pessoas	104
5.1	Quantitativo de servidores	104
5.2	Análise da distribuição	105
5.3	Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	106
5.4	Indicadores relacionados	106
6.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	107
6.1	Informações sobre as transferências	107
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados	107

6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos	108
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade	99
6.5	Principais Receitas e Despesas	113
7.	Controles Internos	114
7.1	Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos	114
7.2	Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal	114
7.3	Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas	114
7.4	Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV	118
7.5	Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente	118
7.6	Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência	118
7.7	Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário	119
8	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	119
8.1	De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU	119
8.2	De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU	119
8.3	Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012	120
8.4	Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.926/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis	120
ANEXOS		121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da UJ	14
Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1	15
Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2	17
Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3	18
Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4	19
Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5	20
Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6	20
Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira	21
Quadro 9 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	24
Quadro 10 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar	25
Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	41
Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar	42
Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	81
Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar	82
Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	124

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Valores da Ação Orçamentária 2105	27
Tabela 2.	Dados do Gerenciamento e Cadastro Rural	27
Tabela 3.	Documentação Processada pela DF-SR-07	30
Tabela 4.	Movimentação de Processos	30
Tabela 5.	Nº de Processos relativos a Certificações, SNCI e SIGEF	34
Tabela 6.	Ação de Georreferenciamento	34
Tabela 7.	Projetos de Assentamento Georreferenciados	35
Tabela 8.	Outras áreas georreferenciadas	35
Tabela 9.	Metas da Ação Quilombola	36
Tabela 10.	Ação Quilombola	37
Tabela 11.	Definição da menor área (medida ou registrada) para contabilização de metas	44
Tabela 12.	Vistoria para obtenção de Imóveis Rurais – Avaliação e ECGR	47
Tabela 13.	Outras Vistorias que Contam para a Meta	48
Tabela 14.	Elaboração de Cadeias Dominiais	49
Tabela 15.	Perícias Judiciais	49
Tabela 16.	Planilha de Preços Referenciais de Terra	50
Tabela 17.	Processos de obtenção de terras abertos na SR(07) e ainda não concluídos	54
Tabela 18.	Número de imóveis rurais em obtenção pela SR(07) por Região	59
Tabela 19.	Imóveis vistoriados em 2014, com discriminação das modalidades de obtenção e custo médio por hectare	59
Tabela 20.	Relação de Projetos de Assentamento e data de repasse de informação	63
Tabela 21.	Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados	66
Tabela 22.	Lista de Imóveis desapropriados para fins de registro pela Contabilidade	67
Tabela 23.	Execução Física 2014 e Planejamento 2015 na Ação 211A	70
Tabela 24.	Projetos de Assentamento criados em 2014	71
Tabela 25.	Número de acampados inscritos no CadÚnico	73
Tabela 26.	Valores de Benfeitorias, Sobras de TDAs e TDAs da SR(07) nos anos de 2012 e 2013	76
Tabela 27.	Valor Total de Indenização ou pagamento no período de 2011 a 2014	76
Tabela 28.	Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos	77
Tabela 29.	Cálculo dos índices b) e c)	79
Tabela 30.	Execução dos Recursos Modalidades Aquisição e Recuperação de Materiais de Construção	87
Tabela 31.	Servidores Lotados na ATES	94
Tabela 32.	Características dos Contratos firmados entre as Prestadoras de ATES e o INCRA-RJ – TA 15.004/2013 (CEDRO) e TA 17.004/2013 (COOPERAR)	96
Tabela 33.	Sumário das atividades executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ e correlatas	97
Tabela 34.	Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/13 a 22/12/14	98
Tabela 35.	Itens de qualidade e graus de satisfação dos assentados com os serviços prestados pelas Cooperativas (2014)	99
Tabela 36.	Graus de satisfação dos assentados com os serviços prestados pelas Cooperativas por assentamento (2014)	100
Tabela 37.	Demanda da Sala da Cidadania Digital	102
Tabela 38.	Número de servidores por divisão	105
Tabela 39.	Informações sobre controle de mão-de-obra Terceirizada	105
Tabela 40.	Percentual Médio de Acertos dos Dados	116

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão 2014 individual do INCRA do Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa TCU Nº 134, de 4 de dezembro de 2013, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e Portaria TCU nº 3/2015.

Os itens relativos às Superintendências das regiões Norte e Nordeste, assim como para os itens ligados à Superintendência Regional localizadas em área de fronteira internacional, foram mantidos no texto, contendo apenas a informação “não se aplica”, pois estamos localizados na região Sudeste.

No exercício de 2014 a Superintendência do INCRA no Estado do Rio de Janeiro obteve alguns resultados bastante exitosos.

Foram criados os dois primeiros assentamentos em modalidade ambientalmente diferenciada, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira e Sebastião Lan 2. Reafirmando deste modo o compromisso institucional de buscar a transição agroecológica e a construção de novos paradigmas concatenando a produção de alimentos com a práticas ambientalmente sustentáveis.

Concluiu-se e foi inaugurada a primeira unidade de beneficiamento e processamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar mascavo, melado e rapadura para atender os assentados dos Projetos de Assentamento Che Guevara (70 famílias) e Ilha Grande (54 famílias). Deste modo, reforçou ainda mais o caráter cooperativo e atuação conjunta das duas comunidades através de um processo agregador de valor e gerador de renda.

Realizou-se mais uma edição da feira estadual da reforma agrária estimulando a comercialização dos produtos dos assentamentos. Nesta edição estiveram presentes cerca de 118 famílias de beneficiários da Reforma Agrária, de 22 assentamentos, inclusive de fora do estado puderam expor seus produtos.

Não obstante estes diversos avanços, também foi concluída a ponte que interliga Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana no interior do assentamento Zumbi dos Palmares situado nos dois municípios. Antiga reivindicação dos trabalhadores rurais do assentamento a ponte facilitará o escoamento da produção e a chegada de políticas públicas como o Programa Nacional de Habitação Rural (Minha casa, minha vida). A ponte beneficia diretamente as 506 famílias ali assentadas e indiretamente os habitantes dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana.

Por fim, após extensa negociação foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta entre o INCRA, União, Marinha do Brasil, Ministério Público Federal e Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia, que permitirá a regularização dos Quilombolas residentes na ilha preservando os interesses de segurança nacional e ambientais.

As principais dificuldades encontradas para execução dos objetivos e metas propostas para o ano de 2014 foram:

O corpo funcional aquém das reais necessidades da Superintendência Regional;

As dificuldades junto ao poder judiciário para obter imissão na posse nas ações de desapropriação;
Redução do quadro da Procuradoria Federal Especializada junto a esta SR;
E as constantes redefinições de planejamento ocorridas em âmbito nacional.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
CNPJ: 00375972/0009-18		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2224-6363 ou 2224-2193	
Endereço eletrônico: canalrh.rj@rjo.incra.gov.br , cidadania_rj@rjo.incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Conceição, nº 69 – 24º ANDAR – Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20051-011		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373062	Superintendência Regional do Rio de Janeiro – SR-07	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Superintendência Regional do Rio de Janeiro – SR-07	

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede

Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	383	0
Número de famílias atendidas com assistência técnica	1.926	1.926
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	29	250
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	07	551
Número de créditos instalação supervisionados	21	21
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	6	22(*)
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR (**)	10	04
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	54	54
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	0	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
Não houve concessão de crédito instalação devido ao não repasse das verbas por parte da Sede. Aguardamos o posicionamento para o ano de 2015.		
O número de famílias atendidas com ATEs previsto foi o realizado. O contrato vigente, finalizou em dez/14. Os técnicos da ATEs estão elaborando a chamada pública para 2015.		
O Terra Sol trabalhou em duas ações: a Feira da Reforma Agrária com 118 famílias expondo e vendendo seus produtos e com o início da operacionalização da Fábrica de açúcar mascavo, que beneficiou diretamente outras 132 famílias, totalizando 250 famílias beneficiadas pela ação.		
Em 2014, houve a conclusão das obras de recuperação das estradas do PA Zumbi dos Palmares (506) e o início das obras de recuperação de estrada no PA Francisco Julião (47 famílias), beneficiando no total 551 famílias.		
21 famílias receberam o crédito antigo para construção de casas e esse crédito entrou na ação de supervisão.		
(*) 01 ação de valorização de ativos ambientais e promoção de atividades produtivas, 05 ações de monitoramento ambiental e 16 ações de recuperação de áreas degradadas. O número de Assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental foi bastante superior à meta devido, principalmente, às articulações interinstitucionais. O tema será melhor contemplado em item específico		

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
(**) No Caderno de Metas houve a digitação errada de 0 valores para o CAR, na realidade está trocado os valores de PRA e de CAR. O correto é: meta de 2014 para PRA: zero e meta de CAR para 2014: 10 CAR inseridos. O número de assentamentos com regularização ambiental requerida no SiCAR foi inferior ao planejado devido à assinatura de Termo de Execução Descentralizada junto a UFLA conforme explicação detalhada em item específico.		
Durante 2014, não houve novas desistências no curso superior de Serviço Social, e espera-se para o ano de 2015 a formatura dos 54 alunos do curso.		
c) Resultados Estratégicos Previstos:		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 1 teve avanços quanto a ação Terra Sol e Infraestrutura, conforme citado acima. No entanto, a concessão de crédito ficou prejudicada pela não liberação dos recursos pela Sede. Já a inserção dos PAs no CAR sofreu alterações no seu cronograma devido ao convênio estabelecido com a UFLA, mas que será benéfico para o futuro.	Algumas das atividades desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo neste objetivo ao longo de 2015, destacando-se o convênio estabelecido com a UFLA para o CAR, a chamada pública de ATER a ser realizada em 2015, o Pronera com a eventual formação de alunos 54 alunos. Será realizada a revisão das metas dos indicadores para o exercício 2015, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do INCRA.	A continuação da ATER iniciada pela chamada pública de 2015, o lançamento de novos cursos de Pronera, uma vez que espera-se que em 2015 sejam formados 54 alunos em Serviço Social. A continuidade da Feira da Reforma Agrária. Na revisão do caderno de metas de 2015, será elaborada uma previsão de meta para os indicadores em 2016.

Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	4200	4284
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	24.852	41.466
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Meta da Sede	Meta da Sede
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	27	04
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	29	60
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	0	119
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Não se aplica	Não se aplica
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	0	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
A meta de atualizações cadastrais foi superada assim como a de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizadas. Esses objetivos foram alcançados devido a expansão das UMCs nos municípios. As interfaces criadas na página do Incra, permitiram o acesso de qualquer ponto do Brasil, evitando os deslocamentos às sedes das superintendências nos estados, facilitando e aumentando os atendimentos.		
Esta ação teve suas metas superestimadas em função de uma divergência conceitual. Computou-se como meta todos os trabalhos desenvolvidos pela DF/RJ (vistorias, delimitação de Territórios Quilombolas e certificação de PA's). Quando na verdade deveria se computar apenas o Georreferenciamento dos PA's. Por isso a meta realizada sofreu uma drástica redução.		
Em 2014, foram concluídas a demarcação de 60 lotes, superando a meta em mais de 148%.		
Não houve regularização de imóveis rurais no RJ, mas a licitação para a higienização do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz foi concluída e permitirá em 2015 dar continuidade a estes trabalhos.		
Foram emitidos 119 títulos, sendo 79 CCUs e 40 CCDRU.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 2 teve avanços quanto a ação de atualizações cadastrais e fiscalização cadastral, conforme citado acima. No entanto, a meta de georreferenciamento não foi alcançada devido ao equívoco com o conceito de georreferenciamento. A superação da meta de demarcação dos lotes e a emissão de títulos ajudam a tornar realidade a política de governança fundiária.	Algumas das atividades desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo neste objetivo ao longo de 2015, destacando-se o treinamento e a expansão da rede de UMCs. O início da higienização do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz, permitirá finalmente começarmos a regularizar estas áreas acabando com um passivo enorme.	Continuidade dos trabalhos de expansão e treinamento das UMCs até atingirmos todos os municípios do RJ. Continuação e término da higienização do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz, permitindo o maior número possível de regularizações fundiárias. Na revisão do caderno de metas de 2015, será elaborada uma previsão de meta para os indicadores em 2016.

Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados (ha)	3.800,00	5.952,6966
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	2	0
Número de famílias assentadas	480	524
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	135	136
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
A meta prevista era de 3.800,0000ha de área para serem vistoriados e avaliados a fim de obter imóveis rurais para a implantação de assentamentos de reforma agrária e vistoriou-se um quantitativo de área superior ao previsto, 5.952,6996ha, considerando sempre a menor área, medida ou registrada. Portanto, a margem de execução física foi de 156,69%. As áreas não vistoriadas em 2014 em razão do curto prazo de tempo serão vistoriadas em 2015. Com a obtenção dessa área, no mínimo, 200 famílias teriam acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária. A meta era de elaborar 02 cadeias dominiais, entretanto, embora não tenha sido possível a conclusão dos estudos, encontram-se em elaboração quatro processos. A não conclusão dos estudos decorreu dos entraves encontrados nos cartórios, da complexidade para análise das certidões e da falta de clareza, por meio de uma normativa, quanto à competência acerca da elaboração de cadeia dominial, que se deu somente em novembro de 2014, com a publicação da Instrução Normativa nº 81, de 21 de novembro de 2014. A partir de capacitação dos técnicos será possível maior eficácia da ação. Em termos de famílias assentadas, previa-se realizar a homologação de 480 famílias, homologou-se um total de 524 famílias, das quais 49 famílias em áreas onerosas, 435 famílias em áreas não onerosas e 40 famílias por meio de reassentamentos. Todas essas famílias aguardam as demais políticas públicas para que possam, de fato, desenvolver as atividades de forma sustentável, superando a pobreza e possuindo uma melhor qualidade de vida.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 3 teve avanços quanto a ação de Vistoria, Famílias assentadas e supervisão ocupacional. No entanto, a elaboração de cadeia dominial ficou prejudicada pela falta de clareza da norma e curso de capacitação dos técnicos.	Vistoriar as áreas que não foram vistoriadas em 2014, provavelmente assentando 200 novas famílias. Elaborar as 02 cadeias dominiais de 2014 e tornar uma ação regular após a capacitação dos técnicos, dando agilidade aos processos de obtenção. Continuar com as ações de supervisão ocupacional a fim de garantir a função social da propriedade	Manter a ação de Supervisão Ocupacional que é essencial a manutenção da função social da terra, pela ocupação dos lotes de forma regular e racional. Elencar as áreas prioritárias para a Reforma Agrária para o novo Plano Plurianual. Na revisão do caderno de metas de 2015, será elaborada uma previsão de meta para os indicadores em 2016.

Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4

Objetivo Estratégico 04: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	99	0 - Zero
Número de mulheres beneficiárias com ATER		
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
Não conseguimos realizar a meta de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher, uma vez que a Sede não disponibilizou os recursos necessários para tal.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 4, a SR-07 fez o levantamento de quantas mulheres estariam aptas a receber o Fomento Mulher. No entanto, a meta não foi cumprida, pois a sede não disponibilizou os recursos para tal.	Em face do assentamento de 524 novas famílias em 2014, fazer novo levantamento para saber quantas mulheres estariam aptas ao Fomento Mulher na SR-07 e encaminhar para Brasília. Caso haja disponibilidade de recursos, tentaremos alcançar a nova meta que será estabelecida.	Continuar a prospectar as mulheres aptas ao Fomento Mulher sempre que um novo assentamento for criado. Na revisão do caderno de metas de 2015, será elaborada uma previsão de meta para os indicadores em 2016.

Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	0	0
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	513,60	513,48
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	2	2
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	1	1
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	0	0
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	0	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
Foram reconhecidas as áreas de Sacopã, área de 0,64 ha, com 09 famílias, localizado no Rio de Janeiro/RJ e Cabral, área de 512,84 ha, com 43 famílias, localizado em Paraty. A diferença do total de área deve-se a acertos de perímetro.		
Foram concluídos 02 relatórios antropológicos: Prodígio, com 30 famílias, localizado em Araruama/RJ e Boa Esperança, com 80 famílias, no município de Areal/RJ		
A meta foi atingida com a publicação do RTID de Cruzeirinho, com 37 famílias, localizada no município de Natividade/RJ		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo - 2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 5 teve avanços quanto aos hectares decretados para reconhecimento de territórios quilombolas, assim como no número de RTID publicados. Neste ano, não foram titulados nenhum quilombo.	Elaborar mais um Relatório Antropológico e decretar novas áreas para a ação de Quilombo	Na revisão do caderno de metas de 2015, será elaborada uma previsão de meta para os indicadores em 2016.

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6

Objetivo Estratégico 06: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos) *	-	80
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
* Não se aplica, pois essa meta não existe no Caderno de Metas do INCRA, apenas a meta de assentamento de famílias em geral.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira.

Ação Orçamentária	Meta Orçamentária (R\$)	Provisão Recebida (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)	Valores Pagos (R\$)
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	58.683,00	122.287,63	104.928,21	70.996,70	70.996,70
2105 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	22.433,00	25.774,00	R\$ 21.789,89	20.089,89	20.089,89
0427 - Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	-	-	-	-	-
210S - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	2.018.558,00	2.303.019,48	2.292.592,38	2.231.874,83	1.464.958,86
210T - Promoção da educação no campo	321.963,00	25.775,81	R\$ 25.775,81	24.754,93	R\$ 24.403,00
210U - Organização da estrutura fundiária	23.003,00	912.923,40	917.197,55	10.835,98	10.835,98
211A - Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais	464.837,00	601.737,00	585.398,88	515.698,89	365.447,80
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	-	-	-	-	-
2000 - Administração da unidade	7.807.529,72	5.431.114,32	5.421.753,36	4.425.297,26	3.910.832,45

O exercício de 2014 representa o cume de uma empreitada administrativa no sentido de melhorar a relação execução/programação no âmbito orçamentário. A capacidade operacional do INCRA como um todo, e da Superintendência Regional do Rio de Janeiro em particular, está aquém do ideal. As inúmeras obrigações colocadas à autarquia ao longo dos anos, sem uma adequação da estrutura organizativa do instituto, colocaram a autarquia com uma demanda bastante superior à sua capacidade de execução. Assim, demandaram-se algumas ações que buscassem minorar estes entraves.

O INCRA é um órgão cuja eficiência e eficácia do trabalho estão diretamente associadas à capacidade da autarquia se fazer presente nos municípios do interior, por meio da articulação institucional com as Prefeituras e com o Governo do Estado visando as parcerias para a gestão da malha fundiária através da implantação das Unidades Municipais de Cadastro, da fiscalização da função social das propriedades rurais, da regularização de territórios quilombolas, da implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, entre outras atividades de menor destaque. Desta forma, a articulação interinstitucional foi fundamental no exercício de 2014.

A Superintendência tinha a carência no seu quadro de pessoal de profissional com habilitação em engenharia civil, contando apenas com o apoio eventual de outras SRs e a própria Sede, o que em muito dificultava a implantação de obras de infraestrutura nos Projetos de Assentamento. No entanto, em setembro/13, o problema foi amenizado com a lotação definitiva de um profissional com habilitação em engenharia civil. Todavia este mesmo profissional tem apresentado problemas de saúde e se encontra com sua capacidade laborativa reduzida.

A SR-07/RJ utiliza os indicadores estabelecidos pelo PPA 2012-2015 e as metas estabelecidas no Plano de Ação 2014 para todas suas ações e sub-ações. Portanto, a gestão é avaliada conforme os parâmetros estabelecidos nestes documentos. Semanalmente, nas reuniões do CDR – Comitê de Decisão Regional, presidido pelo Superintendente Regional, juntamente com

todos os Chefes de Divisão é feita uma avaliação do desenvolvimento das metas, bem como da busca de soluções que permitam que as mesmas sejam cumpridas.

Conforme o quadro acima, podemos depreender que as metas orçamentárias nas ações 210Z, 2105, 210S, 210U, 211A foram superadas pelas provisões recebidas o que denota um esforço na superação dos limites impostos pela conjuntura acima descrita.

Nas ações orçamentárias 210Z, 2105, 210S, 210U, 211A, 210T as diferenças ocorridas entre os montantes empenhados e a liquidação dos respectivos valores se deveu ao encerramento do exercício com o conseqüente pagamento.

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

Após o encerramento do exercício de 2014 avaliamos que a corrente gestão, na mesma medida em que revelou potencialidades também revelou suas limitações. Em um esforço contínuo de não deixar exaurir esta via de gestão da administração pública iniciaremos ao longo do exercício de 2015 um processo de reformulação do modelo em uso.

Ao longo do exercício de 2014 foram testadas diversas metodologias de gestão. Em um esforço contínuo de aprimoramento estamos esperando consolidar ao longo do exercício de 2015 uma gestão instrumentalizada que nos permita melhorar o atendimento ao público da reforma agrária e aprimorar o acompanhamento dos serviços prestados aos demandantes.

3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

Este item foi respondido de acordo com as orientações da Decisão Normativa – TCU Nº 134, de dezembro de 2013 – Parte C.

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual

Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária (R\$)	Provisão Recebida (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Restos a Pagar (R\$)
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	4200	3912	22.433,00	25.774,00	21.789,89	20.089,89	20.089,89	1.700,00
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	Meta da Sede							
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	0	0	12.794,00	906.014,00	905.290,75	1.640,75	1.640,75	903.650,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	27	04	6.909,00	6.909,40	6.296,80	5.895,22	5.895,22	401,58
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	0	0	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	513,6	513,84	58.683,00	122.287,63	104.928,21	70.996,70	70.996,70	33.931,51
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare	0	0	-	-	-	-	-	-

Quadro 10: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos R\$	RAP Cancelados R\$	RAP Pagos R\$	RAP a pagar R\$
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade		7.000,00	-	4.862,73	2.137,27
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade		-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade		3.870,00	-	3.870,00	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade		269,25	-	269,25	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare		-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare		13.078,50	-	2.878,50	10.200,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare		-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

1. A Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

O gerenciamento do cadastro rural, tem como finalidade auferir a qualidade e funcionalidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiros; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de Reforma Agrária. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Para que se atinja a finalidade da Ação, ela tem de proporcionar os seguintes resultados concretos:

- a) Captação, análise e crítica dos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
- b) Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da taxa de serviço cadastral e intercâmbio de informações entre INCRA e os Serviços Registrais;
- c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
- d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

As metas para 2014 foram estabelecidas com base na infra-estrutura e capacidade operacional da SR. Como já dissemos anteriormente, priorizamos a expansão da rede de UMC's e a capacitação dos representantes municipais a fim de melhorar o atendimento aos detentores de imóveis rurais e evitar a sobrecarga de atendimento da Sala da Cidadania na SR. Face a contenção de recursos que estava prevista para o exercício, estabelecemos uma meta modesta com a implantação de 2 UMC's, renovação de pelo menos 1 termo de cooperação técnica com Prefeituras e a capacitação de 12 representantes municipais.

O resultado superou as expectativas, considerando a meta prevista, a contenção de gastos e as dificuldades com a liberação dos recursos financeiros quando solicitados pela SR. Não só cumprimos como superamos as metas. Conseguimos a expansão da rede de UMC's, renovamos Termos de Cooperação e capacitamos representantes Municipais.

Inicialmente pactuamos com a Diretoria Fundiária/BSB um determinado orçamento, cuja previsão recebida foi R\$ 25.774,00. Deste montante utilizamos R\$ 20.089,89 para o cumprimento da meta já detalhada. A diferença entre recursos programados e liberados seria utilizada em visitas

as Prefeituras que responderam positivamente a renovação de implantação de UMC's, resultado de um trabalho de comunicação através de correspondência e via web com aqueles entes Públicos.

Tabela 1 – Valores da Ação Orçamentária 2105

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	25.774,00	21.789,89	20.089,89

Fonte: Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e Orçamentária

Uma análise crítica sobre o desenvolvimento das atividades inerentes ao Gerenciamento do Cadastro Rural expõe a fragilidade da infraestrutura da Superintendência, quer seja pela quantidade e pela precariedade de sua frota de veículos. Mas o grande vilão é sem dúvidas a liberação dos recursos financeiros pela Sede/BSB, que além de reduzir os valores programados, não liberou no tempo solicitado. Apesar disso, os recursos liberados foram suficientes para atender a demanda programada para a Ação. Apenas não foram liberados nos prazos definidos, acarretando uma série de problemas, uma vez que os contatos e ações eram com outros Órgãos, cujos Prefeitos e Secretários Municipais não dispunham de datas para re-agendar novas reuniões com os técnicos do INCRA. Isto prejudicou a qualidade no processo de capacitação dos UMC's e diminuiu a eficiência na incorporação de outras atividades.

Detectamos como reflexo do contingenciamento o retardamento na liberação dos recursos financeiros, causando um acúmulo de atividades no final do ano, comprometendo outras atividades que poderiam ser desenvolvidas e ampliadas com o mesmo recurso. Não houve qualquer prejuízo em função dos recursos colocados como resto a pagar.

A estratégia para o próximo exercício será fortalecer a comunicação com as Prefeituras no segundo trimestre a fim de formatar um quadro da situação das diversas UMC's, bem como o interesse das Prefeituras na implantação de novas unidades. Esta fase não necessitará de recursos financeiros. Em seguida, de posse das informações colhidas junto as Prefeituras, estabeleceremos um cronograma físico financeiro com duas vertentes. Uma focará na expansão da rede de UMC's, com visita de técnicos àquelas Prefeituras que responderam positivamente ao contato inicial, a fim de buscar o engajamento dessas ao processo de ampliação das UMC's no estado. Na outra ponta a formatação de 04 Pólos de Treinamento e Supervisão no Estado. Seria uma forma de otimizar os recursos e tempos dos técnicos, promovendo ações junto aos representantes Municipais. Os Pólos seriam definidos estrategicamente no estado de modo a permitir a presença massiva dos UMC's daquelas regiões.

Tabela 2 – Dados do Gerenciamento e Cadastro Rural

Descrição	Programado	Realizado
Expansão da Rede Nacional de Cadastro Rural – UMC	2	2
Renovação de Termos de Cooperação Técnica	1	10
Capacitação de Representantes Municipais – UMCs	12	27
Atualização Cadastral	4200	4284
Emissão de CCIR – SNCR/Web	-	13.041
Emissão de CCIR – Internet	-	28.425

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR-07 e Wiki Incra.

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE UMC'S

Em 2014, foi priorizada a ampliação das UMC's no Estado. O primeiro passo foi à formalização de convites as Prefeituras Municipais através de ofício, onde foram prestados todos os esclarecimentos necessários, bem como enfatizada a importância desta ação para os detentores de imóveis rurais locais.

A segunda etapa somente foi possível ser efetivada de forma precária no último trimestre, em função do contingenciamento e do atraso na liberação dos recursos destinados a esta ação. Com todos os problemas de recursos e infra-estrutura da SR, conseguimos atingir e suplantar a meta, graças a dedicação e experiência dos técnicos da Divisão Fundiária.

Expandimos a rede de UMC's no Estado com a implantação de duas unidades, nos Municípios de Cantagalo e Quatis.

Através de contatos através da Web e visitas aos Municípios foi possível renovar 10 Termos de Cooperação Técnica habilitando o funcionamento de 10 unidades UMC's: Araruama, Barra do Piraí, Barra Mansa, Cachoeira de Macacu, Itaocara, Paraíba do Sul, Rio Bonito, Rio Claro, Saquarema e Seropédica.

Como parte da estratégia utilizada em 2013, avaliamos o desempenho das UMC's ao longo do exercício 2014 para definir o local onde seriam instalados os dois Pólos de Treinamento e Capacitação. Dessa forma conseguimos mobilizar um quantitativo de 27 representantes das Prefeituras de: Angra dos Reis, Araruama, Barra Mansa, Barra do Piraí, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Itaguaí, Itaperuna, Japeri, Macaé, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Piraí, Quatis, Quissamã, Rio Bonito, Saquarema, Seropédica, Silva Jardim, Santa Maria Madalena e Volta Redonda.

AQUISIÇÕES DE TERRAS POR ESTRANGEIROS

Em 2014, continuamos com a atualização e depuração do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, com foco na Aquisição de Imóvel rural por Estrangeiro. Ainda utilizando os dados fornecidos pela Diretoria Fundiária/BSB, as informações obtidas junto aos Serviços Registrais e os raros pedidos de autorização para aquisição de IR por pessoa estrangeira, trabalhamos com um universo de 280 processos.

Iniciamos os procedimentos nestes processos com dois servidores, que após análise e os devidos enquadramentos na legislação resultaram em 258 comunicações aos adquirentes, a fim de que prestassem informações que comprovassem e atestassem a legalidade da compra. O resultado não foi muito promissor face da falta de atualização de endereços no SNCR, que ocasionou o retorno da grande maioria dos ofícios sem que o interessado houvesse tomado ciência de seu conteúdo. Sem alternativa para prosseguir, os processos foram arquivados e os códigos dos imóveis inibidos, seguindo orientação da Diretoria Fundiária/BSB.

Aproveitou-se o deslocamento de técnicos para o treinamento dos UMC's e inserimos mais um técnico na equipe para que este ficasse responsável pelo contato direto com os serviços Registrais para esclarecimento e orientações sobre os procedimentos legais para registro de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

FISCALIZAÇÃO CADASTRAL

A Diretoria Fundiária no início de 2013 deflagrou o Plano de Ação 2013/2104, com objetivo de finalizar os processos de Fiscalização Cadastral referentes à Portaria 12/2006. Na Superintendência foram formalizados 32 processos, todos tendo como alvo as Usinas Cupim e Barcelos.

As formalidades legais foram adotadas e conduzimos os trabalhos conforme determina o Manual de Fiscalização. Resumindo a estória, todos os processos foram arquivados e reabertos, foram feitas várias notificações, por motivos diversos e nenhuma delas respondidas adequadamente.

Houve deslocamento de técnicos aos Serviços Registrais para verificação de Livros Cartoriais na busca de documentação e certidões para elaboração da cadeia dominial, a fim de atestar a legalidade do domínio daqueles imóveis rurais. Esta fase estava em curso quando os estabelecimentos conseguiram sentença na justiça para o arquivamento dos novos processos e desinibição dos códigos. A PFE orientou o estrito cumprimento daquele ato judicial, mesmo sem a finalização do procedimento estabelecido pelo manual para a fiscalização cadastral daqueles imóveis rurais.

Ainda existe um passivo de longa data de processos de fiscalização cadastral, que foram formalizados em 2004/2005, sem que os proprietários tivessem atendido as notificações do INCRA. Estes imóveis rurais estão com seus códigos inibidos e serão alvo da divisão Fundiária no próximo exercício.

Os problemas mais comuns nesta atividade estão relacionados a falta de interesse do proprietário em atender as notificações da Autarquia para que apresentem documentação de dominialidade e dados de produção.

A única estratégia utilizada é a inibição do código de imóvel, que não surte o efeito desejado. Também notificamos os Serviços Registrais para que nos enviem certidões referentes aos imóveis sob fiscalização.

FISCALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS

A Lei 10.267/2001 estabeleceu a comunicação efetiva do INCRA com os Serviços Registrais na troca de informações, uma vez que estes foram obrigados a informar mensalmente todas as alterações nos registros de transmissões de imóveis rurais. A informação obtida é processada e analisada por técnicos da Divisão Fundiária. Nos casos em que se detecta uma possível irregularidade, é feita imediata comunicação a Corregedoria Geral para que se proceda à investigação daquele Serviço Registra.

As irregularidades mais frequentes são as de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, abaixo da fração mínima de parcelamento – FMP e parcelamento de imóveis com fins de formar condomínios.

Enfrentamos um grave problema que torna inócua a atuação do INCRA nesta atividade. Quando detectado a irregularidade, formalizamos processo onde todos os procedimentos são seguidos, culminando com a comunicação a Corregedoria Geral. Esta, em vez de se posicionar com

base na documentação apresentada pelo INCRA e na justificativa dos Serviços Registrais, resolve encaminhar a documentação ao INCRA novamente para ciência e manifestação sobre a resposta dos Serviços Registrais, estabelecendo um contraditório que não está prescrito nas normas. Também existe a posição da PFE que não atende ao pedido do INCRA para mover uma ação de anulação do Registro irregular, conforme preceituam as normativas.

A estratégia de ação resume-se em estreitar os contatos entre a PFE e a Corregedoria Geral, a fim de estabelecer um procedimento menos burocrático e mais eficaz para sanar os impasses narrados.

Tabela 3 – Documentação Processada pela DF-SR-07

Descrição da Atividade	Nº Processos / Ofícios
Processos Formalizados (irregularidades)	42
Ofícios Expedidos (Corregedoria Geral / MPF)	19
Ofícios Expedidos para Atualização (Contribuinte)	581
Ofícios Expedidos para Estrangeiros (Contribuinte)	68
Recursos Financeiros	0

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR-07

RESUMO GERAL DA MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

Abaixo transcrevemos o resumo dos processos que foram formalizados, analisados e concluídos pelos servidores da Divisão Fundiária no exercício 2014. Neste resumo estão todas as atividades desenvolvidas na Divisão: Informações oriundas do SNCR (solicitadas pelo MPF, Justiça do Trabalho, Órgãos Públicos e Entidades Privadas, Bancos, proprietários...), Cancelamentos de Cadastro no SNCR de imóveis rurais localizados em zona urbana por descaracterização e Imóvel Rural, Certificação, Aquisição por estrangeiro, Fiscalização Cadastral, regularização Fundiária, Dados Cartográficos e outros...

Tabela 4 – Movimentação de Processos

Descrição	Nº Processos	Média Análise	Proc. Analisados
Cadastro/Informações	218	4	872
Cancelamento SNCR	275	4	1100
Cartografia / Plantas e Memorial	110	1	110
Certificação	124	2	248
Aquisição de IR por Estrangeiro	280	3	840
Fiscalização Cadastral	51	8	408
Regularização Fundiária	119	1	119
Parcelamento do Solo	13	5	65
Outros	5	1	5
Total de Processos Formalizados	1195		
Total de Análises			3767

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR-07

Média Análise é quantas vezes o técnico se manifesta nos processos antes de seu arquivamento. Não está computado na tabela acima: os atendimentos dos encaminhamentos da Sala da Cidadania (278) e os documentos que foram respondidos sem a necessidade de formalização de processos (472).

2. Ação 210U - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Demarcação do perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz - FNSC

O processo se encontra novamente na Superintendência Regional do INCRA/RJ após passar pelo INCRA sede (Brasília-DF) para análise, aprovação e autorização e liberação dos recursos. A área estimada é de 78.884 hectares.

A demarcação é indispensável para determinar se um imóvel está de fato dentro da área da Fazenda Nacional de Santa Cruz e a partir daí ter sua ocupação regularizada. Inicialmente os recursos estimados para a realização deste trabalho são da ordem de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

Recuperação do acervo da Faz. Nacional de Santa Cruz, com inclusão no SIGEF

O processo da recuperação do acervo, aberto em 2014 foi licitado na modalidade pregão eletrônico em dezembro de 2014 e encontra-se em preparação para a contratação da empresa vencedora. O processo completo incluirá higienização, recuperação, catalogação, digitalização de todos os documentos constantes do acervo. No caso particular das plantas e mapas ainda será necessária a vetorização e inclusão no SIGEF de forma a permitir a integração aos demais produtos já em uso por parte do INCRA.

Os valores previstos inicialmente eram da ordem de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), no entanto segundo consta a folha 243 do processo de licitação INCRA 54180.000254/20014-90, a proposta vencedora ficou pelo valor de R\$ 1.603.500 (Hum milhão, seiscentos e três mil e quinhentos reais). É importante frisar que embora a licitação dos serviços de recuperação do acervo da FNSC tenha sido concluído em 2014, os trabalhos somente terão início em 2015. Foi destinado o valor de R\$ 900.000,00 em restos a pagar, para início dos trabalhos, ficando o restante para ser liberado no decorrer de 2015.

As demais atividades finalísticas referentes à Fazenda Nacional de Santa Cruz se encontram em maior ou menor grau dependentes da conclusão dessas duas atividades iniciais.

Trabalho de campo da Fazenda Nacional de Santa Cruz

Os trabalhos de campo da Fazenda Nacional de Santa Cruz foram extremamente restritos ao longo do ano de 2014 sobretudo pela situação de indefinição tanto com relação ao perímetro externo da área a ser efetivamente demarcado com precisão, como pela necessidade da higienização, digitalização e principalmente catalogação e organização do acervo, para permitir uma consulta eficiente aos registros em questão. Ainda assim, foram feitas 08 vistorias no

município do Rio de Janeiro, na região de Santa Cruz e 01 vistoria em Itaguaí, totalizando pouco mais de 107 hectares.

No conjunto de 08 vistorias os ocupantes não comprovaram a qualquer título a ocupação efetiva dos imóveis e no último processo falta a juntada de documentos mais conclusivos sobre a questão sucessória dos atuais ocupantes em relação aos ocupantes originais que estejam registrados no INCRA.

Registre-se que, existe orientação do INCRA sede no sentido de não se proceder a regularização de áreas urbanas no momento, motivo pelo qual não foram feitas vistorias nesse tipo de imóvel.

Titulação de imóveis rurais

A titulação, dependente de vistorias semelhantes às citadas acima, não foi efetivada pelos motivos já apontados: falta de condições de consultar o acervo, inexistência de um perímetro externo demarcado e claro, a não realização de vistorias de campo em quaisquer imóveis que permitissem a conclusão do processo através da competente emissão de título.

No entanto, é preciso informar que 122 processos solicitando regularização de áreas no âmbito da Fazenda Nacional de Santa Cruz aguardam o desfecho das atividades anteriores para terem seu prosseguimento normal. Esse é, o passivo imediato identificado junto ao setor de regularização da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Destinação de área urbana da Fazenda Nacional de Santa Cruz

Da área total de 78.884 hectares, cerca de 14.950 hectares são ocupados hoje de forma urbana, com destaque para os municípios do Rio de Janeiro e de Seropédica. O Gabinete desta Superintendência se reuniu com representantes dos municípios e tem conduzido negociações e estudos visando destinar as áreas urbanas em bloco, o que eventualmente poderá ser feito em favor de outro ente público desde que se encontre a correta adequação jurídica.

Em 2014, levantou-se o perímetro da área urbana do Município de Seropédica, que se encontra inserido na F.N.S.C. Formalizamos processo e se encontra em análise junto a PFE, a fim de definir a forma legal de repasse dessas terras para a Prefeitura Municipal, ITERJ ou SPU.

Entraves

Esta Ação encontra-se prejudicada pela impossibilidade de utilização do acervo, face aos problemas sanitários das acomodações e a precariedade dos processos, livros e plantas. Os valores liberados são parte da verba para ser utilizada no contrato de para Recuperação do e Sitematização do Acervo da FNSC. Não houve reflexo do contingenciamento, uma vez que não houve liberação de recursos para as atividades inerentes a Regularização Fundiária durante o exercício. Somente ao final de 2014 liberou-se orçamentário para a contratação de serviços a serem executados em 2015.

Será imprescindível a liberação dos recursos em Resto a pagar, para pagamento do contrato de serviços de recuperação, Higienização, Digitalização, Vetorização e Sistematização do acervo da FNSC

É necessário estabelecer um fluxo de informações com os Serviços Registrais dos Municípios abrangidos pela FNSC para obtenção de informações sobre as terras registradas. Estabelecer tratativas com as Prefeituras Municipais para repasse das áreas urbanas. Estruturar o setor com incremento da equipe para desenvolver as atividades na FNSC, com Agrônomos, Procuradores, Cartógrafos e Administrativos, ligada a divisão Fundiária e Gabinete. E adquirir equipamentos e mobiliário.

Considerações Gerais

Acredito que um importante passo foi dado com a licitação dos serviços de recuperação do acervo da FNSC, ainda resta viabilizar para 2015 a licitação da demarcação do seu perímetro. Mas como disse, é apenas um passo e necessitamos de outras medidas para efetivamente promovermos a regularização dos ocupantes de terras na FNSC.

Como disse anteriormente, no passado a FNSC era administrada por um Projeto Fundiário com toda a infraestrutura de Superintendência, com lotação de mais de 80 servidores, que detinham todo o conhecimento e ótimas condições para desenvolverem os trabalhos de regularização fundiária. Hoje, não temos conhecimento e apenas dois abnegados servidores para esta ação. Não podemos cobrir o sol com a peneira, pensando que concluído os serviços licitados estaremos aptos a promover esta regularização.

Paralelamente a execução dos serviços licitados, é essencial a reestruturação do setor de Regularização Fundiária quer seja na incorporação de pelo menos mais 5 servidores e pela montagem de uma infraestrutura com acomodações adequadas e equipamentos, que de suporte a importância e volume de trabalho que será demandado.

É imprescindível recolhermos informações existentes nos Serviços Registrais dos Municípios que compõe a FNSC, bem como na Biblioteca Nacional, SPU... a fim de compor um mosaico junto a documentação de posse da Autarquia, para então iniciar todo um planejamento de ações de campo para efetivarmos a regularização dos ocupantes interessados.

E por último, o mais polêmico e difícil passo, uma alteração da legislação que regulamenta a regularização na FNSC, tornando uma ferramenta mais ágil, equilibrada e adequada ao mundo atual.

3. Ação 210U - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Explicado no item 3.1.2. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

4. Ação 210U - Gestão de Terras Públicas

Não tínhamos meta nem trabalhos realizados nesta ação na superintendência do RJ.

5. Ações 210Z Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas e 210Z Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos

Explicadas no item 3.1.3. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência

3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

A Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade estruturar os perímetros de imóveis rurais, públicos e privados, através de coordenadas geográficas referenciadas ao Sistema Geodésico Nacional – SGB, dos vértices definidores dos limites de cada imóvel rural numa base de dados. Desta forma as informações geradas pela ação, prevêm que sejam realizadas pelos proprietários atualizações cadastrais no SNCR, com a área do imóvel rural precisa e localizada geograficamente.

As certificações rurais são realizadas através do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, regulamentada pela IN Nº 77/2013. Cabe aos técnicos da Superintendência Regional proceder à análise quando solicitada referentes às questões de registro, desmembramentos, remembramentos, retificações, cancelamentos e sobreposições.

Tabela 5 – Nº de Processos relativos a Certificações, SNCI e SIGEF

Descrição	Nº de Processos	Área (ha)
Certificações – 2013	40	32.054,65
Certificações – 2014	30	31.203,41
Análise SNCI	0	0
Analizados 2013 – SIGEF	27	9.823,25
Analizados 2014 – SIGEF	12	4.800,80
Arquivados em 2014	32	18.561,37

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR-07

Os recursos financeiros liberados foram utilizados na verificação de sobreposição de áreas particulares com Projetos de Assentamentos e na fiscalização dos serviços contratados.

Tabela 6 – Ação de Georreferenciamento

Ação Orçamentária	Recebido	Empenhado	Liquidado
21OU- Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	6.909,40	5.895,22	5.895,22

Fonte: Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e Orçamentária

Um problema detectado na utilização do SIGEF é o não funcionamento de algumas ferramentas (desmembramentos, remembramentos e retificações), que impossibilitam a alteração de algumas certificações já inseridas na base de dados, gerando inconsistências e prejudicando os usuários na certificação de seus imóveis rurais.

O desafio para 2015 é a certificação de perímetro dos Projetos de Assentamentos, preferencialmente por execução direta, que se mostrou mais econômica. A capacidade operacional da Superintendência permite a execução em até 06 áreas por execução direta. Caso haja disponibilidade de recursos para contratação de serviços topográficos, poderia ser efetivada em outras 06 áreas, totalizando 12 Projetos em 2015. A Divisão Fundiária através da Cartografia atua em diferentes frentes de trabalho, ora auxiliando a Divisão e Desenvolvimento na demarcação de Projetos de Assentamentos, e ora atuando com a Divisão de Obtenção de Terras nas vistorias para arrecadação e terras. Também atua na delimitação de perímetros de Territórios Quilombolas. Segundo orientação do Planejamento, somente serão computados para a meta os georreferenciamentos oriundos da fiscalização de serviços contratados à Ello Gestão Ambiental, processo nº 54180.000.540/2009-98, para certificação dos Projetos de Assentamentos, conforme tabela abaixo.

Tabela 7 – Projetos de Assentamento Georreferenciados

Imóvel	Área	Município
PA. Dandara dos Palmares	425,7336	Campos dos Goytacazes
PA. Terra Conquistada	206,7173	Campo dos Goytacazes
PA. Terra da Paz	1.039,8268	Cardoso Moreira
PA. Celso Daniel	2.849,0706	Macaé
Total (ha)	4.521,3483	

Fonte: Divisão Fundiária, Wiki Incra e SIR - 2014

Para avaliação de desempenho dos servidores que atuam na Cartografia computamos também os serviços de georreferenciamento de outros PA's e Territórios Quilombolas, conforme tabela abaixo:

Tabela 8 – Outras áreas georreferenciadas

Projetos / Territórios Quilombolas	Área (ha)	Município
Faz. Caetá e Cedro	1.713,9000	São João da Barra
Faz. Nova Esperança	392,4700	Volta Redonda
Território da Marambaia	52,9939	Mangaratiba
Território de Bracuí	616,6022	Angra dos Reis
PA. Chico Mendes	766,9610	Cardoso Moreira
PA. União, Terra e Trabalho	163,7230	Seropédica
PA. Adhemar de Barros	490,03230	São Pedro d'Aldeia
Total (ha)	4.196,6824	

Fonte: Divisão Fundiária, Wiki Incra e SIR - 2014

Esta ação teve suas metas superestimadas em função de uma divergência conceitual. Computou-se como meta todos os trabalhos desenvolvidos pela DF/RJ (vistorias, delimitação de Territórios Quilombolas e certificação de PA's). Quando na verdade deveria se computar apenas o Georreferenciamento dos PA's. Por isso a meta realizada sofreu uma drástica redução. Não houve reflexo do contingenciamento, uma vez que o valor descentralizado foi irrisório. Não houve qualquer prejuízo em função dos recursos colocados como resto a pagar.

A estratégia a ser adotada é estabelecer junto a Divisão de Desenvolvimento uma seleção de 12 Projetos de Assentamentos que deverão ser certificados. De posse desta lista preparar Termo de Referência para licitação de pelo menos 6 Projetos de Assentamentos. Além disso, é necessário adquirir equipamentos mais modernos para melhorar a qualidade e eficiências das equipes de Cartografia.

3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Esta é com certeza a ação mais complexa do INCRA, por envolver situações peculiares e várias atividades multidisciplinares. A equipe é formada por Antropólogos, Agrônomos, Cartógrafos para a elaboração do RTID, peça fundamental para Titulação do Território Quilombola.

A meta prevista para 2014 contemplou quatro variáveis, estabelecidas pela Diretoria Fundiária/BSB, abaixo detalhadas:

RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO – Ficamos definidos para a Superintendência a elaboração de dois relatórios antropológicos para 2014. Destacamos dois antropólogos sob a coordenação do Gestor da atividade para o trabalho. As comunidades escolhidas foram Prodígio, com 30 famílias, localizado em Araruama/RJ e Boa Esperança, com 80 famílias, no município de Areal/RJ. Os relatórios preliminares foram concluídos no final do ano, face os problemas relacionados a contenção e retardamento na liberação dos recursos financeiros.

RTID – Acertamos a elaboração e encaminhamento para publicação de RTID da Comunidade de Cruzeirinho, com 37 famílias, localizada no município de Natividade/RJ. O RTID foi encaminhado para publicação.

CONJUNTO DECRETO – Assumimos e cumprimos a meta de encaminhar dois conjuntos decretos em 2014. Foram encaminhados para Decreto os Territórios Quilombolas de Sacopã, área de 0,64 ha, com 09 famílias, localizado no Rio de Janeiro/RJ e Cabral, área de 512,84 ha, com 43 famílias, localizado em Paraty.

Tabela 9 – Metas da Ação Quilombola

Descrição	Meta Programada	Meta Realizada
Elaborar Relatório Antropológico	2	2
RTID Publicado	1	1
Portaria de Reconhecimento (Área ha)	513,6	513,84
Conjunto Decreto na Sede	2	2

Fonte: Divisão Fundiária, Wiki Incra e SIR - 2014

Tabela 10 – Ação Quilombola

Ação Orçamentária	Recebido	Empenhado	Liquidado
21OZ – Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombola	122.287,63	104.928,21	70.996,70

Fonte: Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e Orçamentária

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – Além das atividades inseridas nas metas 2014 avançamos para finalizar os trabalhos nos Territórios de: Caveira, São Benedito, Marambaia e Bracuí, sendo os dois últimos emblemáticos para a Superintendência. Segue detalhamento abaixo.

a) CAVEIRA e SÃO BENEDITO– foram respondidas as contestações apresentadas aos RTIDs dos quilombos de Caveira (São Pedro da Aldeia – 162 famílias) e São Benedito (São Fidélis – 60 famílias), foram notificados os contestantes, foram recebidos os recursos e os processos foram enviados à BSB para julgamento dos respectivos recursos pelo CD do INCRA

b) MARAMBAIA (Mangaratiba – 124 famílias) – após exaustivas tratativas foi alcançado um acordo entre o INCRA, a Marinha do Brasil, o MPF e a comunidade para a titulação do quilombo, e foi assinado pelas partes um Termo de Ajustamento de Conduta que detalha este acordo.

c) BRACUÍ – Foi alcançado um acordo entre o INCRA e a comunidade quanto ao território a ser pleiteado, o que exigiu muito do serviço de cartografia, devido às muitas ocupações não-quilombolas excluídas.

PROBLEMAS, CRÍTICAS E ESTRATÉGIAS – Esta ação por ser complexa e demorada apresenta vários pontos de estrangulamentos, a começar pela delimitação do Território, que na maioria dos casos requer freqüentes reuniões com a comunidade e até MPF antes de se estabelecer um perímetro que represente os anseios dos remanescentes Quilombolas e viabilize o custo imposto pelas desapropriações.

O elevado preço das indenizações, em alguns casos se apresenta como limitante para a desapropriação de áreas que compõem o Território Quilombola, devido à quantidade e valor das benfeitorias, além do valor da terra nua.

As contestações judiciais apresentadas para evitar as desapropriações, e que constam dos processos, colocam em dúvida a constitucionalidade do Decreto 4887, paralisam processos, postergando e tornando indefinida a situação de titulação daquela comunidade.

Se não bastasse toda a complexidade da Ação, a liberação dos recursos solicitados pela Diretoria Fundiária não atende a programação da Superintendência, quer seja com relação aos valores descentralizados, ou pelo prazo que o financeiro chega a Superintendência Regional. O contingenciamento nesta atividade contribuiu para o não cumprimento do cronograma de desembolso do financeiro e acarretou uma diminuição da eficiência da equipe, que poderia produzir mais incrementando a meta originalmente compromissada pela SR/07. Caso os restos a pagar não sejam liberados, teremos reflexo muito negativo, pois estes recursos destinam-se à publicação de editais.

A melhor estratégia de intervenção para a melhoria dos resultados é que a Sede cumpra os cronogramas de liberação de recursos.

Não há planejamento que resista aos problemas colocados, mesmo com uma equipe preparada e engajada, como acontece na Superintendência. Diante de todos os problemas apresentados, a Superintendência conseguiu cumprir com sobra os compromissos assumidos e avançamos em situações emblemáticas, como os casos das Comunidades e Marambaia e Bracuí.

3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor

O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os gestores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação meta x gastos, a fim de otimizados recursos financeiros e a capacidade operacional da Divisão.

Além das reuniões mensais com os gestores das ações e a chefia da Divisão fundiária, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todos o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão fundiária. Além destas reuniões internas, todas as atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional. Sendo a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária uma prestadora de serviços na área da cartografia para as demais Divisões, nesta reunião são alinhavadas novas missões, sem prejuízo das metas já predefinidas pela própria Divisão.

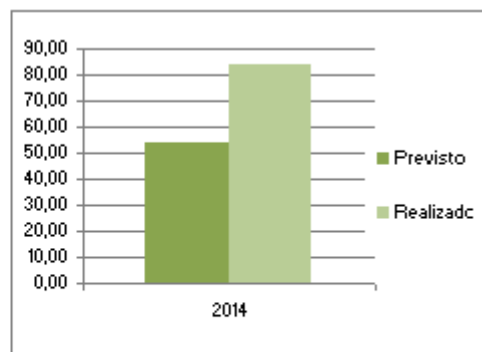
Ainda mantém-se permanente contato com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos financeiros, mediante apresentação de metas e plano de trabalho. Também há contatos constantes na busca de soluções para alguns empecilhos que fogem a governabilidade da Divisão e do Gabinete da Superintendência.

3.1.5 Indicadores

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
53,71	83,59	81,57

Memória de cálculo:

2014: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (3.666.899,94 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 30/06/2014.) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (4.387.017,00 - Fonte: SNCR) multiplicado por 100.



¹ Média dos últimos 3 anos

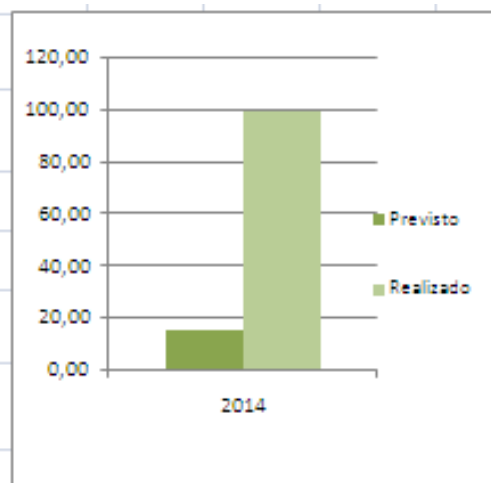
² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

A meta prevista para 2014 era de 4.200 imóveis cadastrados e batemos a meta, pois foram cadastrados 4.284 imóveis, perfazendo um índice de cadastramento de imóveis rurais de 83,59%. Restam apenas 16,41% do território para serem cadastrados. O índice é muito bom, e resulta de todo o trabalho da superintendência no aumento da rede e treinamento das UMCs, assim como da implantação do SIGEF. Para o ano de 2015, pretendemos expandir a abertura e treinamento de UMCs, mas tudo dependerá do orçamento aprovado.

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
16,06	100,00	49,40

Memória de cálculo:

2014: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (30 - Fonte: SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (30 - Fonte: SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação) multiplicado por 100.



¹ Média dos últimos 3 anos

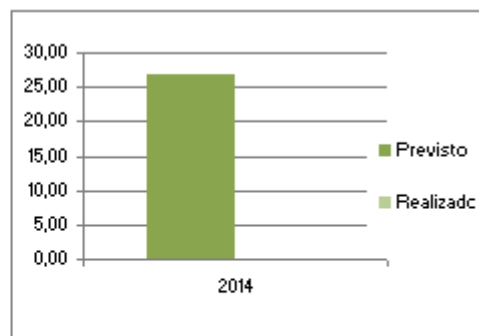
² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Não houve meta para a superintendência em 2014. Assim, o índice foi calculado de acordo com a média dos últimos 03 anos. E alcançamos 100% deste índice. O excelente resultado deve-se a implantação do SIGEF e ao esforço dos servidores da Divisão Fundiária quando da análise de processos encaminhados para a superintendência.

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
26,67	0,00	26,67

Memória de cálculo:

2014: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: SISPROT, SIR, SISTERLEG) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (14 - Fonte: SISPROT, SIR, SISTERLEG) multiplicado por 100.



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Análise Crítica: O índice demonstra que a ação está paralizada. Não definimos metas neste ano para Regularização Fundiária, pois para realizarmos esta ação, é necessário primeiro a limpeza do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC). A licitação foi concluída em dez/14, e esperamos a partir de 2015 iniciar o processo de higienização do acervo. De posse deste acervo, poderemos iniciar a regularização das áreas da FNSC e melhorar o índice.

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Não se aplica.

3.1.7 Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Não se aplica.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração da execução física e financeira

Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária R\$	Provisão Recebida R\$	Despesa Empenhada R\$	Despesa Liquidada R\$	Valores Pagos R\$	Restos a Pagar R\$
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	3800,0000	5952,6996	60.360,94	109.215,00	108.930,18	52.568,34	52.568,34	56.361,84
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	480	524	179.135,00	50.202,00	44.946,45	39.030,45	39.030,45	5.916,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	0	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado / unidade	6	22	29.411,00	31.781,00	27.167,94	26.327,08	26.327,08	840,86
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	10	4	10.770,00	10.770,00	10.688,67	10.111,44	8.952,10	1.736,57

Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos R\$	RAP Cancelados R\$	RAP Pagos R\$	RAP a pagar R\$
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	0	28.945,80	-	9.379,68	19.566,12
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	0	9.380,08	-	9.380,08	-
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	0	210.952,79	-	210.952,79	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado / unidade	1	48.930,00	-	19.951,16	28.978,84
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	0	-	-	-	-

* Incluem RAP processado e não-processado.

** A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Conforme Regimento Interno da autarquia, aprovado pelo Decreto nº 6.812/2006, com alterações dadas pelo Decreto nº 8.248/2014, a Divisão de Obtenção de Terras – SR(07)T encontra-se setorizada por três serviços distintos: Serviço de Obtenção, Serviço de Implantação de Assentamentos e Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Dessa forma, considerando as metas institucionais definidas e pactuadas no âmbito desta Regional e o planejamento das ações como um processo dinâmico de gestão, consta, no Quadro 11, a execução física e financeira das ações da LOA ligadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento de responsabilidade desta Superintendência Regional.

No Serviço de Obtenção, foram realizadas Vistorias de Avaliação e Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) de imóveis rurais, para fins de desapropriação; Vistoria e Avaliação de imóveis oferecidos por Adjudicação pela Fazenda Nacional e Vistoria de avaliação para imóvel rural a pedido de outro órgão público, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), todos para destinação à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária. Somam-se a essas atividades, a promoção de discussões da Câmara Técnica e de Grupo Técnico de vistoria e avaliação; a elaboração do Diagnóstico Regional, consubstanciado em temáticas específicas para o indicativo de regiões e municípios para atuação, e, conseqüentemente, a seleção de Áreas Prioritárias para as Ações de Obtenção de Terras; a alimentação do Banco de Dados do Mercado de Terras e Imóveis Rurais para atualização das Planilhas de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais (PPR); a publicação de Edital de Compra e Venda por meio do Decreto 433/92 exclusivamente para os municípios da região Serrana; as Perícias Judiciais; as Comunicações Prévias aos proprietários para a realização de vistorias e os Estudos de Cadeia Dominial para imóveis rurais em processo de obtenção.

No Serviço de Implantação de Assentamentos, a ação principal foi o assentamento de famílias da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEXMar Arraial do Cabo), com ênfase também para o procedimento de cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados, lotes retomados ou vacância em projetos de assentamento de reforma agrária, a realização da busca ativa visando a promover o cadastramento de acampados e assentados no Cadastro Único para Programas sociais (CADÚnico), além do gerenciamento do Sistema de Informações referente aos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Ainda em 2014, o INCRA, por meio desta Superintendência, se imitiu na posse em três imóveis rurais.

Por fim, o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais teve como prioridades a adoção de providências necessárias à regularização ambiental dos assentamentos pelo Cadastro Ambiental Rural, recuperação de áreas degradadas e monitoramento dos assentamentos com ações de gestão ambiental.

A demonstração da execução física e financeira das Ações da LOA ligadas à Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento de responsabilidade da Superintendência segue abaixo:

1. Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Segundo o Plano de ação 2014, eram previstos 3.800,0000ha de área para serem vistoriados e avaliados a fim de obter imóveis rurais para a implantação de assentamentos de reforma agrária.

Considerando área registrada, o alcance das metas foi além do previsto, totalizando, 6.605,7302ha de áreas vistoriadas, o que representa um percentual de 173,83%. E, usando o critério da menor área, seja ela medida ou registrada, o alcance das metas também ultrapassou o pactuado, ou seja, 5.952,6995ha de área vistoriada. Neste caso, a SR alcançou uma margem de execução física de 156,69%.

Assim, levando-se em consideração que ainda há laudos em elaboração e, portanto, apenas com área registrada, e que há imóveis com áreas medidas diferentes das áreas registradas, estabeleceu-se, na definição da área a ser utilizada na contabilização das metas de vistoria, a menor áreas, seja ela medida ou registrada, conforme tabela abaixo.

Tabela 11 – Definição da menor área (medida ou registrada) para contabilização de metas

Tipo de Vistoria	Nome do Imóvel Vistoriado	Área Registrada	Área Medida	Área considerada para contabilização da meta
Avaliação e ECGR	Conj. Caetá e Cedro	1.713,9090	1.123,6802	1.123,6802
	Nova Esperança e Anexos	392,4700	391,9681	391,9681
Outras vistorias que contam para a meta	Livramento	357,1101	357,1101	357,1101
	Leite	567,6468	505,3468	505,3468
	Tabatinga	812,9750	Em elaboração	812,9750
	Piedade	628,0409	Em elaboração	628,0409
	Coqueiro	393,6000	Em elaboração	393,6000
	Cartucho	1.274,1500	Em elaboração	1.274,1500
	Poço Dantas	218,9400	225,7070	218,9400
Total		6.605,7302	-	5.952,6995

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Cabe ressaltar que, considerando os entraves relativos à restrição de tempo para realizar as vistorias devido à questão da medida judicial referente aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), as despesas liquidadas, no valor de R\$ 52.568,34, corresponderam a 48,13% da Provisão Recebida. Ainda assim, esta SR, com menos da metade do valor, ultrapassou em mais de 50% a meta prevista. Isso só foi possível em razão de ter sido utilizada como estratégia a vistoria e avaliação de sete imóveis rurais pela via da adjudicação em áreas de uma mesma região, duas vistorias de avaliação com a elaboração do ECGR para adequar ao novo fluxo de obtenção de terras, obedecendo às Portarias MDA Nº. 6 e 7, de 31/01/2013, e uma vistoria a pedido de outro órgão com vista a futura cessão do ITERJ para o INCRA.

O valor de R\$ 52.568,34 foi utilizado para a vistoria de um quantitativo de 5.952,6996ha, para a realização de serviços relacionados com a Procuradoria Regional Especializada junto ao INCRA (como Perícias de imóveis rurais e carga de processos em trâmites na justiça), de pesquisas de mercado de terras objetivando à alimentação do Banco de Dados do Mercado de Terras e Imóveis Rurais visando à elaboração de Relatório de Análise de Mercado de Terras – RAMT. Também estão incluídos nesse valor de despesa liquidada os gastos com deslocamento de servidores para realização de Comunicações Prévias aos proprietários e buscas cartoriais para a elaboração dos Estudos de Cadeia Dominial dos imóveis rurais em processo de obtenção.

2. Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do PNRA

O Plano de Ação 2014 estabeleceu como meta física o assentamento de 480 famílias. Pela observação dos números apresentados no Quadro 11, verifica-se que, em termos de famílias assentadas, esta SR cumpriu a meta prevista, uma vez que foram cadastradas 524 famílias, sendo 49 em áreas onerosas, 435 em áreas não onerosas e 40 reassentamentos. Foram criados em 2014 três novos projetos de assentamento, que perfazem uma área adquirida de 3.244,4507ha.

O valor das despesas liquidadas, R\$ 39.030,00, foi satisfatório para o alcance da meta física prevista, correspondendo a 77,75% da Provisão Recebida. As estratégias utilizadas para atingir as metas resumem-se na criação dos três novos projetos de assentamento; o reconhecimento das famílias da RESEXMar Arraial do Cabo e o reassentamento de famílias.

Por razões a serem descritas em item específico, o percentual de acampados e de assentados que atendem aos critérios do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que seria de 100%, não foi atingido. O alcance foi de 84,44% de acampados inscritos. Para este caso, como estratégia a ser adotada para otimizar as atividades e atingir os resultados conforme metas traçadas, será utilizada a proposta elaborada por esta SR para aperfeiçoamento da distribuição das cestas de alimentos nos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, a ser implementado no ano de 2015, cabendo, para as metas estabelecidas, apenas um acompanhamento eficaz por meio de senha a ser fornecida pelo MDS e que tenha funcionalidade. Da mesma forma, não foi possível criar projeto em área não onerosa, cuja previsão era de incorporar 3.843,0000ha de área da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, localizada no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, visando reconhecer 100 famílias da referida RESEX.

3. Ação 211A PO 02 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento

O plano de ação de 2014 estabeleceu que 06 assentamentos deveriam ser monitorados com ações de gestão ambiental. Observando os números apresentados no Quadro 12, verifica-se que a SR superou a meta prevista, uma vez que foram monitorados 22 PAs.

Nesta ação o Serviço de Meio Ambiente deu ênfase à busca de apoios e parcerias interinstitucionais. Dessa forma, foi possível alcançar tais resultados a baixo custo, como se verifica no valor das despesas liquidadas, R\$ 26.327,08. O detalhamento das atividades realizadas nessa ação será devidamente apresentado em item específico.

4. Ação 211A PO 05 – Regularização Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária

O Plano de Ação 2014 estabeleceu como meta física a Regularização Ambiental de 10 Projetos de Assentamento, por meio da inclusão no SiCAR. Pela observação dos números apresentados no Quadro 11, verifica-se que a SR não cumpriu a meta prevista, uma vez que foram cadastrados no SiCAR apenas 04 PAs.

O valor das despesas liquidadas, R\$ 10.11,44, foi proporcional aos resultados apresentados. As estratégias para a regularização ambiental dos PAs, assim como as justificativas para não atingir as metas, serão devidamente descritas em item específico.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

No Plano de Ação/2014 foi estabelecida para a Ação “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais” uma meta de 3.800,0000ha de áreas a serem vistoriadas e, como resultado, obteve-se a vistoria de 5.952,6996ha de área, portanto, a meta foi atingida em 156,69%. Para o próximo exercício, foi feita a previsão de vistoriar 6.171,2748ha de área, o que deve ser revisto.

Considerando que o planejamento teve como objetivo orientar de forma estratégica e operacional os trabalhos da Divisão de Obtenção de Terras, de forma que nele foram sistematizadas ações prioritárias para o desenvolvimento dos diferentes programas da Reforma Agrária de responsabilidade da Divisão, esta SR, como estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no PNRA, utilizou-se dos seguintes meios:

Consulta, realizada à Fazenda Nacional pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, visando a imóveis penhorados em favor da União com a finalidade de aquisição não onerosa ou de baixo custo por meio da adjudicação;

Tratativas junto aos órgãos da administração pública estadual para criação de projeto de assentamento;

Recebimento de demandas de solicitação de vistorias por parte dos movimentos sociais, e ulterior análise e parecer sobre prosseguimento;

Realização de vistoria e avaliação em conjunto com a elaboração do ECGR, priorizando os imóveis já vistoriados sem decretos de desapropriação, visando à adequação às Portarias MDA Nº 6 e 7, de 31/01/2013 e Instrução Normativa nº8, de 21 de novembro de 2014;

Indicativo de regiões e municípios para as Ações de Obtenção de Terras por meio do Diagnóstico Regional, considerando especialmente áreas demandadas por famílias acampadas e pelos Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais;

Publicação de edital para aquisição de imóveis rurais em municípios da região Serrana do estado do Rio de Janeiro destinados à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária por meio do Decreto Federal nº 433/1992 e alterações posteriores.

Prevvia-se atuar em 2014 em avaliações de áreas que seriam decretadas em 2013, entretanto, nesse ano de 2013, no estado do Rio de Janeiro, nenhum imóvel foi declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, seja por razões de ação judicial de suspensão favorável ao proprietário, seja para adequação às Portarias MDA Nº 6 e 7, de 31/01/2013 e Instrução

Normativa nº8, de 21 de novembro de 2014. Por isso as estratégias relativas às áreas a serem obtidas por meio da desapropriação foram readequadas. Nos quadros a seguir constam as ações realizadas referentes à Vistoria e Avaliação, Estudo de Cadeia Dominial, Perícias Judiciais e Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais – PPR.

Tabela 12 – Vistoria para obtenção de Imóveis Rurais – Avaliação e ECGR

Processo	Cód Imóvel SNCR	Imóvel	Município	Área Registrada (ha)	Tipo de Vistoria	Data da conclusão do laudo	Área Medida (ha)	Cap. Assent	Resultados e Encaminhamentos
54180.000197/13-68	51300590294160	Conjunto Caetá & Cedro	São João da Barra	1713,9000	Avaliação e ECGR	15 de julho de 2014	1123,6802	75	Processo arquivado em razão do elevado custo por família
54180.000164/12-37 E 54180.000910/07-25	517.020.006.319-9	Fazenda Nova Esperança e Anexos	Volta Redonda/Barragem do Pirai	392,4700	Avaliação e ECGR	Em elaboração	391,9681	ECGR em elaboração	LVA e ECGR em elaboração
Total				2106,3700	-	-	151,6483		

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Segundo a Tabela 12 acima, no ano de 2014 foram realizadas 02 (duas) avaliações com ECGR, sendo que uma delas, a do imóvel Caetá e Cedro, não foi possível o encaminhamento para Decreto em razão de o processo ter sido arquivado devido ao elevado custo por família. A outra avaliação, referente ao imóvel Nova Esperança e Anexos, o ECGR e o LVA encontram-se em elaboração e, devido à questão da medida judicial referente aos EPIs e à grande quantidade de benfeitorias, não foi possível o envio do Processo para Decreto ainda em 2014. Considerando a área medida desses dois imóveis tem-se um total de 1.515,6483ha.

Além das duas vistorias citadas na Tabela 12, foram realizadas mais 08 (oito) vistorias e avaliação de imóveis que contam para a meta, sendo 07 (sete) pela via da adjudicação e 01 (uma) a pedido de outro órgão, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), para futura transferência ao INCRA, conforme a Tabela 13 a seguir. Considerando também a menor área, entre a medida e a registrada desses oito imóveis, tem-se um quantitativo de 4.437,0512ha de área vistoriada com trabalho de campo iniciado e concluído em 2014.

Portanto, somando-se as áreas das duas vistorias em conjunto com ECGR e as áreas das outras vistorias que contam para a meta, totalizam-se 5.952,6996ha de área vistoriada.

Tabela 13 – Outras Vistorias que Contam para a Meta:

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	Nº DA O. S. (nº/aa)	DATA DA O.S.	DATA/MÊS DE RETORNO DE CAMPO	CONTA PARA A META (SIM/NÃO)	DESCRIÇÃO DO TIPO DE VISTORIA*	ÁREA REGISTRADA (ha)	DATA DE CONCLUSÃO DO RELATÓRIO	ÁREA MEDIDA (ha)	CAP. ASSENT	RESULTADO E ENCAMINHAMENTOS
54180.001053/12-48	Fazenda Livramento	Carmo	Sem publicação de OS (despacho do Superintendente na fl.119v do processo – fevereiro/2014)	Sem publicação de OS (despacho do Superintendente na fl.119v do processo – fevereiro/2014)	Março	sim	Vistoria e avaliação de imóvel a pedido de outro órgão (ITERJ) para cessão para o INCRA	357,1101	abril de 2014	357,1101	13	Aguardando finalização das tratativas de acordo de cessão da área
54180.000098/14-67	Fazenda Leite	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14	19/08/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Março	sim	Vistoria e avaliação de imóvel oferecido por adjudicação pela Fazenda Nacional	567,6468	maio de 2014	505,3468	30	Encaminhado à PFN
54180.000099/14-10	Fazenda Velha	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14	19/08/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Março	sim	Vistoria e avaliação de imóvel oferecido por adjudicação pela Fazenda Nacional	246,8884	setembro de 2014	246,8884	15	Encaminhado à PFN
54180.001200/14-41	Fazenda Tabatinga	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14 e Nº 31/14	19/08/2014 e 24/10/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Novembro	sim	Vistoria e avaliação de imóvel oferecido por adjudicação pela Fazenda Nacional	812,9750	Em elaboração	-	-	Em elaboração
54180.001662/14-69	Fazenda Piedade	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14 e Nº 31/14	19/08/2014 e 24/10/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Novembro	sim	Vistoria e avaliação de imóvel por adjudicação	628,0409	Em elaboração	-	-	Em elaboração
54180.000127/14-91	Fazenda Coqueiro	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14 e Nº 31/14	19/08/2014 e 24/10/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Novembro	sim	Vistoria e avaliação de imóvel oferecido por adjudicação pela Fazenda Nacional	393,6000	Em elaboração	-	-	Em elaboração
54180.001663/14-11	Fazenda Cartucho	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14 e Nº 31/14	19/08/2014 e 24/10/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Novembro	sim	Vistoria e avaliação de imóvel por adjudicação	1274,1500	Em elaboração	-	-	Em elaboração
54180.000097/14-12	Fazenda Poço Dantas	Campos dos Goytacazes	Nº 23/14 e Nº 31/14	19/08/2014 e 24/10/2014 (considerada no SIR em março por ter convalidado os atos já praticados a partir desse mês)	Novembro	sim	Vistoria e avaliação de imóvel oferecido por adjudicação pela Fazenda Nacional	218,9400	Em elaboração	225,7070	20	Em elaboração
54180.001335/04-35	Fazenda da Pedra	Quatis	Nº 33/14	24/10/2014	Outubro	não	Avaliação de via férrea (22,44ha de área desapropriada da Fazenda da Pedra para conclusão de proposta de acordo)	1225,0200	outubro de 2014	1162,9500	55	Entregue relatório e encaminhado à Coordenação-Geral de Obtenção de Terras para subsidiar a proposta de acordo em CD

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Tabela 14 – Elaboração de Cadeias Dominiais

Nº Processo	Cód. Do Imóvel	Nome do Imóvel	Município	Área (ha)	Data da Conclusão do Trabalho
54180.001228/14-89	521.108.001.600-9	Fazenda Rio Novo	Paracambi	712,5000	Em elaboração
54180.001532/14-26	522.013.268.500-8	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio	3107,0400	Em elaboração
54180.001227/14-34	517.020.006.319-9	Fazenda Nova Esperança e Anexos	Volta Redonda / Barra do Piraí	392,4700	Em elaboração
54180.001471/14-05	513.075.003.247-7	Fazenda Lagoa dos Patos	Quissamã	3185,0000	Em elaboração

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Referente à meta de elaboração de estudo da cadeia dominial, embora não tenha sido possível a conclusão dos estudos, encontram-se em elaboração quatro processos, sendo três de áreas com processos de desapropriação em curso e um por determinação do Ministério Público. O não cumprimento da meta, que era elaboração de 02 cadeias dominiais, decorreu dos entraves encontrados nos cartórios, da complexidade para análise das certidões e da falta de clareza, por meio de uma normativa, quanto à competência acerca da elaboração de cadeia dominial, que se deu somente em novembro de 2014, com a publicação da Instrução Normativa nº 81, de 21 de novembro de 2014. Como estratégia para corrigir as distorções nos resultados, será necessário capacitação para que técnicos da SR possam realizar o Estudo da Cadeia Dominial com mais eficácia.

Tabela 15 – Perícias Judiciais

Nº Processo	Cód. do Imóvel	Nome do Imóvel	Município	Área do Imóvel	Data/Mês do Retorno de Campo da Perícia Realizada	Demandante
54180.001028/00-41	950.033.497.533-4	Faz. Santo Inácio	Trajano de Moraes	705,0000	05/09/14	Juízo
54180.001162/04-55	520.020.006.491-4	Faz. Três Marias	Macaé	2133,9932	03/12/14	Juízo

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Em relação às Perícias Judiciais, duas iniciadas em 2014 ainda se encontram em andamento: Fazenda Santo Inácio e Fazenda Três Marias. Há, para o ano de 2015, uma previsão de cinco áreas para serem periciadas.

Tabela 16 – Planilha de Preços Referenciais de Terra

Nº Processo	Município	Nº da O.S. (nº/AA)	Data da O.S. (dd/mm/aaaa)	Data/Mês da Entrega Relatório (dd/mm/aaaa)
54180.000900/14-19	Diversos (Região Serrana)	Nº 12/14 e 19/2014	07/04/2014 e 19/08/2014	20/06/2014
54180.000900/14-19	Diversos (Região Noroeste)	Nº 11/14	07/07/2014	06/10/2014 (relatório entregue nessa data, porém está sendo realizada a adequação à nova metodologia do Anexo V)

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Foram atualizadas 03 (três) PPRs para as seguintes regiões: Serrana, Noroeste Fluminense e Médio Paraíba. Entretanto, considerando os princípios da eficiência e da economicidade e o fato de que esta SR ainda não definiu em Câmara Técnica os Mercados Regionais de Terras (MRT) nem a lista das tipologias de uso para cada MRT, bem como o fato de que a capacitação para elaboração do RAMT ocorreu somente após os trabalhos de campo (25 a 28 de novembro/2014), e tendo em vista todo o esforço despendido para confecção das PPRTs citadas, foi solicitado à Coordenação-Geral de Obtenção de Terras (DTO) que as referidas planilhas fossem validadas, mesmo tendo sido elaboradas em data posterior à aprovação do Módulo V do Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial com a metodologia anterior, ou seja, considerando Valor da Terra Nua (VTN), Valor Total do Imóvel (VTI) e Nota Agrônômica (NA). Tal solicitação só foi acatada para a planilha da Região Serrana, que havia sido aprovada em CDR em data anterior à aprovação do Módulo V.

Dessa forma, a alimentação do Banco de Dados do Mercado de Terras e Imóveis Rurais para atualização das PPRs está sendo realizada pela SR. Para tanto, descreve-se, abaixo, a situação de cada planilha elaborada em 2014:

1) Planilha da Região Serrana do Estado: realizado trabalho de campo (OS nº 12 e 19, publicadas, respectivamente, em 14/07/2014 e 25/08/2014) - planilha elaborada, analisada pela Câmara Técnica no dia 10 de setembro e aprovada em reunião do CDR no dia 30 de setembro. Essa planilha foi confeccionada considerando a metodologia anterior utilizada por esta SR, ou seja, considerando VTN, VTI e NA;

2) Planilha da Região Noroeste Fluminense: o trabalho de campo foi realizado por meio da OS nº 11, publicada em 14/07/2014, e a planilha foi elaborada adotando-se VTN, VTI e NA. Entretanto, em função da análise de mercados de terras (Módulo V), referida planilha encontra-se em adequação à atual metodologia;

3) Planilha da Região do Médio Paraíba: o trabalho de campo foi realizado por meio da OS nº 22, publicada em 25/08/2014, sendo a planilha elaborada adotando-se VTN, VTI e NA. Entretanto, em função da análise de mercados de terras (Módulo V), referida planilha encontra-se em adequação à atual metodologia.

Considerando ainda a análise crítica do planejamento e os resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, em 2014, visando obter terras para reassentar famílias do PA Alpina que foram atingidas pela catástrofe climática ocorrida em janeiro de 2011 na região Serrana, foi realizada em 2014 a publicação de Edital de Compra e Venda por meio do Decreto 433/92 para os municípios dessa região. Conquanto, apesar do esforço da divulgação, não houve resultado satisfatório, uma vez que apenas um proprietário fez a oferta de uma área, sendo que esta não atendia aos critérios estabelecidos no edital por se tratar de área inferior a 15 módulos fiscais.

Somam-se a essas atividades, a promoção de discussões da Câmara Técnica e de Grupo Técnico de vistoria e avaliação, a elaboração do Diagnóstico Regional, consubstanciado em temáticas específicas para o indicativo de regiões e municípios, e as comunicações prévias aos proprietários.

Por fim, torna-se fundamental esclarecer que, mesmo atingindo a meta prevista, esta SR encontra muitos entraves no processo de obtenção de terras, dentre os quais citam-se:

A morosidade do Judiciário Regional, que tem sido um fator bastante negativo no processo de obtenção de terras, com processos se arrastando por décadas para terem decisões transitadas. Além de negar ao INCRA a imissão na posse em processos de desapropriação, o Judiciário tem feito com que a Reforma Agrária retroceda no estado do Rio de Janeiro, com sentenças determinando que o INCRA seja impedido de atuar em áreas de assentamento, a exemplo do PA Nova Esperança do Aré, que o INCRA, em função dessa determinação judicial, apenas realiza entrega de cestas de alimentos, não sendo possível estender as políticas públicas que as famílias têm direito;

As Ações judiciais favoráveis a proprietários, que apresentam, de forma recorrente, decisões que visam a suspender processos administrativos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. Cita-se, como exemplo ocorrido em 2014, a suspensão da tramitação do processo administrativo nºs 54180.000496/2007-54 e 54180-001046/2013-27 (desapropriação e conjunto-decreto Fazenda Rio Novo) encaminhado a Brasília, tendo sido impedida a edição de Decreto Presidencial expropriatório;

A Morosidade em decisões por parte do Conselho Diretor (CD) referente às propostas de acordo entre o INCRA e proprietários de imóveis rurais em processo de desapropriação, a exemplo do Acordo relativo à Fazenda da Pedra, localizada no município de Quatis/RJ, que foi submetido ao CD desde o final do ano de 2013, com constante intervenção da Divisão de Obtenção de Terras junto às Coordenações-Gerais de Obtenção de Terras e de Implantação durante todo o ano de 2014;

A Ação Civil Pública ajuizada pelo Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SINDPFA), referente à suspensão de atividades por falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com base no Processo N°0058255-77.2014.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL, que é uma reivindicação justa, mas que restringiu o tempo para vistoria e envio para Decreto;

A grande valorização do mercado de terras no estado do Rio de Janeiro, que tende a inviabilizar a aquisição de imóvel rural, em função da possibilidade de ultrapassar o limite previsto nas Planilhas de Preços Referenciais do Estado e na Portaria MDA nº 7, de 31 de janeiro de 2013.

Demonstração do planejamento e resultados obtidos para elaboração de Estudo de Capacidade de Geração de Renda

Em 2014 foram realizadas 02 (duas) avaliações com ECGR de dois imóveis rurais em processo de desapropriação: Fazenda Caetá e Cedro e Fazenda Nova Esperança e Anexos. O primeiro imóvel, embora tenha sido elaborado o referido estudo, o processo de desapropriação foi arquivado em razão do elevado custo por família. Já o ECGR da Fazenda Nova Esperança e Anexos ainda não foi concluído. Há, na SR, diversos processos aguardando adequação ao novo fluxo de obtenção de terras, que incluirá o ECGR.

Considerando que houve em 2014 a imissão na posse em favor do INCRA de três imóveis rurais declarados de interesse social para fins de Reforma Agrária, Fazenda Bom Jardim, Fazenda Vale do Sol e Fazenda da Pedra, e considerando também a necessidade de produção do ECGR para criação de Projetos de Assentamento, nos casos de áreas decretadas, adquiridas ou obtidas de qualquer forma em data a partir do ano de 2012, foi elaborado em 2014 o ECGR da Fazenda Vale do Sol. Para o ano de 2015, prevê-se a produção de 02 (dois) ECGRs: Fazenda Lagoa dos Patos e Fazenda La Florida/Surubi, e conclusão de um, iniciado em 2014, o da Fazenda Nova Esperança e Anexos.

Embora os resultados tenham sido satisfatórios, merece destacar o fato de que não houve capacitação de técnicos desta SR na elaboração de ECGR, apesar das constantes solicitações junto à Coordenação-Geral de Obtenção de Terras. Acresce-se, ainda, a necessidade da capacitação, especialmente para modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados, cuja demanda se fez presente em 2014, ano em que houve a criação de dois PDS.

Resultados de obtenção de terras por região de interesse da SR (conforme resultados dos estudos empreendidos pela SR e enviados à Diretoria de Obtenção), destacando as modalidades de obtenção utilizadas, os custos médios aplicados por hectares e as justificativas do gestor.

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos da Superintendência Regional do Rio de Janeiro possui um grande passivo de processos não concluídos, iniciados a partir de indicação de áreas por movimentos sociais ou oriundos de fiscalização cadastral. Consta, até 31 de dezembro de 2014, um quantitativo de 30 processos de

vistoria e avaliação em andamento para aquisição de imóveis rurais pela Divisão de Obtenção Terras por meio de desapropriação, adjudicação, expropriação e cessão.

Tabela 17 – Processos de obtenção de terras abertos na SR(07) e ainda não concluídos

Nº do Processo	Nome do imóvel	Nome do município	Região	Área (ha)	Capac. de família	Forma de obtenção	Situação Atual	Prognóstico
54180.000249/2012-15	Jundiá	Campos dos Goytacazes	Norte	Levantada: 185,7103	15	Adjudicação	Juiz anulou a dívida. Aguarda nova penhora da área pela Procuradoria da Fazenda Nacional	Possível
54180.000763/2010-99	Conjunto Pedra Negra	Campos dos Goytacazes	Norte	Penhorada: 1.481,3880	200	Adjudicação	Aguardando a PFN cancelar o parcelamento do pagamento (não cumpriram o parcelamento)	Possível
54180.001662/2014-69	Piedade	Campos dos Goytacazes	Norte	Em elaboração	-	Adjudicação	Ainda não está penhorada	Possível
54180.000127/2014-91	Coqueiro	Campos dos Goytacazes	Norte	Em elaboração	-	Adjudicação	Ainda não está penhorada	Possível
54180.000280/2012-56	Bom Retiro	Campos dos Goytacazes	Norte	Registrada: 121,2724	10	Adjudicação	Juiz anulou a dívida. Aguarda nova penhora da área pela Procuradoria da Fazenda Nacional	Possível
54180.000288/2013-01	Santa Luzia	Campos dos Goytacazes	Norte	Levantada: 1.122,3384	70	Adjudicação	Penhorada. Aguardando a PFN autorizar a adjudicação ou abrir leilão	Possível
54180.000098/2014-67	Leite	Campos dos Goytacazes	Norte	Levantada: 505,3468	30	Adjudicação	Aguarda nova penhora da área pela Procuradoria da Fazenda Nacional	Possível
54180.001200/2014-41	Tabatinga	Campos dos Goytacazes	Norte	739,9883	50	Adjudicação	Enviada a avaliação. Aguarda leilão.	Possível
54180.000099/2014-10	Velha	Campos dos Goytacazes	Norte	Registrada: 246,8884	15	Adjudicação	INCRA perdeu primeira oportunidade por falta do recursos orçamentários/financeiros. Aguarda novo leilão e a autarquia precisará disponibilizar o pagamento para que seja efetivada a adjudicação	Provável

Nº do Processo	Nome do imóvel	Nome do município	Região	Área (ha)	Capac. de família	Forma de obtenção	Situação Atual	Prognóstico
54180.001663/2014-11	Cartucho	Campos dos Goytacazes	Norte	Em elaboração	-	Adjudicação	Sem penhora	Possível
54180.001053/2012-48	Livramento	Carmo	Serrana	357,1101	10	Cessão	Depende de autorização do Governador	Possível
54180.001040/2008-92 54180.001047/2013-71	La Florida Surubi	Italva	Noroeste	434,9422	26	Desapropriação	Em fase de Avaliação e elaboração de ECGR. Dúvidas quanto à viabilidade.	Possível
54180.000910/2007-25 54180.000164/2012-37	Nova Esperança e Anexos	Volta Redonda / Barra do Pirai	Médio Paraíba	391,9681	15	Desapropriação	Em fase de conclusão de Avaliação e ECGR	Possível
54180.000613/2008-61	Sítio São José	Valença	Médio Paraíba	361,1286	9	Desapropriação	Programar Avaliação e ECGR	Possível
54180.000531/2010-31	Maruí e Almada	Campos dos Goytacazes	Norte	1088,6933	41	Desapropriação	Aguardando perícia judicial.	Remoto
54180.000852/2010-35	Conjunto Sapucaia	Campos dos Goytacazes	Norte	9930,7112	600	Desapropriação	Suspenso judicialmente pela justiça estadual, declinada a competência para a justiça federal e mantida a suspensão, processo em trâmite da justiça estadual para federal há mais de dois anos.	Remoto
54180.000478/2005-19	Conjunto Periquito, Boa Vista e Guandu	Campos dos Goytacazes	Norte	1685,3976	90	Desapropriação	Será encaminhada pela PFE	Possível
54180.000675/2011-78	Tocos	Campos dos Goytacazes	Norte	550,6734	22	Desapropriação	Cálculo de produtividade – há problemas no RGI (mesma matrícula p/imóveis diferentes)	Provável
54180.001532/2011-83	Conjunto Concha	Campos dos Goytacazes	Norte	2462,144	150	Desapropriação	Cálculo de produtividade – há problemas no RGI (mesma matrícula p/imóveis diferentes)	Provável

Nº do Processo	Nome do imóvel	Nome do município	Região	Área (ha)	Capac. de família	Forma de obtenção	Situação Atual	Prognóstico
54180.001282/2005-33	Ribanda e Anexo Rio Bandar	Paracambi	Metropolitana	460,6654	20	Desapropriação	Aguardando imissão de posse	Muito provável
54180.001167/1998-51	Conjunto Cambahyba	Campos dos Goytacazes	Norte	1319,8148	170	Desapropriação	Juiz designou nova perícia mesmo com perícia anterior dando improdutiva, PFE vai questionar nova perícia.	Remoto
54180.001335/2004-35	Fazenda da Pedra	Quatis	Médio Paraíba	1.162,9590 Área Desap: 1.158,7505	33	Desapropriação	Com imissão de posse, mas aguardando aprovação de acordo pelo Conselho Diretor conforme orientação da PFE	Muito provável
54180.000496/2007-54 54180.001046/2013-27	Rio Novo	Paracambi	Metropolitana	696,6086	29	Desapropriação	Processo administrativo suspenso porque proprietário alegou que não foi respeitado o contraditório, PFE recorreu.	Remoto
54180.000938/2004-10	Santa Maria dos Peixes	Campos dos Goytacazes	Norte	567,7167	39	Desapropriação	Óbice Judicial (Vai para perícia)	Remoto
54180.000495/2005-48	São Cristóvão	Campos dos Goytacazes	Norte	480,8202	25	Desapropriação	Programar Avaliação e ECGR	Possível
54180.001276/2004-03	Morro do Pilar	Quissamã	Norte	872,3791	51	Desapropriação	Aguardando decisão judicial, perícia parcialmente desfavorável.	Remoto
54180.001830/2001-00	Santa Helena	Campos dos Goytacazes	Norte	454,826	30	Desapropriação	Aguardando decisão judicial, perícia parcialmente desfavorável.	Remoto
54180.000023/2001-61	Santa Vitória	São Fidélis	Norte	491,3812	30	Desapropriação	Sentença dando a fazenda como produtiva; Incra anulou a sentença e deve ocorrer nova perícia.	Remoto
54180.001162/2004-55	Três Marias	Macaé	Norte	Levantada: 2.282,3749 Registrada: 2.133,9932	170	Desapropriação	Aguardando perícia judicial.	Remoto

Nº do Processo	Nome do imóvel	Nome do município	Região	Área (ha)	Capac. de família	Forma de obtenção	Situação Atual	Prognóstico
54180.001472/2014-41	Lagoa dos Patos	Quissamã	Norte	3146,0000	-	Desapropriação	Em vistoria	Possível

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Os processos constantes na tabela, em sua maioria, possuem óbices judiciais que impedem seus trâmites administrativos normais. Há também processos aguardando adequação ao novo fluxo de obtenção de terras, ou seja, áreas que tiveram a vistoria de verificação da função social procedida, sendo constatadas como improdutivas após apresentação de recursos, mantiveram sua classificação de improdutividade e, de acordo com as novas normativas, para seu correto prosseguimento deverão ser avaliadas e, concomitantemente, serem gerados estudos de capacidade de geração de renda do imóvel em questão.

Em relação à modalidade de obtenção mais adotada:

Historicamente, o maior quantitativo de áreas vistoriadas pela SR se dava pela modalidade desapropriação. Entretanto, nos últimos dois anos, houve uma inversão dessa situação. Em 2014, considerando área registrada, foram vistoriados 4.142,2411ha na modalidade Adjudicação, enquanto por desapropriação vistoriaram-se 2.106,3700ha e apenas uma área de 357,1101ha relativa a uma vistoria a pedido de outro órgão visando à futura cessão ao INCRA foi vistoriada.

Desde o ano de 2013 a modalidade de obtenção denominada Adjudicação de Imóveis teve importância maior que a desapropriação para fins de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, diferindo dos anos anteriores, nos quais foi absoluta a aplicação da modalidade de desapropriação por interesse social.

Trata-se de modalidade em que áreas penhoradas, arrecadadas pela União por razão de não pagamento de dívidas públicas, sejam destinadas para criação de Assentamentos de Reforma Agrária, tão logo o INCRA demonstre interesse. Isto se dá mediante verificação de viabilidade para implantação de assentamento e informação de valor do imóvel a ser arrecadado, por parte do Incra, com base na planilha de preços referencias de terras.

Após a comparação dos valores por parte da justiça, que confronta os valores aplicados pelo oficial de justiça com os valores determinados pelo Incra, a partir de aferição técnica, verifica-se se o valor atende ou não ao valor da dívida declarada do imóvel em questão. A partir daí, os trâmites, comparados com os da desapropriação, são mais curtos. Nessa modalidade não há contestação de produtividade/improdutividade, o que torna mais rápida a arrecadação das terras e sua destinação à Reforma Agrária.

Corroborando com os resultados apresentados no Diagnóstico Regional da SR(07), e enviado à Diretoria de Obtenção, as maiores demandas de obtenção de terras estão concentradas, principalmente, na Região Norte Fluminense. Dos 30 processos de vistoria e avaliação em andamento, 23 (vinte e três) imóveis estão inserido na região Norte Fluminense, aproximadamente 77%. O número de imóveis e o quantitativo de área registrada por região encontram-se no quadro a seguir.

Tabela 18 – Número de imóveis rurais em obtenção pela SR(07) por Região

Região	Imóveis por Região (%)	Área Total (%)
Serrana	1 (3,33)	357,1101 (0,93)
Noroeste	1 (3,33)	434,9422 (1,13)
Metropolitana	2 (6,67)	1157,274 (3,00)
Norte	23 (76,67)	34603,617 (89,81)
Médio Paraíba	3 (10,00)	1978,1167 (5,13)
Total	30 (100)	38531,06 (100)

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Em 2014, das 10 áreas vistoriadas, 07 foram por adjudicação, 02 por desapropriação e 01 visando cessão para o INCRA, sendo que as áreas por adjudicação, em sua totalidade, encontram-se localizadas no município de Campos dos Goytacazes, Região Norte Fluminense, conforme demonstrado no quadro abaixo. Cabe ressaltar que houve tentativa de obtenção utilizando-se a opção da aquisição por compra e venda, como prevê o Decreto N°. 433/92, tendo sido, inclusive, publicado edital de Compra e Venda, porém, essa modalidade não demonstrou atratividade aos proprietários rurais, uma vez que apenas um proprietário ofertou um imóvel, mas que não atendeu aos critérios estabelecidos no referido edital.

Tabela 19 – Imóveis vistoriados em 2014, com discriminação das modalidades de obtenção e custo médio por hectare

Nome do Imóvel Rural	Município	Região	Modalidade de Obtenção	Valor Benfeitorias (R\$)	Valor Total do Imóvel (R\$)	Custo Médio / Ha
Fazenda Piedade	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	Em elaboração	Em elaboração	-
Fazenda Coqueiro	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	Em elaboração	Em elaboração	-
Fazenda Leite	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	X	INCRA: 3.803.827,59 Oficial de Justiça: 4.176.418,41	R\$ 7.527,16
				X	INCRA: 4.272.768,28 Oficial de Justiça: 4.691.294,27	R\$ 7.527,16
Fazenda Tabatinga	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	X	INCRA: 6.363.396,19 Oficial de Justiça: 7.644.508,33	R\$ 8.599,32

Nome do Imóvel Rural	Município	Região	Modalidade de Obtenção	Valor Benfeitorias (R\$)	Valor Total do Imóvel (R\$)	Custo Médio / Ha
Fazenda Velha	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	X	INCRA: 1.772.491,83 Oficial de Justiça: 1.785.350,00	R\$ 7.179,32
Fazenda Cartucho	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	Em elaboração	Em elaboração	-
Fazenda Poço D'antas	Campos dos Goytacazes	Norte	Adjudicação	X	1.957.593,00	R\$ 8.673,16
Fazenda Caetá e Cedro	São João da Barra	Norte	Desapropriação	3.154,119,50	12973578,79	11.545,61
Fazenda Nova Esperança e Anexos	Volta Redonda/ Barra do Piraí	Sul	Desapropriação	Em elaboração	Em elaboração	-
Fazenda Livramento	Carmo	Serrana	Transferência	Em elaboração	Em elaboração	-

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

A escolha, em 2014, por vistorias por meio da adjudicação, deu-se em razão de ser um processo mais rápido, uma vez que não se discute a produtividade do imóvel e o custo da aquisição em termos judiciais é mais barato. Nesse ano, o INCRA no Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional, obteve na Justiça decisão favorável à adjudicação de duas fazendas, a Jundiá e a Bom Retiro, ambas localizadas no município de Campos dos Goytacazes e vistoriadas em 2013. A primeira, com uma área de 198,0000ha, seria transmitida em favor do INCRA pelo valor de R\$1,025 milhão; a segunda, Bom Retiro, com área de 114,0000ha, teria sua transmissão em favor do INCRA pelo valor de R\$ 590 mil. A aquisição não foi efetivada em razão de os proprietários terem conseguido anular judicialmente o débito.

Ainda, em relação à possibilidade de adjudicação de imóveis vistoriados por adjudicação, havia ainda três áreas: Saquarema (área de 511,7 hectares) e Poço D'Antas (área 218,94 hectares) da Usina Cambahyba, e a Fazenda Velha (área 246,88 hectares) da Usina Paraíso. A adjudicação dos imóveis dependia de manifestação do Presidente do INCRA quanto ao interesse e da disponibilidade orçamentária para a operação em função da necessidade de se peticionar em juízo com depósito de dinheiro para efetivar as adjudicações, fato este não ocorrido devido aos recursos na categoria "investimento" somente serem liberados após a sanção da LOA 2015.

Análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA.

Em 2014 foram criados 03 Projetos de Assentamentos: PDS Osvaldo de Oliveira, PDS Sebastião LAN II e PA União, Terra e Trabalho. Em todos eles foi realizada a ação de CadÚnico e em dois deles foram elaborados os Estudos Acerca da Capacidade de Geração de Renda, a saber: PDS Osvaldo de Oliveira e PA União, Terra e Trabalho. Da mesma forma, neste dois assentamentos as famílias foram devidamente cadastradas, sendo que no último foi feita a homologação do assentamento de todas as famílias, conforme a capacidade. No PDS Osvaldo de Oliveira, por haver um número menor de famílias em relação à capacidade, foi feita a homologação do assentamento de apenas 41 famílias, aguardando o preenchimento total das vagas após o término da seleção de famílias de um outro assentamento ambientalmente diferenciado, que ocorrerá no início de 2015. Para essas ações, o orçamento projetado e os recursos utilizados foram suficientes, havendo necessidade de aporte de recursos em 2015 para a conclusão de ações visando ao preenchimento das vagas em aberto.

Em se tratando de topografia, o PA União, Terra e Trabalho foi devidamente parcelado, tendo sido implantados os marcos em cada lote e emitidos os CCUs para cada família.

Em virtude da impossibilidade de continuação da Chamada Pública de ATER no estado do Rio de Janeiro, ainda não há previsão de elaboração de PDA para os assentamentos criados em 2014.

3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

O levantamento do custo da recuperação de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP) desmatadas é feito durante as vistorias e seus valores são descritos nos laudos, entretanto, em 2014, foram realizadas duas vistorias, sendo que em uma delas, a da Fazenda Caeté e Cedro, não houve continuidade na desapropriação em razão do elevado custo por família e, a outra, a da Fazenda Nova Esperança e Anexos, ainda não foi concluído o laudo de avaliação. Portanto, não houve valores descontados referentes a passivos ambientais (áreas de reserva legal e de preservação permanente) no ano de 2014.

3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento

Entre os anos de 2012/2013 houve significativas mudanças na legislação ambiental, inclusive relacionadas diretamente aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

A Lei 12.651/2012, alterada pela Lei 12.727/2012, e o Decreto 7.830/2012 substituíram o antigo Código Florestal (Lei 4771/65). A mudança na legislação trouxe novas ferramentas de gestão ambiental para imóveis rurais, dentre elas, as mais importantes correspondem ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Além disso, a Resolução Conama N°387/2006, que estabelecia procedimentos para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, foi revogada pela Resolução Conama 458/2013.

Esse conjunto de mudanças determinou nova sistemática para a regularização ambiental de imóveis rurais, inclusive para os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. A nova base legal modificou o conceito de regularidade ambiental de imóveis rurais, cujo foco passou a ser o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em substituição ao licenciamento ambiental.

Para a regularização ambiental de Projetos de Assentamento, o Serviço de Meio Ambiente desta Superintendência está utilizando como referência o posicionamento estabelecido pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM), conforme Parecer INCRA/DTM/N°02/2013 fundamentado no Parecer CGA/PRCF/PFE INCRA/N°51/2013.

Segundo o Parecer da DTM, “Diante da análise jurídica resta claro que não há mais necessidade de licenciamento prévio para a criação de projetos de assentamento.” Dessa forma, estabelece-se que a regularização ambiental de Projetos de Assentamento (PA) está condicionada ao procedimento de inclusão do Assentamento no Sistema de Cadastramento Ambiental Rural (SiCAR), e quando couber, a participação no Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Informa-se também, que este Serviço de Meio Ambiente fez consulta junto a PFE/RJ (processo n° 54180.000700/2014-66) acerca da aplicabilidade dos Pareceres citados perante a legislação ambiental estadual, e obteve resposta (Parecer/PFE/INCRA/RJ/N°53/2014) alinhada com o posicionamento da DTM.

Portanto, como forma de atender à demanda de Regularização Ambiental, este Serviço priorizou a inclusão dos Projetos de Assentamento (PA) no SiCAR. Nesse ínterim, o Incra, por meio da DTM, formalizou um Termo de Execução Descentralizada (TED) junto à Universidade Federal de Lavras (UFLA) para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e posterior inserção no SiCAR, o que alterou a rotina operacional de inserção no SiCAR, sendo que este Serviço foi orientado a preencher um banco de dados e a separar as informações cartográficas dos PAs que serão repassadas aos técnicos da UFLA em abril de 2015.

Com as significativas mudanças nas estratégias institucionais ocorridas no ano de 2014 para atender à demanda de regularização ambiental de PAs, a meta pactuada de elaboração e inserção de 10 PAs no SiCAR ficou comprometida, não foi atendida para ser possível acatar as orientações da DTM. Assim, foram elaborados e inseridos no SiCAR os dados referentes a 04 PAs, priorizando

aqueles criados recentemente, e estão sendo preparadas as informações pertinentes ao restante dos assentamentos para serem repassadas aos técnicos da UFLA.

Recuperação ambiental de assentamentos

Acerca da recuperação de áreas degradadas em assentamentos, o Serviço de Meio Ambiente da SR-07 deu ênfase à busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais.

Por meio de reuniões com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA. A mais importante delas foi a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre INCRA e INEA, cujo objetivo central é a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR. O TCT visa, ainda, desenvolver ações conjuntas para direcionar a demanda de compensação ambiental da iniciativa privada e do Programa Jogos Limpos para a recuperação de passivos ambientais dos Projetos de Assentamentos. O TCT foi amplamente discutido nos anos de 2012/2013, assinado no final de 2013 e em execução a partir de 2014, cuja conclusão se dará no ano de 2016.

O Serviço de Meio Ambiente também fez o trabalho de levantamento de áreas degradadas em 15 projetos de assentamento, abaixo relacionados, e repassou os dados para a instituição contratada pelo órgão ambiental para levantar áreas para o Programa Jogos Limpos, conforme processo nº 54180.000594/2013-30.

Tabela 20 – Relação de Projetos de Assentamento e data de repasse de informação

Projeto de Assentamento	Dados Repassados em:
PA Sebastião LAN	13/03/14
PDS Sebastião LAN II	13/03/14
PA Vida Nova	26/03/14
PA Visconde	26/03/14
PA Zé Pureza	17/03/14
PA Ilha Grande	26/03/14
PA Antônio de Farias	16/07/14

Projeto de Assentamento	Dados Repassados em:
PA Floresta de Belém	16/07/14
PA Santo Amaro	16/07/14
PA Paz na Terra	17/03/14
PA Oziel Alves	17/03/14
PA Dandara dos Palmares	17/03/14
PA Che Guevara	17/03/14
PA Prefeito Celso Daniel	17/03/14
PA Cantagalo	17/03/14

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Em meados de 2013 a Petrobrás entrou em contato com a Superintendência Regional do Incra para solicitar anuência para a execução de um projeto de Reposição Florestal em parte das Áreas de Preservação Permanente (APP) do PA João Batista Soares. Na ocasião, após análise do pleito, a Superintendência autorizou o projeto, que começou a ser implantado no início de 2014, e está previsto para ser concluído no fim de 2018.

A Superintendência Regional foi afetada por decisão judicial (Processo nº 0000721-32.2014.4.02.5120 (2014.51.20.000721-7) que determinou a elaboração de um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), de um lote no PA São Bernadino. Técnicos do Serviço de Meio Ambiente estão acompanhando a recuperação do lote junto ao assentado (54180.001985/99-80). Em agosto houve uma ação inicial que foi classificada no monitoramento como recuperação de área degradada, com previsão de conclusão para 2017. Houve também uma segunda incursão ao lote, em outubro, para monitoramento das ações de recuperação. Em outubro houve uma diligência no PA Prefeito Celso Daniel para verificar denúncia do movimento social acerca de crime ambiental. Nestes termos, destaca-se que o planejamento deste Serviço é afetado por externalidades, determinações judiciais, pedidos do Ministério Público, denúncias de irregularidades, entre outras.

Ações de educação ambiental e gestão ambiental dos assentamentos

Em agosto de 2014 a chefia do Serviço de Meio Ambiente esteve no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira para esclarecer junto aos assentados as principais questões relacionadas à legislação ambiental, assim como para orientar sobre as peculiaridades dessa modalidade ambientalmente diferenciada de projeto de assentamento.

Considerando que a implantação do projeto de Reposição Florestal da Petrobras envolve dezenas de lotes, ficou estabelecido que o Incra faria o acompanhamento da execução da restauração e a mediação entre a empresa executora e os assentados. Para tanto, durante o ano de 2014, foram realizadas diversas diligências de técnicos deste serviço ao PA. Inicialmente ocorreu reunião para conscientização acerca da importância da restauração e também para esclarecer detalhes do projeto. Em março uma equipe se deslocou ao PA para levantar a demanda/localização de acesso a água para dessedentação animal em 27 lotes. Em maio a equipe esteve no PA para fazer o levantamento ocupacional (65 lotes) e colher Termos de Compromisso Ambiental dos lotes afetados pela restauração. Em dezembro a chefia do Serviço de Meio Ambiente esteve no lote 45 para mediar o conflito do beneficiário com o encarregado da empresa executora da restauração.

3.2.5 Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica.

3.2.6 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados

De acordo com o estabelecido na DECISÃO NORMATIVA – TCU Nº127, DE 15/05/2013, elaborou-se no Incra Sede o cronograma de registro dos imóveis desapropriados no âmbito do INCRA, levando-se em consideração o Acórdão nº 557/2004 – TCU/Plenário, a seguir:

Tabela 21 - Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados

Deliberação ACÓRDÃO 557/2004- TCU - Plenário (Processo: 005.888/2003-0)	Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
9.2.6 adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87,94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que: 9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.); 9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários; 9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.	Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda – Dec.433/92 Total de imóveis: 518	03/mar/2014 a 31/dez/2015	DT/DD/DA
	Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do INCRA Total de imóveis: 5.464 sendo que estes , estão registrados em nome do INCRA.	03/mai/2014 a 31/dez/2017	DT/DD/DA/PFE
	Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros. Total de imóveis: 2.478	03/mai/2014 a 31/dez/2018	DT/DD/DA

Fonte: Relatório de Gestão 2013 – INCRA Sede

Apresenta-se, a seguir, o levantamento realizado pela SR dos imóveis rurais desapropriados no estado do Rio de Janeiro para fins de registro, pela Contabilidade, em contas contábeis específicas.

Tabela 22 – Lista de Imóveis desapropriados para fins de registro pela Contabilidade

Fazenda	PA	Matrícula	Cartório	Senteça	Translado	Contabilidade
Faz. Almada Maruí	Terra Conquistada	649, fl. 68, Lv 2-B	3º. Ofício de Campos	OK	Pedido Feito	Não enviado
		650, fl. 69, Lv 2-B				
Fazenda Vermelha	Paz na Terra	14, fl. 14, Lv 2	Of. Único C. Moreira	Com recurso	Pedido Feito	Não enviado
Fazenda Tipity	Tipity	5236, fl. 227, Lv 3C	2º. Ofício de São João da Barra	Trânsito em julgado	Pedido Feito	Não enviado
		247, fl. 437, Lv 3				
		4425, fl. 143, Lv3C				
		5237, fl. 227, Lv3C				
		4008, fl. 96, Lv3C				
Fazenda do Salto	Faz. do Salto	1127, fl. 231, Lv.2-C	2º. Ofício de Barra Mansa	Trânsito em julgado	Pedido Feito	Não enviado
Fazenda Capelinha I e II	Capelinha	885, fl. 95, Lv.2-C	Ofício Único de Conceição de Macabu	Com recurso	Pedido Feito	Não enviado
		1406, fl. 178, Lv 2E				
		32, fl. 70, Livro 2				
		331, fl. 170, Lv2A				
		41, fl. 79, Lv. 2				
		1120, fl. 65, Lv2D				
		1115, fl. 60, Lv2D				
		2463, fl. 106, Lv3B				
		108, fl. 146, Lv2				
		2462, fl. 105, Lv3B				
		1860, fl. 100, 2C				
Fazenda Santa Rosa	Santa Rosa	647, fl. 58, Lv2B	3º Ofício de Magé	Trânsito em julgado	Registrado	Não enviado
Faz. Morro Grande	Morro Grande	1760, fl. 155, Lv2G	7º Ofício D. caxias	Trânsito em julgado	Pedido Feito a Cart.	Não enviado
Faz. São José de Baixo	Francisco Julião	371, ficha 01, Lv2A	O.U. de Barra Mansa	Trânsito em julgado	Pedido Feito a Cart.	Não enviado
Faz. Santo Inácio	-	-	-	Não Transitou	Inexiste: Anterior a 88	Não enviado
Fazenda Cantagalo	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-

Fazenda	PA	Matrícula	Cartório	Senteça	Translado	Contabilidade
Fazenda Cambucaes	-	-	-		Falei com a Lorena	
Faz. Bem Dizia	Bem Dizia	19445, fls 67, Lv2	2º Ofício de Macaé	Trânsito em julgado	Registrado	Não enviado
		19443, fl. 66, Lv2				
		19441, fl. 65, Lv2				
		19439, fl. 64, Lv2				
		19437, fl. 63, Lv2				
		19435, fl. 61, Lv2				
		19433, fl. 61, Lv2				
		19431, fl. 60, Lv2				
		19429, fl. 59, Lv2				
		19427, fl. 58, Lv2				
		19425, fl. 57, Lv2				
Faz. Moura Costa	-	-	-	-	-	-
Faz. Alpina	-	-	-	-	-	-
Faz. Marrecas	Che Guevara	2354-A, ficha 1	13º Ofício de Campos	Trânsito em julgado	Registrado	-
Faz. Campos Novos	-	-	-	Trânsito em julgado	-	-
Faz. Santa Alice	PIC Santa Alice	-	-	Trânsito em julgado	Registrado	-
Faz. São Bernardino	-	-	-	Trânsito em julgado	-	-
Faz. S. Js. Boa Morte	S. Js. da Boa Morte	-	-	Trânsito em julgado	Registrado	-
Faz. Aldeia Velha	PA Aldeia Velha	-	-	-	Registrado	-
Fazenda Sabugo	-	-	-	Trânsito em julgado	Pode pedir	-
Fazenda São Fidélis	PA São Fidélis	-	-	-	Pedido feito	-
Fazenda Visconde	PA Visconde	3287, fl. 57, Lv2H	Ofício Único de Casemiro de Abreu	Trânsito em julgado	Registrado	Não enviado
		1063, fl. 201, Lv2C				
		1062, fl. 200, Lv2C				

Fazenda	PA	Matrícula	Cartório	Senteça	Translado	Contabilidade
Conjunto Cabiúnas I e II	PA Celso Daniel	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Fazenda Betel	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Faz. Santo Amaro	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Fazenda Negreiros	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Faz. Santo Antonio	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Faz. São Domingos	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Faz. Estrela Branca	-	-	-			-
Faz. Floresta de Belem	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Faz. São João	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Fazenda Aymorés	-	-	-			-
Faz. Boa Sorte	-	-	-	Não Transitou	S/ registro c/ imissão	-
Fazenda Cesbra	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Usina São João	-	-	-	Não Transitou	Sem registro	-
Santa Rita p. Funcho	-	-	-	Apelação		-
Conjunto Ilha Grande	-	-	-	Transitou		-
Campos Novos Gl. A	-	8910	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado	-
Campos Novos Gl. B	-	8911	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado	-
Campos Novos Gl. C	-	8912	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado	-
Campos Novos Gl. C	-	8913	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado	-
Campos Novos Gl. C	-	19697	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado no INTER	-

Fazenda	PA	Matrícula	Cartório	Senteça	Translado	Contabilidade
Campos Novos Gl. C	-	986	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado no INTER	-
Campos Novos Gl. C	-	987	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado no INTER	-
Campos Novos Gl. C	-	1036	1º Ofício de Cabo Frio	Transitou	Resgistrado no INTER	-

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

3.2.7 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Número de pessoas inscritas no PNRA ainda não atendidas (passivo) na jurisdição da superintendência e os custos projetados para o assentamento deste contingente.

Existem 839 candidatos inscritos no SIPRA para os projetos de assentamento na jurisdição da SR(07), sendo os mais antigos de 19/09/2007. Considerando o histórico recente da SR de assentar a maior parte das famílias em lotes vagos nos projetos já existentes e a baixa capacidade de retomar lotes irregularmente ocupados, deduz-se que a maior parte desses candidatos não será contemplado.

Principais resultados obtidos na criação de projetos de assentamento, na seleção e no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício.

Tabela 23 – Execução Física 2014 e Planejamento 2015 na Ação 211A

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA 2014	META FÍSICA REALIZADA	META FÍSICA 2015
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais/PO 06 - Cadastro, seleção e homologação de famílias do PNRA	Homologar famílias (LOA)/Nº família assentada (LOA)	480	524	480
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais/Criar projeto em áreas onerosas - Compra, venda, desapropriação	Nº ha incorporado ou adquirido	943,0000	1702,8363	1986,0000
	Nº de PA criado	1	3	2
	Nº família assentada	49	49	64

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

A meta prevista para o exercício foi criar 01 (um) projeto de assentamento em área onerosa por meio de compra, venda ou desapropriação, com um total de 49 famílias assentadas e 943,0000ha de área incorporada ou adquirida pelo INCRA. Como resultado dos esforços despendidos para a ação na SR, foram criados três projetos de assentamento, sendo dois ambientalmente diferenciados, na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável, e um convencional, assentando, nas áreas onerosas, um total de 49 famílias. De forma geral, em termos de famílias assentadas, previa-se realizar a homologação de 480 famílias, sendo que a SR superou esse quantitativo, homologando um total de 524 famílias, das quais 49 famílias em áreas onerosas, 435 famílias em áreas não onerosas e 40 famílias por meio de reassentamentos.

Conforme o quadro abaixo, com a criação de três projetos de assentamento, o INCRA adquiriria um total de 3.244,4507ha, entretanto, em razão de uma das áreas, a do PDS LAN II, já pertencer ao INCRA desde o ano de 1974, em 2014 foram 1702,8363ha de área adquiridas. Ainda assim, a SR cumpriu a meta, que era de 943,0000ha de área incorporada ou adquirida.

Tabela 24 – Projetos de Assentamento criados em 2014

Código SIPRA	Imóvel	Projeto	Município	Área	Cap. de Família	Famílias Assentadas	Portaria		
							Nº	Data	Publicação DOU
RJ0004257	Faz. Bom Jardim	PDS Osvaldo de Oliveira	Macaé	1.539,7610	78	41	12	02/04/14	15/04/14
RJ0004258	Faz. Vale do Sol	PA União, Terra e Trabalho	Itaguaí	163,0753	8	8	21	21/08/14	26/09/14
RJ0004259	Imóvel rural descrito no Art. 1º do Decreto 73.792, de 11/03/74	PDS Sebastião LAN II	Silva Jardim	1.541,6144	44	0	31	02/12/14	08/12/14
TOTAL				3.244,4507	130	49			

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Referente a áreas onerosas, em 2014, o INCRA se imitiu na posse em três áreas: Fazenda Bom Jardim, Fazenda Vale do Sol e Fazenda da Pedra. Destas, apenas nas duas primeiras houve a criação de assentamento, não tendo sido possível nesse ano a criação do assentamento a partir da desapropriação da Fazenda da Pedra, imitada na posse em 06 de novembro de 2014, devido ao fato de existir proposta de acordo, que foi submetida ao Conselho Diretor, encaminhada por meio do PARECER AGU/PGF/PFE-INCRA/RJ/CHNG N°3/2013, seguindo-se todos os trâmites legais, relatório da Divisão de Obtenção, CDR, Resolução/INCRA/CDR/SR07/n°14/2013 e atendimento às complementações solicitadas. Acerca disso, cabe ressaltar que no estado do RJ há muitos entraves com a Justiça, dentre os quais a questão de os processos se arrastarem por anos, como neste caso, há mais de 10 anos, e que, mesmo o INCRA se imitando na posse, é certo que os proprietários

conseguem a suspensão da imissão. Assim, o acordo, além de encerrar esse problema, excluirá a incidência de juros moratórios e compensatórios, correção monetária e outros ônus que o feito expropriatório pode gerar e possibilitará agilidade nas demais ações desta SR em relação à implantação do PA, que se dará em 2015, a partir da celebração do referido acordo.

Em se tratando da seleção das famílias, dos três assentamentos criados no exercício, apenas um, o PA União, Terra e Trabalho, criado a partir da desapropriação da Fazenda Vale do Sol, teve sua capacidade preenchida. Nos demais, por se tratar de projetos ambientalmente diferenciados, na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), as famílias candidatas a beneficiárias da reforma agrária passaram, além dos critérios de seleção do SIPRA, por uma complementação do processo de seleção, que consistiu na aplicação de um questionário que abrange questões socioeconômicas, ecológicas e produtivas, concernentes à temática agroecológica, de modo a permitir que o conjunto familiar fosse avaliado quanto ao seu conhecimento e vivência prévios ou mesmo seu potencial em conceber as práticas sustentáveis.

Desse modo, no PDS Osvaldo de Oliveira foi realizada a aplicação do questionário, foi feita a seleção e foi homologado o assentamento de 41 famílias, restando ainda a homologação de 37 famílias. No PDS LAN II, da mesma forma, foi aplicado o questionário, mas o processo de seleção não foi concluído. Há, nesta área, aproximadamente o dobro da capacidade de famílias, que é de 44, havendo, portanto, a necessidade de uma ação voltada para o assentamento das famílias excedentes do PDS LAN II, que será, provavelmente no PDS Osvaldo de Oliveira em 2015.

Para a seleção e homologação de famílias em áreas não onerosas, foi desenvolvida uma ação conjunta entre o INCRA e o ICMBIo, com reuniões na RESEXMar Arraial do Cabo e nos referidos institutos. Como resultado, obteve-se a homologação de 435 famílias, que aguardam a aplicação dos créditos de instalação.

Quanto ao reassentamento de famílias em lotes vagos, em 2014, atingiu-se o número de 40 famílias reassentadas. O grande destaque dentro desse tema foi a normatização do aproveitamento de candidatos excedentes por meio da RESOLUÇÃO CDR/SR(07)/Nº 09 de 25/11/2014, publicada no Diário Oficial da União de 10/12/2014. Esses procedimentos tendem a agilizar o reassentamento de famílias em lotes vagos.

Para que todas as famílias estivessem aptas a acessar as políticas públicas, a Divisão de Obtenção de Terras, por meio de ação integrada com os gestores municipais, realizou a inserção de acampados e assentados do estado do Rio de Janeiro no CadÚnico, promovendo o cadastramento das famílias. Em relação aos acampamentos, a ação articulada com os gestores municipais foi realizada em todos os 21 acampamentos existentes no estado. Isso significa dizer que 100% dos acampamentos tiveram ação de CadÚnico diretamente pelo INCRA.

Entretanto, em se tratando de número de famílias acampadas, conforme demonstrado no quadro abaixo, do total de 932 famílias acampadas nesses 21 acampamentos, 787 tiveram seus cadastros realizados para inserção no CadÚnico pelos Gestores Municipais. Dessa forma, houve a

inserção no CadÚnico de 84,44% das famílias. As 140 famílias restantes não tiveram seus cadastros realizados por diversas razões, ou não estavam no acampamento durante a ação, ou não quiseram se cadastrar, ou houve saída de um nome e entrada de outro, considerando que é bastante dinâmico.

Tabela 25 – Número de acampados inscritos no CadÚnico

Acampamento	Município	Nº total de família	Total de famílias inscritas no CadÚnico	Número de famílias que deixaram de fazer CADÚnico/ acampamento
Manoel Barbosa	Campos dos Goytacazes	48	47	1
José Sebastião Brum	Italva	28	28	0
Cícero Guedes	Italva	33	33	0
Projeto Terra	Paracambi	20	19	1
Marli Pereira da Silva	Paracambi	18	12	6
Goytacazes	Campos dos Goytacazes	24	18	6
Dom Pedro Casaldáliga	Campos dos Goytacazes	168	110	58
31 de Maio	Campos dos Goytacazes	36	36	0
Luiz Maranhão	Campos dos Goytacazes	101	98	3
Paulo Freire	Conceição de Macabu	74	58	16
Irmã Doroty	Quatis	29	18	11
Unidos Venceremos	São Fidélis	9	8	1
Leonel Brizola	Campos dos Goytacazes	10	5	5
Heraldo Lirio	Campos dos Goytacazes	107	87	20
20 de Novembro	São Francisco de Itabapoana	6	5	1
17 de Abril	São Francisco de Itabapoana	4	4	0
Madre Cristina	São Francisco de Itabapoana	35	33	2
Claudinha e Neinha	Campos dos Goytacazes	5	0	0
Eduardo Caetano	Campos dos Goytacazes	17	13	4
Dandara dos Palmares	Rio das Ostras	68	64	4
Nelson Mandela	Rio das Ostras	92	91	1
21		932	787	140

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Por todo o exposto, considerando a necessidade de preenchimento das vagas em aberto no PDS Osvaldo de Oliveira, o excedente de famílias no PDS LAN II, a criação do PA Irmã Dorothy por meio da desapropriação da Fazenda da Pedra e da possível celebração do acordo, a provável imissão na posse da Fazenda Ribanda/Rio Bandar e o reconhecimento das famílias da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, localizada em Niterói/RJ, será possível atingir uma meta para 2015

de homologar o assentamento de 200 famílias e não de 480 como previsto no caderno de metas. Cabe ressaltar, ainda, que o quantitativo de área a ser incorporado ou adquirido sofreria redução, uma vez que imóveis com grandes possibilidades de serem desapropriados, e que estavam previstos para 2015, encontram-se paralisados por medida judicial. Como consequência primeira desse fato tem-se a não obtenção de terras para assentar as famílias acampadas no estado e, em seguida, a diminuição da capacidade de resposta aos acampamentos no estado, causando preocupação à SR o cumprimento de metas previamente estipuladas.

Resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa

O volume de exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária foi baixo, tendo sido realizadas 07 retomadas administrativas e 01 judicial, totalizando 08 exclusões.

Resultado das ações empreendidas pela SR para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 753/208 – Plenário

Por determinação do Acórdão nº 753/2008-Plenário, o INCRA tem dado publicidade ao processo de recebimento de Títulos de Domínio e de Contratos de Concessão de Uso (CCUs) de imóveis objetos de Reforma Agrária por meio do acesso no site da Autarquia, www.incra.gov.br, tendo em vista a emissão de título de domínio encontrar-se suspensa por ato administrativo da Presidência do INCRA. Por essa razão não tendo sido dada nenhuma publicidade especial à emissão de CCUs.

Entretanto, especificamente aos Contratos de Concessão de Uso (CCUs), a Ascom do Incra costuma dar publicidade por meio de cobertura jornalística, na qual são produzidas matérias e fotografias. Os mesmos são divulgados no Portal do Incra e distribuídos a uma lista de jornalistas (mailing) como sugestão de pauta para reprodução do conteúdo em seus veículos de comunicação. As matérias também são divulgadas por meio do canal oficial do Incra no Facebook, do canal oficial da superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro na mesma mídia social e do canal oficial da superintendência no Twitter. As fotos ficam disponíveis para a imprensa e demais interessados e, sempre que solicitadas, são repassadas aos interessados.

3.2.8 Principais atividades de controle do gestor

Para controle do gestor, visando à fidedignidade dos registros inseridos no Sistema de Informação Rural-SIR, do Módulo de Monitoramento, disponível no INCRANET, a

Superintendência realiza, semanalmente, reuniões de CDR, nas quais são discutidos, entre outros, assuntos relativos às atividades inerentes a cada Divisão.

As atividades inerentes à Divisão de Obtenção de Terras, dentro de seus respectivos Serviços: Obtenção (vistoria e avaliação de imóveis rurais e pagamentos de imóveis rurais), Implantação (cadastro de famílias) e Meio Ambiente (Cadastro Ambiental Rural, licenciamento e gestão ambiental) são monitoradas pelo SIR, através do Módulo de Monitoramento, disponível no INCRANET. Para alimentação desse sistema, há em todos os Serviços, planilhas de controle que são regularmente atualizadas com todas as informações que permitam tanto o preenchimento do Módulo quanto ao atendimento de solicitações internas e externas.

Os processos administrativos de desapropriação e de adjudicação que se encontram em andamento são acompanhados a cada semana em seus trâmites internos e externos, com a devida anotação em planilha de acompanhamento e registro. Tais planilhas são caracterizadas por nome do imóvel, número do processo, código no SNCR, município, região, indicação de movimento social, modalidade de obtenção, área, fase atual, dentre outras informações que vão se acrescentando conforme a necessidade. Essas informações são constantemente compartilhadas com o Gabinete e com a Sede, visando à constante atualização em todos os níveis. Nos processos judiciais há informações atualizadas das decisões.

Para garantir a normativa dos processos faz-se a verificação da instrução processual por meio de parecer revisor e o Grupo Técnico faz a análise do Laudo de Vistoria e Avaliação (LVA). Pretende-se, para o ano de 2015, realizar capacitação sobre instrução processual, possibilitando uma melhor estrutura operacional para as atividades de instrução, conferência, revisão e processos de acordo com a legislação vigente.

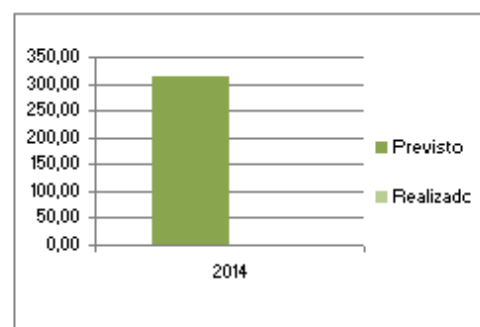
3.2.9 Demonstração dos resultados dos indicadores

a) Índice de gastos com obtenção de terras

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
311,63	0,00	311,63
Memória de cálculo: 2014: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: SISPROT, SIR)		

¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



Análise Crítica: Segue abaixo a demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício:

Tabela 26 – Valores de Benfeitorias, Sobras de TDAs e TDAs da SR(07) nos anos de 2012 e 2013

Imóvel	Município	Área (ha)	Capac. Fam.	Ano Orç.	(R\$) Em Moeda Corrente – VB	(R\$) Em Moeda Corrente – Sobras TDAs	(r\$) Em TDAs - VTN	VTI
Conjunto Cambahyba	Campos dos Goytacazes	1.319,81	111	2012	-	15,21	13.764.623,70	13.764.638,91
Fazenda Bom Jardim	Macaé	1.539,76	78	2012	444.688,10	50,63	7.116.046,50	7.560.785,23
Fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar	Paracambi	326,52	20	2013	210.952,79	33,21	2.398.413,74	2.609.399,74

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Tabela 27 – Valor Total de Indenização ou pagamento no período de 2011 a 2014

Exercício	Valor total de indenização (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício	Fonte	Área Total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR	Fonte
2011	-	SIAFI	-	-
2012	21.325.424,14*	SIAFI	22859,5700**	LVA
2013	2.609.399,74***	SIAFI	326,5200****	LAF/LVA
2014	-	SIAFI	-	-

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

*Referente a pagamento de benfeitorias, sobras de TDAs e TDAs dos imóveis Fazenda Bom Jardim e Conjunto Cambahyba

**Referente ao somatório das áreas dos imóveis Fazenda Bom Jardim e Conjunto Cambahyba

*** Referente a pagamento de benfeitorias, sobras de TDAs e TDAs do imóvel denominado Fazenda Ribanda/Rio Bandar

**** Referente à área do imóvel denominado Fazenda Ribanda/Rio Bandar

Tabela 28 – Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula de Cálculo	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede	R\$ 0,00/0,0000ha = R\$ 0,00

Considerando que o indicador “Índice de gastos com Obtenção de Terras” é a divisão dos pagamentos dos imóveis obtidos (somados TDA pago, Benfeitoria e sobras de TDA, sendo estes dois últimos não necessariamente já pagos) pela área total indenizada, e que, embora exista o valor de R\$ 210.952,79 em Restos a Pagar (RAP) Inscrito no ano de 2014, referente ao pagamento das benfeitorias do imóvel rural denominado Fazenda Ribanda/Rio Bandar, e esse valor foi considerado em 2013, tendo em vista ter sido empenhado nesse ano, ainda que o pagamento tenha sido efetuado em julho de 2014 e, considerando, ainda, que não houve indenização por desapropriação nem pagamento de imóveis por aquisição no exercício de 2014, deduz-se que, em relação ao referido Índice, que não houve gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA no Rio de Janeiro nesse ano.

Entretanto, foram realizadas todas as ações previstas e necessárias à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, cujo valor da despesa liquidada pela SR no ano de 2014 referente à Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais foi de R\$ 52.568,34.

Ressalta-se que o valor da despesa liquidada, R\$ 52.568,34, foi utilizado para a vistoria de imóveis, para a realização de serviços relacionados com a Procuradoria Regional Especializada junto ao INCRA (como Perícias de imóveis rurais e carga de processos em trâmites na justiça), de pesquisas de mercado de terras objetivando à alimentação do Banco de Dados do Mercado de Terras e Imóveis Rurais visando à elaboração de Relatório de Análise de Mercado de Terras – RAMT. Também estão incluídos nesse valor de despesa liquidada os gastos com deslocamento de servidores para realização de Comunicações Prévias aos proprietários e buscas cartoriais para a elaboração dos Estudos de Cadeia Dominial dos imóveis rurais em processo de obtenção.

Portanto, com as 10 vistorias realizadas, os 04 estudos de cadeia dominial iniciados, o acompanhamento das 02 perícias judiciais, a elaboração de 03 RAMTs, a imissão na posse de 03 imóveis pelo INCRA, a criação de 03 Projetos de Assentamento e a homologação do assentamento de 525 famílias, demonstra-se que, com as despesas liquidadas, a SR alcançou os objetivos pactuados, apresentando um nível de desempenho excelente, muito embora isso só tenha sido possível por uma situação peculiar, ou seja, houve demanda de vistoria por adjudicação.

Em se tratando das estratégias para cumprimento de metas do próximo exercício, que foi estabelecida a previsão de vistoriar 6.171,2748ha de área, como existe, no momento, 30 processos de vistoria e avaliação em andamento para aquisição de imóveis rurais pela Divisão de Obtenção Terras, se houver maior agilidade no andamento dos processos no âmbito do Poder Judiciário as metas estabelecidas para o próximo exercício superarão de forma expressiva às de 2014. Entretanto, como não há segurança para afirmar metas dependentes de decisões judiciais no estado do Rio de Janeiro, estabeleceu-se um prognóstico dessas áreas, que pode ser observado no quadro G.

b) Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de Assentamento e

c) Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor (%)

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)

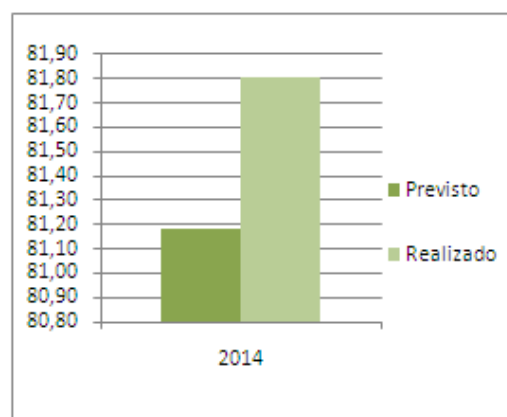
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

2014: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Número definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor (%)

2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

2014: número de assentamentos com Licença ambiental em vigor (ou CAR), (0 - Fonte: Informar fonte) dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Número definitivo poderá sofrer alteração com a conclusão do Planejamento 2015

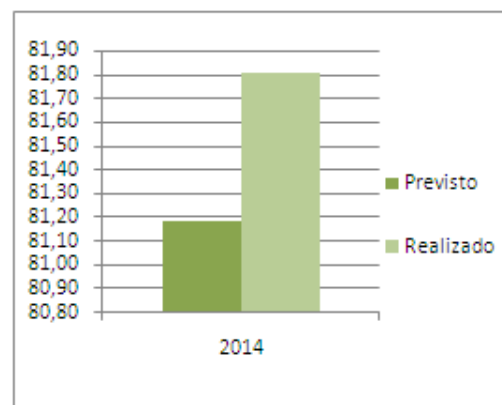


Tabela 29 – Cálculo dos índices b) e c)

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula de Cálculo	Resultado
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	Número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100	$4/0 * 100 = \text{Índice impossível de calcular}$
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	Número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, multiplicado por 100.	$4*/40*100 = 10$

*Não estão sendo utilizados os dados de Licenciamento, mas sim de Regularização Ambiental conforme PARECER INCRA/DTM/Nº02/2013. Foram inseridos 4 PAs no SiCAR que até o momento não foram analisados pelo Órgão Ambiental.

Análise Crítica: Não calculamos estes dois índices, pois eles deixaram de ter sentido, pois conforme o PARECER INCRA/DTM/Nº 02/2013, não estão sendo utilizados os dados de Licenciamento, mas sim de Regularização Ambiental. Informamos que foram inseridos 04 PAs no SiCAR, que até o momento não foram analisados pelo Órgão Ambiental.

3.2.10 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)

Não se aplica.

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração da execução física e financeira

Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	2011	1926	R\$ 2.018.558,00	R\$ 2.303.019,48	R\$ 2.292.592,38	R\$ 2.231.874,83	R\$ 1.464.958,86	R\$ 827.633,52
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	158	0	-	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	7	551	R\$ 63.908,00	R\$ 161.890,96	R\$ 160.460,52	R\$ 159.634,03	R\$ 159.634,03	R\$ 826,49
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade	29	250	R\$ 18.319,00	R\$ 166.779,00	R\$ 165.394,10	R\$ 165.132,64	R\$ 16.040,89	R\$ 261,46
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	21	21	R\$ 34.094,00	R\$ 34.094,00	R\$ 32.898,72	R\$ 28.982,61	R\$ 28.982,61	R\$ 3.916,11
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	135	136	R\$ 36.005,00	R\$ 19.748,50	R\$ 18.056,31	R\$ 17.056,31	R\$ 17.056,31	R\$ 1.000,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	29	60	R\$ 17.257,00	R\$ 17.257,00	R\$ 16.855,99	R\$ 16.855,99	R\$16.855,99	R\$ 0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	-	149????	-	-	-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	54	54	R\$ 304.200,00	R\$ 10.660,00	R\$ 10.660,00	R\$ 10.058,54	R\$ 9.706,61	R\$ 601,46
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade	-	-	R\$ 17.763,00	R\$ 11.655,81	R\$ 15.115,81	R\$ 14.696,39	R\$ 14.696,39	R\$ 419,42

Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade		R\$ 873.426,79	-	R\$ 755.676,90	R\$ 117.749,89
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade		-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade		-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade		R\$ 858.286,00	-	R\$ 627.748,85	R\$ 230.537,15
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade		R\$ 263.424,57	-	R\$ 263.424,57	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade		R\$ 4.320,00	-	R\$ 4.320,00	-
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade		R\$ 1.500,00	-	R\$ 1.500,00	-
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade		-	-	-	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade		-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade		R\$ 783,90	-	R\$ 783,90	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade		R\$ 868,00	-	R\$ 868,00	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade		-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico do déficit de infraestrutura

As ações de infraestrutura neste exercício procuraram prioritariamente acompanhar e fiscalizar a execução das obras licitadas no final do ano 2013, mas que iniciaram apenas em 2014. O processo administrativo 54180.000837/2013-30, cujo objeto é a recuperação de 10,32 Km de estradas no PA Francisco Julião, no município de Cardoso Moreira, através do CRT nº 4.000/14, celebrado com a Empresa D.F. Quality no valor de R\$ 542.099,72, para atender 45 famílias, e o processo administrativo 54180.000849/2013-64, que trata da construção de ponte de concreto com 22 metros de extensão no PA Zumbi dos Palmares, no município de Campos dos Goytacazes, através do CRT 3.000/14, com a Empresa IMQ (Indústria Mecânica Quissamã), no valor de R\$ 437.532,33 e visando atender a 506 famílias. Ressaltamos que trata-se de uma obra de arte especial de fundamental importância pois interliga os municípios de São Francisco de Itabapoana à Campos dos Goytacazes.

Não foram apresentadas pelas Prefeituras Municipais propostas de convênios para implantação e recuperação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento, no âmbito da chamada pública para infraestrutura, lançada pelo INCRA a nível nacional no 1º trimestre de 2014.

Para prover as famílias assentadas o acesso à água, a Superintendência manteve reuniões e encaminhou à representação no Rio de Janeiro do Ministério da Integração Nacional a demanda qualificada de todos os projetos de assentamentos do Estado, visando a inserção no Programa Água para todos.

O mesmo procedimento foi feito junto à Eletrobrás/Furnas dando continuidade à parceria já consolidada do Programa Luz para todos.

A Superintendência não dispõe ainda de dados sistematizados que permitam um diagnóstico mais preciso do déficit de infra-estrutura dos Projetos de Assentamento. Assim, pretendemos fazer este levantamento no primeiro semestre de 2015, a fim de auxiliar na elaboração de chamadas públicas e outros instrumentos capazes de contribuir para o pleno desenvolvimento dos projetos de assentamento.

3.3.3 Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A meta fixada para 2014 foi de 135 lotes vistoriados já atingimos 136. A vistoria do PA Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes, com capacidade de 285 famílias, bem como cerca de 40 vistorias nos Projetos de Assentamento Remanescente Campos Novos, no município de Cabo Frio e Cantagalo, em Rio das Ostras não foram realizadas no exercício de 2014 em face de insuficiência de recursos para esta ação, bem como foi priorizada a vistoria ocupacional de 65 lotes no PA João Batista Soares, localizada em Carapebus/RJ, ocorrida em maio/2014, e 23 lotes no PA Capelinha cuja demanda já havia sido priorizada nesta regional desde o ano de 2012.

Algumas ações foram adotadas quanto ao combate à ocupação ilegal e venda de lotes, foram retomados 12 lotes no PA Visconde, e destinados a outros candidatos à Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro.

Esta ação teve restrições de recursos e sua ação foi suspensa pelo INCRA/SEDE/BSB por um período, o que limitou a supervisão de mais lotes. A supervisão ocupacional é importante para coibir irregularidades, como a compra e venda de lotes, e transferências ilegais, contrariando o objetivo da reforma agrária de aumento da produção de alimentos, renda dos trabalhadores rurais e gestão ambiental racional.

3.3.4 Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

Crédito Instalação:

Da meta física prevista nesta ação, especificamente com relação à atividade “Supervisionar e fiscalizar a concessão do crédito - antigo CI”, foram atendidas **21** famílias (**100 %** da meta).

Com relação à atividade “Concluir a aplicação ou devolver os recursos restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013”, foram concedidos créditos (aplicados) nas modalidades “Aquisição de Materiais de Construção” e “Recuperação de Materiais de Construção” no valor total de aproximadamente R\$ 256.000,00.

Já com relação ao recolhimento dos recursos, muito embora conste na Norma de Aplicação do Crédito o procedimento de recolher recursos via GRU quando não utilizados, na época (meados de 2014), a Divisão de Desenvolvimento foi orientada pela DD (Diretoria de Desenvolvimento) para que fosse enviado a eles um MEMO quando necessário proceder ao recolhimento desses valores (estes seriam recolhidos pela própria DD). A partir desta orientação, tal procedimento foi executado por esta Regional com o encaminhamento de alguns Memorandos. No entanto, até o momento nenhum recurso foi recolhido.

A previsão para conclusão da aplicação dos créditos antigos (recursos restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013) é para o mês de julho do exercício de 2015.

Com relação à atividade “Supervisionar e fiscalizar a concessão do crédito - novo CI (LOA)”, é importante destacar que não ocorreu nenhum tipo de supervisão e fiscalização na concessão de crédito novo”. Apesar de realizados por esta Regional todos os procedimentos administrativos necessários para assegurar os recursos nas novas modalidades de crédito, não ocorreu a materialização destes valores na forma proposta. Como nenhum crédito foi concedido, também não houve supervisão e fiscalização de crédito novo.

Conforme já informado acima, não ocorreu a aplicação do crédito instalação (créditos novos) em decorrência da falta recursos para esta finalidade. Apenas ocorreu a supervisão e fiscalização das antigas modalidades de crédito. Também não ocorreu o envio de Relação de Beneficiários às entidades organizadoras com referência ao programa de habitação rural.

Desde meados de 2014, a equipe de crédito vem lançando mão de grandes esforços para localizar, organizar e sanear todos os processos individuais das famílias beneficiárias envolvidas no processo de concessão de Crédito Instalação nos últimos anos.

Além disso, tem sido realizada a aplicação dos recursos remanescentes restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013 (antigo crédito instalação). A conclusão (aplicar ou recolher a totalidade dos recursos restabelecidos) está prevista para o mês de julho de 2015.

Paralelamente a esses trabalhos, a equipe tem trabalhado também com a planilha encaminhada pela DD (Anexo 4) objetivando inserir todas as informações referentes aos

assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito para realizar a Mala Direta e posterior inserção dessas informações nos processos individuais.

Por fim tem sido alimentado o sistema SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação) com todas as informações levantadas, referente aos assentamentos trabalhados nos últimos anos pela atual equipe de crédito.

A previsão para o final do PPA 2012-2015 é de que todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito nos últimos anos (apenas aqueles trabalhados pela atual equipe de crédito) seja inserida no sistema para a efetiva cobrança desses valores.

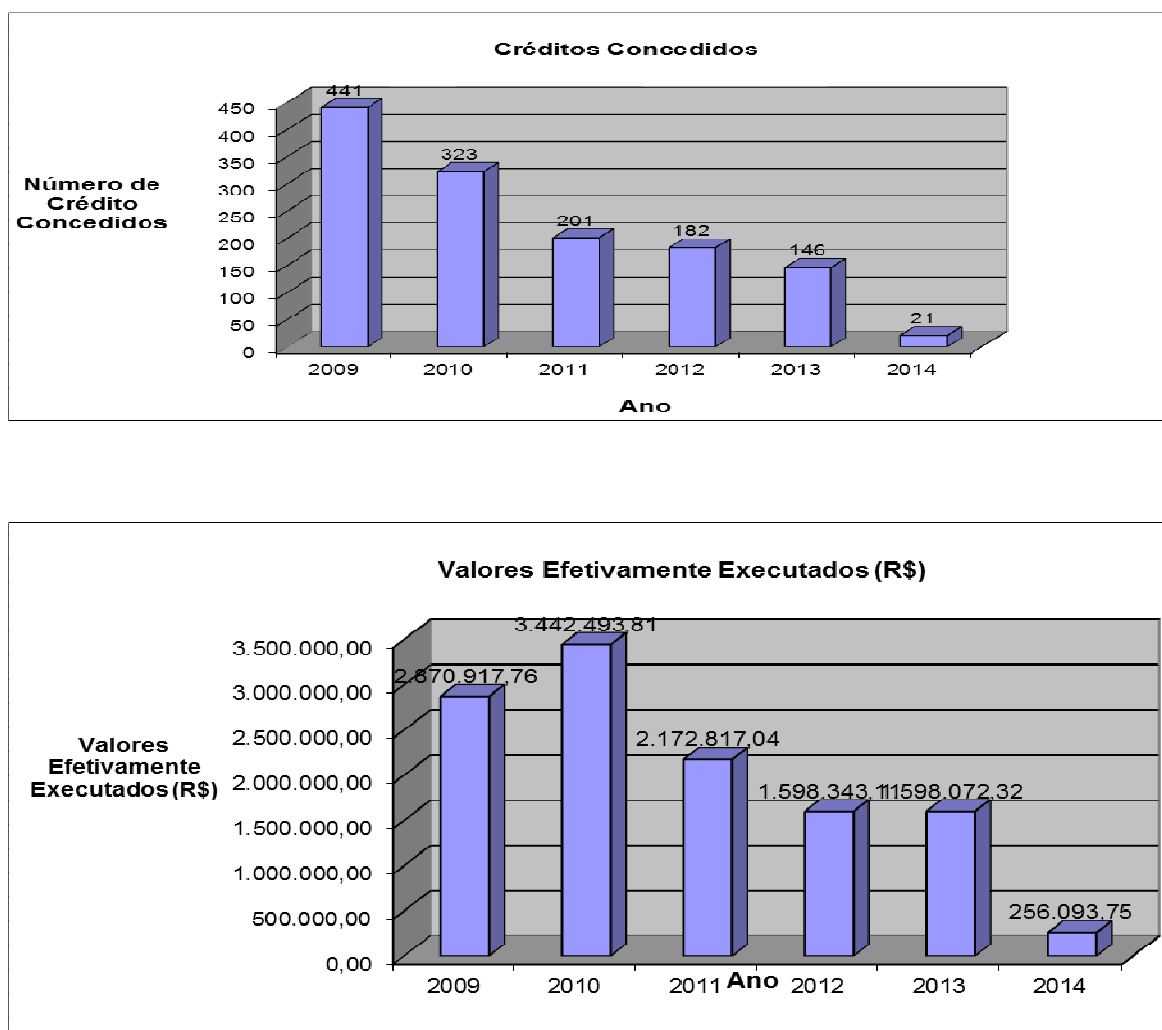
Outra meta prevista pela Divisão de Desenvolvimento para 2015 é a de aplicar a nova modalidade de Crédito “**Fomento Mulher**” visando atender aproximadamente 100 famílias.

Planejamos ainda trabalhar o programa de habitação rural com o envio de Relação de Beneficiários a entidades organizadoras objetivando assegurar o acesso à moradia às famílias demandantes de construção e que não foram contempladas com o antigo crédito instalação.

Ainda para o exercício de 2015, também serão trabalhadas, na medida das possibilidades existentes, as modalidades Apoio Inicial e Fomento com as famílias não contempladas com esses créditos.

O cumprimento da Meta deve-se ao fato de ter ocorrido nos últimos anos um grande avanço nesta Regional com relação ao Programa de Crédito Instalação. A Equipe de crédito foi reforçada com mais servidores empenhados na materialização dos objetivos do Programa. Ocorreu um efetivo apoio da atual Chefia da Divisão de Desenvolvimento nas ações planejadas pela Equipe de Crédito, com a cobrança constante da qualidade na prestação dos serviços e o amplo atendimento às famílias envolvidas em todo o processo. Outro grande destaque foi a crescente melhoria na interação entre servidores da Divisão para solucionar problemas existentes referentes aos procedimentos operacionais do Programa de Crédito. A organização dos processos e o cuidado em observar as orientações constantes nas Instruções Normativas e Norma de Execução foi um avanço alcançado na rotina da Equipe de Crédito. O Planejamento dos trabalhos certamente pode ser considerado como o principal ponto positivo alcançado nas ações referentes ao Programa. Além do exposto, a equipe de crédito conseguiu minimizar nos últimos anos o grande passivo existente com relação aos recursos existentes em contas bancárias dos assentamentos. Como pode ser observado no gráfico apresentado abaixo, temos um demonstrativo aproximado dos créditos concedidos e recursos efetivamente aplicados nos últimos cinco anos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 1 – Créditos concedidos e recursos efetivamente aplicados nos últimos 05 anos no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Eventuais problemas de execução: Com relação à execução física, ou seja, os créditos efetivamente concedidos às famílias assentadas existem inúmeros fatores que dificultaram, ou mesmo impediram a materialização do regular processo de operacionalização do Programa de Crédito, tais como: dificuldade de conseguir viaturas para realizar as viagens aos assentamentos; maioria das viaturas em mau estado de conservação; falta de motoristas na Regional; falta de recursos para as despesas de deslocamento dos servidores; demora no pagamento destes recursos; precariedade de infraestrutura na grande maioria dos assentamentos, o que dificulta a aplicação dos créditos nestas áreas, visto que a falta de acesso aos lotes (estradas) impediram a entrega dos produtos/materiais às famílias beneficiárias; grande número de famílias em situação irregular, o que impossibilita a concessão dos créditos.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não obstante a grande dificuldade em conseguir os recursos solicitados para trabalhar as novas modalidades de crédito (Apoio Inicial, Fomento e Fomento Mulher), foi realizada, na medida das possibilidades existentes, a operacionalização dos valores descentralizados em exercícios anteriores e já depositados em conta corrente (recursos do Crédito Instalação restabelecidos pela SR, conforme previsto na

Portaria/Incra/P/nº.352, de 18 de julho de 2013. Desta forma, apesar do não cumprimento da meta referente à emissão de RB's (Relação de Beneficiários) às entidades organizadoras, ocorreu uma considerável e efetiva execução de recursos antigos, contemplando no exercício de 2014 aproximadamente **21** famílias, nas modalidades aquisição e recuperação de materiais de construção, com valores aplicados na ordem de **R\$ 256.000,00**, como pode ser observado na tabela abaixo apresentada.

Tabela 30 – Execução dos Recursos Modalidades Aquisição e Recuperação de Materiais de Construção

PA	Município	Nº de Famílias contempladas	Modalidade	Valor (R\$)
Vida Nova	Barra do Piraí	2	Aquisição de Materiais de Construção	8.599,40
Terra da Paz	Piraí	5	Aquisição de Materiais de Construção	63.854,75
Roseli Nunes	Piraí	13	Aquisição de Materiais de Construção	180.039,60
Tipity	São Francisco do Itabapoana	1	Recuperação de Materiais de Construção	3.600,00
		21		256.093,75

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Conforme já informado, a previsão para o final do PPA 2012-2015 é de que todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito nos últimos anos (apenas aqueles trabalhados pela atual equipe de crédito) já estejam devidamente inseridas no sistema para a efetiva cobrança desses valores.

O planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, meta estabelecida para o exercício, análise das intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015 está descrito no item

Agroindustrialização:

A meta do exercício era atender 29 famílias e atendemos 250 famílias através de duas ações: inauguração da fábrica de açúcar mascavo e feira da reforma agrária. Em maio/14 foi inaugurada Fábrica de Açúcar Mascavo, Melado e Rapadura beneficiando 132 famílias dos assentamentos Ilha Grande e Che Guevara, no município de Campos dos Goytacazes. Em dezembro/14, aconteceu a Feira da Reforma Agrária, no Largo da Carioca, no centro do estado do Rio de Janeiro, proporcionando à população fluminense a comercialização dos produtos de vários assentamentos do estado, bem como de assentamentos de outras unidades da federação, incentivando a produção e venda oriundas de nossos assentamentos, atingindo 118 beneficiários.

Para 2015 a superintendência está levantando demandas junto a outras instituições públicas com vistas a implementações em agrindustrialização. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes sinalizou com a implantação de três fábricas de ração. A primeira para atender a suinocultura já implantada pela Universidade Norte Fluminense – UENF no PA Josué de Castro e

as outras duas (móveis) para atender o Projeto Mais Frango, que está sendo implementado no PA Zumbi dos Palmares, Dandara dos Palmares, Oziel Alves, Ilha Grande e Che Guevara. Cada uma delas está orçada em R\$ 55.000,00.

Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização:

Não houve na SR-07 demanda por ATES especializada em agroindustrialização.

Educação no Campo – PRONERA

O PRONERA é o programa que une o INCRA, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais para fomentar a educação no campo.

No caso da **Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**, acompanhamos e supervisionamos o curso de graduação em Serviço Social com a meta atual de 54 estudantes, oriundos de Projetos de Assentamento de diversos Estados, com vigência até dezembro de 2015.

Salientamos que no ano de 2014, a regional participou de várias reuniões de trabalho como estratégia para implementação/articulação de novos projetos de nível médio para assentados da reforma agrária e acompanhamos o curso de Especialização em Educação do Campo, parceria entre PRONERA/MEC/UFMG.

Em 2014 houve a participação em oficinas de capacitação e congresso objetivando instrumentalizar/capacitar os profissionais para um melhor desempenho do referido Programa.

Outro aspecto relevante é em relação ao PronatecCampo, a superintendência faz parte do colegiado executivo, onde ocorreram várias reuniões e supervisões dos projetos em execução.

Em relação à **Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social**, foi realizado um Termo de Cooperação entre o INCRA/MDA/CNPq para realização da Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012, que resultou na contratação de 36 projetos de Residência Agrária, voltados à formação de 1,6 mil alunos, em 27 universidades distribuídas por todo o País. Em cada projeto foi programado o valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais para custeio de ações nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. A chamada prevê ainda o pagamento de até 58 bolsas mensais do CNPq por núcleo de residência agrária para o próximo triênio. Esses cursos objetivam atender ao público do Artigo 13º do Decreto nº 7.352/04/11/2010, bem como, técnicos que prestam assistência técnica a assentados da Reforma Agrária. Por tratar-se de um Termo de Cooperação entre o INCRA e o CNPq, a Superintendência Regional do Rio de Janeiro só acompanhará a execução física dos cursos, pois os recursos são descentralizados diretamente pelo INCRA/Sede, em Brasília, para a outra entidade federal.

Foram selecionados 2 projetos na jurisdição da SR(07)/RJ, com duas diferentes Instituições de Ensino: Especialização em Trabalho, Educação e Movimento Sociais com a FioCruz e Especializações em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3.3.5 Principais atividades de controle do gestor

Na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento desta Regional, o maior volume de atendimento ao público concentra-se nas ações de Supervisão ocupacional onde a demanda de lotes a serem regularizados é grande e dela depende o desdobramento de algumas ações para fixação do homem no campo. Outra demanda relevante é a de Assistência Técnica em Assentamentos, ação esta, imprescindível ao aumento da produção e comercialização dos produtos oriundos do PA's atendidos pela ATER. Neste ano inúmeros esforços foram feitos no sentido de viabilizar a continuidade deste programa por intermédio de chamamento público de instituições capacitadas em atender as necessidades do nosso público alvo. Ressaltamos que durante este exercício de 2014, os serviços de ATES foram atendidos até o final de dezembro do corrente.

Para 2015 está previsto a chamada pública de ATES, estamos aguardando apenas as deliberações do INCRA/SEDE para assegurar a continuidade do programa com vistas a uma melhoria na produção e desenvolvimento de nossos assentamentos.

As atividades da Divisão de Desenvolvimento foram prejudicadas quanto a insuficiência e a não descentralização em tempo hábil dos recursos orçamentários e financeiros referentes as ações prioritárias para o desenvolvimento de nossos projetos, como por exemplo créditos nas modalidades Fomento I e II, crédito apoio inicial em área reconhecida pelo INCRA como a RESEX Marinha de Arraial do Cabo, bem como a suspensão de atividades inerentes a supervisão ocupacional, prejudicando consideravelmente as ações sucessórias.

Nossas ações são acompanhadas pelos asseguradores, designados por intermédio de Ordens de Serviços do Superintendente Regional. Esses asseguradores repassam mensalmente os resultados alcançados e as atividades desempenhadas nos respectivos PA's.

Foram implementadas reuniões mensais com todos os servidores visando um melhor acompanhamento e monitoramento de nossos resultados, proporcionando assim uma avaliação que permita o redirecionamento de atividades em virtude de entraves e/ou problemas que tenham surgido.

Neste exercício foram feitas auditorias internas para verificar a regularidade das ações, em relação aos objetivos estabelecidos pelo INCRA e nossa atuação nos registros informatizados em relação aos sistemas disponíveis pela SR, proporcionando ainda a avaliação e eficiência dos controles da regional.

O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os asseguradores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação metas x gastos, a fim de otimizar recursos financeiros e a capacidade operacional. Além das reuniões mensais com os asseguradores das ações e a chefia da Divisão de Desenvolvimento, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todos o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão. Além destas reuniões internas, algumas atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional.

Ainda mantém-se permanente contato com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos financeiros, mediante apresentação de metas e plano de trabalho.

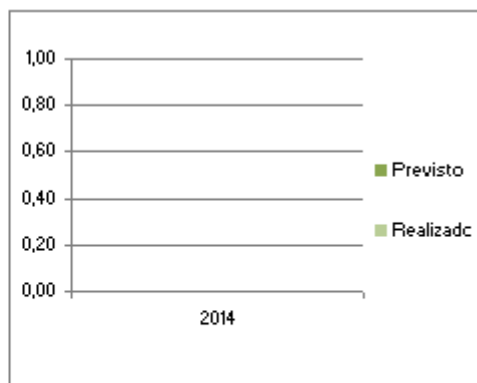
3.3.6 Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho

a) Índice de acesso à água para consumo doméstico

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

2014: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: Sipra) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (88 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

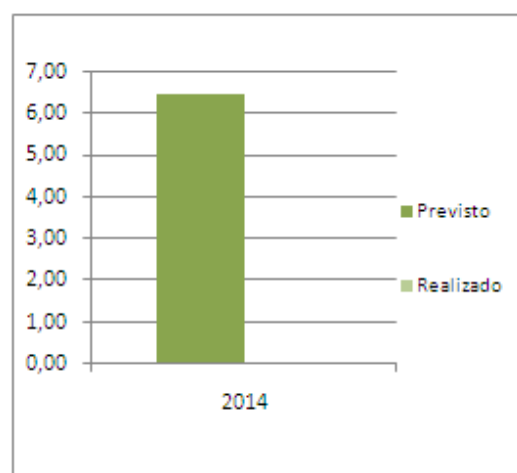
Análise Crítica: O índice não foi calculado, pois este programa deixou de ser atribuição do INCRA, sendo hoje de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, entretanto o INCRA ainda busca parcerias institucionais, para atendimento das famílias, conforme mencionado no texto acima.

b) Índice de provimento de PDA/PRA (%)

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
6,48	0,00	6,48

Memória de cálculo:

2014: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: SIR) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (41 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.



¹ Média dos últimos 3 anos

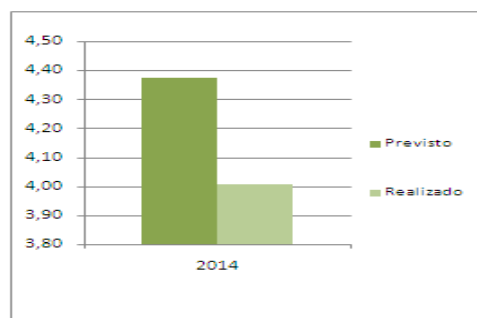
² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Análise Crítica: No cálculo foram considerados apenas os PAs federais até a fase 6 (mais novos e abrangidos pelo advento da criação do instituto do PDA/PRA), os quais somam 41 PAs,

considerando ainda o PA Sebastião Lan I, o qual já teve seu PDA aprovado pelo INCRA. Como não houve PDA/PRA foi aprovado em 2014, este índice ficou em zero. Mas na realidade, temos 18 aprovados desde 2009, o que nos dá um índice de provimento geral de 43,9%, conforme detalhado abaixo no item 3.3.8.

c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2014		2015
Previsto ²	Realizado	Meta ²
4,38	4,01	17,71
Memória de cálculo: Índice: 2014: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (21 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (524 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Metas: 2014: Meta de conclusão de moradias no exercício (21 - Fonte: Caderno de Metas) dividido pela Meta de assentamento de famílias (480 - Fonte: Caderno de Metas) multiplicado por 100. 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (85 - Fonte: Caderno de Metas) dividido pela Meta de assentamento de famílias (480 - Fonte: Caderno de Metas) multiplicado por 100.		

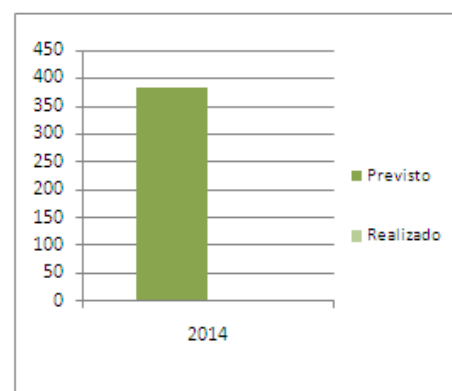


² meta de conclusão de moradias no exercício dividido pela meta de assentamento no exercício

Análise crítica: O índice realizado ficou próximo do previsto. Mas, não haveria a possibilidade de ser muito maior, uma vez que as famílias incluídas como beneficiárias no Programa Nacional de Reforma Agrária no exercício de 2014, tanto na RESEX Marinha de Arraial do Cabo quanto aquelas assentadas em lotes vagos em projetos existentes não necessitavam de política habitacional.

d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
383	0	0



Realizado 2014: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:). Previsto 2014: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação de I e II) no exercício no nível de agregação (284 - Fonte: Caderno de Metas) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (99 - Fonte: Caderno de Metas), 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no

exercício no nível de agregação (0 – Fonte:) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 – Fonte:)

¹ Soma da meta de contratos firmados para acesso ao Pronaf com a meta de contratos Fomento (operação I e II e Fomento Mulher)

² Soma do número de contratos firmados para acesso ao Pronaf com o número de contratos para acesso ao Fomento (operação I e II e Fomento Mulher). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

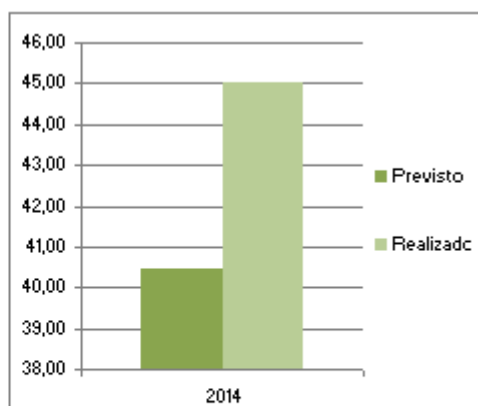
Análise crítica: Conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central - BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilita a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. O MDA informou ainda que, os dados informados para a meta em 2012 e 2013 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir esta desagregação.

Assim, para fazer o cálculo utilizamos a meta dos créditos Fomento. O índice fica zerado pois não aplicamos nenhum crédito, pois os recursos não foram disponibilizados pela Sede este ano.

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
40,46	45,00	0,00
Memória de cálculo: 2014: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (1926 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (4280 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.		

¹ Meta de famílias com ATES dividido pela Meta de famílias assentadas

² Meta de famílias com ATES dividido Meta de famílias assentadas com base no número de famílias assentadas em 2014. Planejamento 2015 ainda não concluído



Análise Crítica: Quanto ao índices de provimento de ATES por assentamento, a Equipe de ATES/INCRA-RJ avalia que, mesmo estando bem abaixo do ideal de 100% e abaixo também de algumas outras Superintendências pelo país, ainda assim é considerado um índice aceitável tecnicamente, principalmente por ocasião da severa instabilidade nas informações sobre os assentamentos conforme atesta a quantidade de famílias em situação irregular em grande parte dos PAs (cerca de 30%). A Equipe de ATES/INCRA-RJ considera que enquanto essa incongruência não for saneada torna-se temeroso e não recomendável estender a assistência técnica aos demais PAs.

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
	0,00	
Fonte/Metodologia de amostragem:		

¹ Não existe indicador definido para o índice Previsto/Meta



Análise Crítica: Não foi possível aferir a renda média das famílias no ano de 2014. Não temos instrumentos para isso no momento.

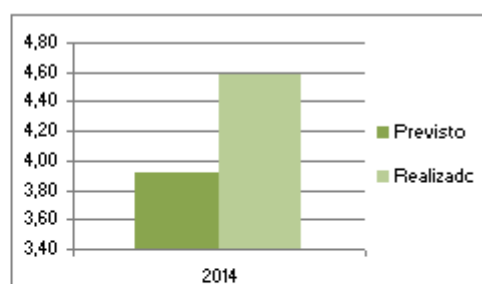
Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
3,92	4,58	10,59

Memória de cálculo:

Realizado 2014: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (136 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (2967 - Fonte: SIPRA, SIR) multiplicado por 100. Previsto 2014: Meta Supervisão (135 - Fonte: Caderno de Metas) dividido pela Meta de famílias assentadas (3447 - Fonte: SIR, SIPRA, SIR) multiplicado por 100. 2015: Meta Supervisão (365 - Fonte: Caderno de Metas) dividido pela Meta de famílias assentadas (3447 - Fonte: SIR,) multiplicado por 100.

¹ Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas

² Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

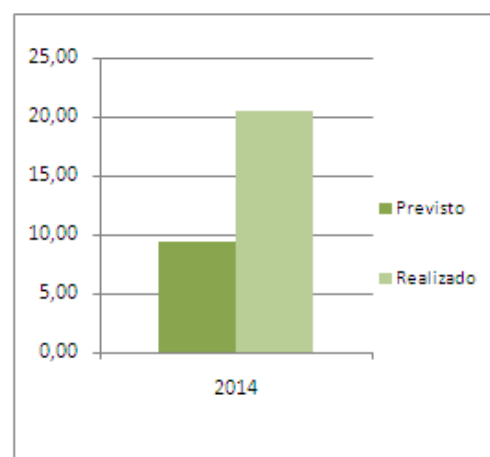


Análise crítica: A meta foi ultrapassada apesar da suspensão temporária pela Sede (Memo 110/2014-DD de 12/03/2014).

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
9,34	20,51	16,18
Memória de cálculo:		
2014: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (1220 - Fonte: Sistema SIPRA) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (5948 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.		

¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



Análise crítica: O índice de consolidação de assentamentos é de 20,51%. Os esforços até então realizados pela Divisão de Desenvolvimento da SR-07/RJ, faz-se visando a consolidação dos PAs jurisdicionados a esta Regional, observando-se os indicadores de desempenho. Estes se situam na

faixa de regular para bom, sendo que o principal entrave para atingirmos o objetivo da consolidação dos PAs decorre da falta de conclusão dos processos judiciais de desapropriação que impede a transmissão definitiva da propriedade das áreas ao INCRA o que impede o avanço na titulação das parcelas.

3.3.7 Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Não se aplica.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento, destacando os principais resultados, custos envolvidos e avaliação das empresas prestadoras do serviço em atuação na jurisdição da superintendência, de acordo com os índices determinados no Manual Operacional de ATES.

A equipe de ATES na superintendência do Rio de Janeiro era composta por 05 técnicos. Mas, no 3º trimestre de 2014, uma das técnicas entrou em licença-maternidade e, no final de 2014, outra técnica se aposentou. Assim, a equipe ficou de três servidores do INCRA-RJ constantes na

Tabela 31 – Servidores Lotados na ATES

Servidor	Profissão
Asélio V. Passos	Engenheiro agrônomo
Juliana L. Hermont	Geógrafa e Bacharel em Direito – Atualmente em licença maternidade
Luiz F. Palermo	Engenheiro agrônomo
Manoel J. de S. Filho	Engenheiro agrônomo
Rosane Silva	Advogada (sub-equipe de fiscalização no campo) – Aposentada em dezembro/2014

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Histórico e Contratos Atuais de ATES na Jurisdição da SR(07) - INCRA-RJ

Com a publicação do Edital de Licitação nº 002/2009, pelo INCRA-RJ, no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 03/09/2009, foi iniciado o processo de licitação modalidade concorrência, tipo melhor técnica, para a contratação da prestação de serviços de ATES a duas mil seiscentos e cinquenta e sete (2657) famílias distribuídas em trinta e oito (38) áreas de assentamento federais no Estado do Rio de Janeiro (entende-se por área: Projetos de Assentamento, Núcleos e Glebas).

No processo, somente duas entidades interessaram-se, apresentando suas propostas para trinta e cinco (35) áreas, as quais circunscreviam duas mil trezentos e vinte e quatro (2324) famílias. O montante vislumbrado no edital de licitação para atender com ATES as 2657 famílias originais, elaborar catorze (14) Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e seis (06) Planos de Recuperação de Assentamento (PRA), era de R\$ 2.168.986,83 (dois milhões cento e sessenta e oito novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos). Isso considerando os valores referência

para pagamento dos serviços de ATES por família atendida e por ano, segundo a já revogada Norma de Execução INCRA nº 77/2008, sendo de R\$ 746,19. Segundo a NE 72/2008, os valores de referência, por família/ano, para pagamento dos PDAs e PRAs elaborados de R\$ 240,00 e R\$ 120,00, respectivamente. Com a não apresentação de proposta para três projetos de assentamento, e por consequência, terem sido elididos dois Planos de Recuperação (PRA), o montante necessário para atendimento do ditame foi de R\$ 1.898.065,56 (um milhão oitocentos e noventa e oito mil e sessenta e cinco centavos).

Em 2009, os contratos firmados com as Prestadoras CEDRO (CRT nº 15.000/2009) e COOPERAR (CRT nº 17.000/2009) tiveram validade a partir do dia 23/12/2009 e se estenderam até 22/12/2010. A partir de 23/12/2010 e com duração até 22/12/2011, foram firmados dois termos aditivos referentes aos contratos originais totalizando **R\$ 1.670.236,32** (um milhão, seiscentos e setenta mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), sendo o TA 15.001/2010 de **R\$ 1.251.159,64** (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) e TA 17.001/2010 de **R\$ 419.076,68** (quatrocentos e dezenove mil, setenta e seis reais e sessenta e oito centavos). O segundo termo aditivo de cada um dos contratos com as cooperativas CEDRO (TA 15.002/11) e COOPERAR (TA 17.002/11), respectivamente nos valores de **R\$ 1.225.795,64** (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e **R\$ 413.821,80** (quatrocentos e treze mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos) foram firmados no final de 2011, com vigência de 23/12/2011 à 22/12/2012. Em 21/12/2012, foram firmados os terceiros termos aditivos com as Prestadoras CEDRO e COOPERAR, de nºs 15.003/2012 e 17.003/2012, ambos com validade de 23/12/2012 a 22/12/2013 e, com valores contratados de **R\$ 1.544.502,51** (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro, quinhentos e dois reais e cinquenta e um centavos) e **R\$ 509.676,30** (quinhentos e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos), respectivamente. Os quarto e últimos termos aditivos foram firmados com as Cooperativa CEDRO (TA nº 15.004/2013) e COOPERAR (TA nº 15.004/2013), ambos com validade de 23/12/2013 a 22/12/2014, tiveram valores contratados de **R\$ 1.344.796,74** e **R\$ 629.722,08**, respectivamente. Os contratos 15.000/2009 e 17.000/2009, e seus respectivos termos aditivos, foram concluídos em 22/12/2014, perfazendo assim o período máximo de cinco anos de contratação de acordo com a Lei 8666/1993.

Na **Tabela 32** estão relacionadas as Cooperativas contratadas pelo INCRA-RJ que prestaram serviços de ATES ao longo de 2014 e as respectivas características dos termos aditivos aos contratos com vigência no período abrangido por este relatório de Gestão/2014, sendo portanto considerados predominantemente os Termos Aditivos 15.004/2013 e 17.004/2013, ambos com vigência de 23/12/2013 à 22/12/2014.

Tabela 32 – Características dos Contratos firmados entre as Prestadoras de ATES e o INCRA-RJ – TA 15.004/2013 (CEDRO) e TA 17.004/2013 (COOPERAR).

PRESTADORA	Núcleo Operacional (NOP)/Total de Técnicos	PAs Atendidos	Quantidade de Famílias	Município do PA
<u>CEDRO</u> CNPJ: 03.309.269/0001-42 TA / Contrato nº: TA 15.004/2013 Período do Contrato: 23/12/13 a 22/12/14	Campos dos Goytacazes/Itaperuna (05 técnicos)	Floresta de Belém	35	Itaperuna
		Nova Esperança do Aré	65	Itaperuna
		Tipity	203	S.F. Itabapoana
		Santo Amaro	40	Campos
		Che Guevara	74	Campos
		São Fidélis	22	São Fidélis
	Conceição de Macabu/Carapebus (05 técnicos)	Capelinha	139	Conceição de Macabu
		Zé Pureza	20	Conceição de Macabu
		Santo Inácio	51	Traiano de Moraes
		25 de Março	50	Carapebus
		Prefeito Celso Daniel	201	Carapebus
		João Batista Soares	65	Carapebus
	Casimiro de Abreu/Litorânea (05 técnicos)	Bem-dizia	54	Macaé
		Visconde	90	Casimiro de Abreu
		Cambucaes	106	Silva Jardim
		Cantagalo	34	Rio das Ostras
		Gleba Presidente Lula	13	Rio das Ostras
		Ademar Moreira	40	S. P. Aldeia
Total CEDRO	03 NOps - 15 Técnicos	18 PAs	1.302 famílias	12 municípios
<u>COOPERAR</u> CNPJ: 07.899.004/0001-00 TA / Contrato nº: TA 17.004/2013 Período do Contrato: 23/12/13 a 22/12/14	Norte (06 técnicos)	Dandara dos Palmares	21	Campos
		Josué de Castro	35	Campos
		Zumbi dos Palmares 2	79	Campos
		Zumbi dos Palmares 3	62	Campos
		Zumbi dos Palmares 5	70	Campos
		Ilha Grande	58	Campos
		Oziel Alves	35	Campos
		Paz na Terra	74	Cardoso Moreira
		Francisco Julião	47	Cardoso Moreira
		Chico Mendes	30	Cardoso Moreira
		Terra Conquistada	11	Campos
	Sul (01 técnico)	Roseli Nunes	39	Piraí
		Terra da Paz	38	Piraí
		Vida Nova	25	Barra do Piraí
Total COOPERAR	02 NOps - 07 Técnicos	14 PAs	624 famílias	04 municípios
Total Geral	05 NOps - 22 técnicos	32 PAs	1.926 famílias	16 municípios

Fonte: Termos Aditivos 15.004/2013 e 17.004/2013; Projetos Técnicos e Planos de Ação das Prestadoras CEDRO e COOPERAR para o ano de 2014.

O repasse de recursos às Prestadoras de ATES é realizado com base na análise de documentos que comprovem a execução desses serviços, como relatórios mensais, atas e lista de presença de reuniões, listagem de visitas técnicas realizadas e respectivas fichas de campo, materiais de apoio fornecidos em atividades de capacitação, dentre outros documentos comprobatórios.

Além das análises documentais, são previstas também ações de fiscalização e acompanhamento “in loco” nos núcleos operacionais das Prestadoras de ATES, distribuídos estrategicamente no território estadual, e nos projetos de assentamento assistidos. A equipe desenvolveu um sistema de controle eletrônico em planilha Excel® que permitiu o controle dos recursos repassados a partir do comparativo entre as ações pactuadas no contrato e as efetivamente

executadas. As notas fiscais são apresentadas somente após a aferição, pela equipe ATES-INCRA/RJ, dos serviços prestados.

Em 2014 foram realizadas 14 semanas de viagens para execução dos serviços de fiscalização no campo. Os gastos totais em 2014 (valores brutos sem descontos), relativos a diárias para manter a fiscalização dos serviços de ATES prestados no campo, foi de R\$ 32.656,50, ao passo que os gastos com combustíveis foi de R\$ 4.396,41, totalizando assim R\$ 37.052,91.

Na **Tabela 33** tem-se o sumário das atividades desempenhadas pelos servidores pertencentes à Equipe de ATES/INCRA-RJ durante a vigência dos termos aditivos 15.004/13 e 17.004/13 (23/12/2013 a 22/12/2014).

Tabela 33 – Sumário das atividades executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ e correlatas.

Atividade	Quantidade
PDAs/PRAs Analisados, Aprovados e Liquidados (pagos no exercício 2014) ¹	00
Comunicados Emitidos (CE-mails ² , Memorandos e Despachos)	250
Planejamento e Elaboração de Reuniões	02
Análise de Relatórios Mensais de Atividades das Prestadoras	24
Fiscalização em PAs sobre os serviços prestados	14
Quantidade de PAs fiscalizados	32
Quantidade de Famílias visitadas durante as fiscalizações	328
Quantidade de NOps inspecionados	05
Quantidade de inspeções em NOps	17
Índice de Provimento de Assistência Técnica ³ calculou tâmara.	45%
Índice de Provimento de PDA/PRA ⁴	43,9%

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Observação: ¹ A totalidade dos PDAs/PRAs efetivamente contratados desde o início dos contratos em 2009, foi sendo analisada ao longo dos Termos aditivos e os últimos pagos efetivamente no ano de 2013. ² CE-mails = Comunicados por E-mail; ³ PAs = projetos de assentamento. ⁴ Esse índice de provimento de ATES expressa a quantidade de famílias atendidas com ATES e diz respeito à razão entre a quantidade total de famílias assentadas assistidas com serviços de ATES e a quantidade total de famílias assentadas no âmbito da SR(07). No presente caso, em 2014, dos 79 projetos de assentamento localizados no estado do RJ, 23 encontram-se consolidados (fase 7, portanto não passível de ATES), um assentamento com quantidade de famílias assentadas ainda indefinida (PDS Sebastião Lan II), e um PA (Cantagalo/Gleba Presidente Lula) com limitação parcial no quantitativo de assentados que podem receber ATES. Sendo assim, esses projetos e/ou parte deles apresentam-se na impossibilidade de receber ATES. Dessa forma, 57 projetos de assentamento (PAs federais, estaduais, municipais e assentamento casulo, indistintamente) encontram-se aptos a receber a política pública da Ação de ATES (até a fase 6), o que somam 4.280 famílias, segundo o SIPRA (2014). ⁴ Da mesma forma, para o cálculo do índice de provimento de PDAs/PRAs para os projetos de assentamento, foram considerados apenas os PAs federais até a fase 6 (mais novos e abrangidos pelo advento da criação do instituto do PDA/PRA), os quais somam 41 PAs, considerando ainda o PA Sebastião Lan I, o qual já teve seu PDA aprovado pelo INCRA.

Resultados Alcançados pelas Prestadoras de ATES contratadas com o INCRA-RJ

Na **Tabela 34** tem-se o quantitativo geral das atividades executadas pelas duas Prestadoras durante a vigência dos termos aditivos aos contratos entre 23/12/2013 a 22/12/2014, bem como o percentual alcançado entre o que fora programado no projeto técnico e o efetivamente computado pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, quando da análise dos relatórios mensais entregues pelas Prestadoras.

Tabela 34 – Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/13 a 22/12/14.

Prestadora	Quantidade Total de Atividades Realizadas ¹			Atividades Computadas/Atividades Programadas x 100
	Programadas ²	Realizadas ²	Computadas ²	
CEDRO	4.790	5.316	4.895	102,19%
COOPERAR	2.487	2.900	2.503	100,64%
Total geral	7.277	8.216	7.398	101,66%

Fonte: Equipe de ATES/INCRA-RJ, 2014.

Nota: ¹ Os dados apresentados no quadro referem-se ao cômputo geral de todas as atividades realizadas pelas Prestadoras no período dado, independente da classificação adotada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a qual ordena as atividades em seis classes principais: visita técnica; reuniões internas; reuniões externas; atividades coletivas de capacitação; projetos elaborados e protocolados; atividades de escritório e outras atividades.

Nota: ² Define-se como atividades programadas aquelas que foram planejadas nos projetos técnicos das Prestadoras como passíveis de serem executadas durante o contrato; Atividades Realizadas são aquelas que foram registradas nos relatórios mensais das Prestadoras; e Atividades Computadas aquelas efetivamente comprovadas, fiscalizadas e contabilizadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ como feitas, após a análise dos relatórios mensais.

Fazendo-se o quociente entre a quantidade total de atividades computadas e o total de técnicos lotados em cada Prestadora, obtemos uma medida de desempenho: a quantidade de atividades efetivamente realizadas (computadas) por cada técnico. Sendo assim, na **Figura 01** tem-se o gráfico que apresenta a referida mensuração para cada Cooperativa contratada.

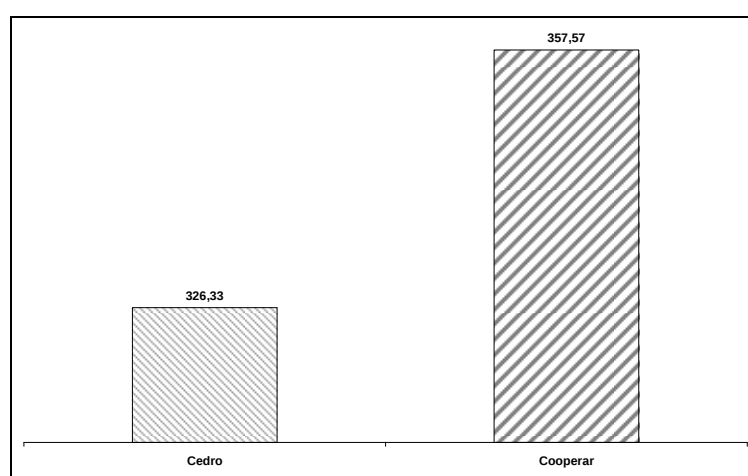


Figura 01. Quantidade Média de Atividades por Técnico da Prestadora (2014).

A **Tabela 35** resume os principais resultados inerentes aos serviços de ATES prestados no âmbito da SR(07)/RJ, e que são mensurados regularmente pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a saber o Percentual de Atendimento da Assistência Técnica (PAC_{ATES}), o Índice de Atendimento da Assistência Técnica (IAAT) e a satisfação média dos assentados com relação aos serviços prestados pelas duas Prestadoras. Por esta tabela nota-se que a **satisfação média** dos assentados com as duas Prestadoras de ATES está em torno de **80%**.

Tabela 35 – Itens de qualidade e graus de satisfação dos assentados com os serviços prestados pelas Cooperativas (2014).

Prestadora	CEDRO			COOPERAR		
Mês	IAAT	PAC_{ATES}	Satisfação	IAAT	PAC_{ATES}	Satisfação
Janeiro	nd	146%	Nd	nd	80%	nd
Fevereiro	nd	115%	Nd	nd	99%	nd
Março	0,76	103%	95,45%	0,74	107%	95,83%
Abril	0,68	105%	77,40%	0,60	102%	91%
Maio	0,70	103%	82,81%	0,71	100%	82,25%
Junho	nd	103%	Nd	nd	101%	nd
Julho	0,70	97%	80,88%	0,81	118%	93,33%
Agosto	0,66	98%	83,33%	0,64	90%	73,91%
Setembro	0,72	99%	71,21%	0,70	112%	61,11%
Outubro	0,71	95%	88,46%	0,62	110%	85,71%
Novembro	0,68	102%	90%	0,66	101%	81,80%
Dezembro	nd	96%	Nd	nd	86%	nd
Média Anual	0,70	105%	83,69%	0,68	101%	83,12%

Fonte: Relatórios parciais de fiscalização no campo da Equipe de ATES/INCRA-RJ (março a setembro/2014).

Nota: **IAAT** – Índice de Atendimento da Assistência Técnica (0 a 1), sendo um valor atribuído em função das atividades realizadas pelas Prestadoras e mensurado a partir de observações no campo; **PAC_{ATES}** – Percentual de Atendimento ao Contrato (em %), sendo dado, resumidamente pela razão entre o total de atividades computadas/fiscalizadas e as planejadas; **Satisfação** – percentual de satisfação média dos assentados com os serviços de assistência técnica prestados pelas contratadas (em %); **nd** – valor não disponível (devido à ausência de viagens de fiscalização nos respectivos meses do ano no caso dos índices IAAT e Satisfação). A **Satisfação média** é calculada pela equação $(f_{C.S.} \times 100\% + f_{M.S.} \times 50\%) / n$ onde: $f_{C.S.}$ – frequência de assentados que apresentaram completa satisfação; $f_{M.S.}$ – frequência de assentados com mediana satisfação; e **n** o tamanho da amostra.

A **Tabela 36** oferece o grau de satisfação dos assentados com a prestação de ATES pelas Cooperativas CEDRO e COOPERAR em cada um dos projetos de assentamento atendidos no ano de 2014.

Tabela 36 – Graus de satisfação dos assentados com os serviços prestados pelas Cooperativas por assentamento (2014).

Projeto de Assentamento	Prestadora de ATEs	Completament e Satisfeitos	Medianamente Satisfeitos	Completament e Insatisfeitos	Grau de Satisfação Anual
TIPITY	CEDRO	27	7	1	87%
JOSUÉ DE CASTRO	COOPERAR	8	0	0	100%
DANDARA DOS PALMARES	COOPERAR	1	3	1	50%
ZUMBI (NÚCLEO 5)*	COOPERAR	11	1	0	96%
SÃO FIDÉLIS	CEDRO	5	0	0	100%
SANTO AMARO	CEDRO	7	0	1	88%
ZUMBI (NÚCLEO 2)*	COOPERAR	10	1	1	88%
ZUMBI (NÚCLEO 3)*	COOPERAR	9	3	0	88%
TERRA CONQUISTADA	COOPERAR	2	0	0	100%
ILHA GRANDE	COOPERAR	11	1	0	96%
CHE GUEVARA	CEDRO	9	3	0	88%
OZIEL ALVES I	COOPERAR	3	4	1	63%
NOVA ESPERANÇA DO ARE	CEDRO	9	5	4	64%
FLORESTA DE BELÉM	CEDRO	6	0	1	86%
CHICO MENDES	COOPERAR	3	0	1	75%
PAZ NA TERRA	COOPERAR	4	7	1	63%
FRANCISCO JULIÃO	COOPERAR	1	1	0	75%
CAPELINHA	CEDRO	21	1	2	90%
PREF. CELSO DANIEL	CEDRO	15	9	2	75%
25 DE MARÇO	CEDRO	3	3	0	75%
JOÃO BATISTA SOARES	CEDRO	1	4	1	50%
ZÉ PUREZA	CEDRO	3	0	0	100%
SANTO INÁCIO	CEDRO	3	3	0	75%
BEM-DIZIA	CEDRO	6	0	1	86%
FAZENDA VISCONDE	CEDRO	8	4	0	83%
CAMBUCAES	CEDRO	13	0	0	100%
CANTAGALO	CEDRO	7	3	1	77%
(sem a Gleba Presidente Lula)					
GLEBA PRESIDENTE LULA (PA Cantagalo)	CEDRO	1	2	2	40%
FAZENDA NEGREIROS / ADEMAR MOREIRA	CEDRO	3	0	1	75%
VIDA NOVA	COOPERAR	3	3	2	56%
TERRA DA PAZ	COOPERAR	5	0	1	83%
ROSELI NUNES	COOPERAR	5	1	1	79%

Fonte: Equipe de ATEs/INCRA-RJ, 2014.

Resumo da Análise Crítica

Ao longo de 2014, a Equipe de ATEs/INCRA-RJ enfrentou vários problemas para a execução de algumas de suas atividades, notadamente as que se executaram no campo, como a fiscalização e inspeção de Núcleos Operacionais - NOp. Houve atrasos na liberação de parte dos recursos orçamentários para atender a fiscalização de campo, bem como a limitação de um dos integrantes da sub-equipe de fiscalização de campo para viagens a campo. Além disso, no terceiro bimestre do ano, dois servidores integrantes da Equipe de ATEs/INCRA-RJ entraram de licença, um de licença médica e outra de licença-maternidade. Com isso, principalmente as atividades de campo ficaram comprometidas, pois do total de 24 visitas de fiscalização programadas para o

referido ano (semanas de fiscalização), somente puderam ser executados 58,23% destas (14). Foram realizadas dezessete visitas de inspeção em NOp, perfazendo um média de 3,4 inspeções por NOp.

Outros fatores que influenciaram negativamente no cumprimento da atividade de fiscalização e acompanhamento dos serviços de ATES nos Projetos de Assentamentos e Núcleos Operacionais foram os mesmos observados ao longo de anos anteriores, tais como: constantes ajustes no planejamento operacional da Equipe de ATES/INCRA-RJ; sobrecarga e acúmulo de demandas na Equipe; necessidade de auxílio de alguns asseguradores da Equipe de ATES a outros setores da SR(07)/RJ.

3.3.9 Para as superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)

Não se aplica.

4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

O atendimento ao público externo se dá através de demandas recepcionadas pela Sala da Cidadania da Superintendência Regional e de 07 salas da cidadania nos municípios de **Paraty, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Itacoara e Casimiro de Abreu e desde o ano de 2014, também da Sala da Cidadania Digital.**

Além das salas da cidadania são recepcionadas demandas na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Ouvidoria Agrária Regional, bem como por meio de atendimento de pautas encaminhadas pelas representações dos trabalhadores, e de outras entidades de sociedade civil organizada e instituições dos três poderes em reuniões ou assembléias, agendadas prévia e periodicamente nas microrregiões onde estão localizados os focos das demandas.

Após o encerramento do exercício de 2014 avaliamos que a corrente metodologia de atendimento na mesma medida em que revelou potencialidades também revelou suas limitações. Em um esforço contínuo de não deixar exaurir esta via de prestação de serviço ao público iniciaremos ao longo do exercício de 2015 um processo de reformulação do modelo em uso.

4.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência

A implantação da Ouvidoria Agrária Regional é recente e ainda não há um controle efetivo dos registros de atendimentos nem uma forma estruturada de monitoramento das ações, todavia a atuação da Ouvidoria foi bastante ampla no exercício de 2013.

De uma forma geral as demandas recebidas na Ouvidoria são imediatamente recepcionadas e seu acompanhamento pelo demandante é contínuo sendo o mesmo informado rotineiramente do andamento das questões levantadas. A equipe da Ouvidoria Agrária Regional realiza diversas reuniões com famílias acampadas e assentadas no Estado do Rio de Janeiro de modo a recepcionar as demandas destas famílias nos casos de conflitos diretamente relacionados com a posse da terra quanto com outros órgãos do governo (delegacias de polícia, secretarias de agricultura e assistência social, MPF, Varas da Justiça Federal no interior, entre outros). Realizamos também a mediação nos casos de imissão e reintegração de posse em áreas que envolvam o público alvo do INCRA.

Ao longo do exercício de 2014 foram testadas diversas metodologias de atendimento aos demandantes. Em um esforço contínuo de aprimoramento estamos esperando consolidar ao longo do exercício de 2015 uma metodologia que nos permita melhorar o atendimento ao público e aprimorar o acompanhamento prestado aos demandantes.

4.2 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela Superintendência Regional, Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos. Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

Em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida. Do Sistema de Sala da Cidadania Digital, extraímos as seguintes informações da Tabela 37.

Tabela 37 – Demanda da Sala da Cidadania Digital

Serviço	Demanda	Qtd atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Dívidas Liquidadas ¹	244	244	Não se aplica	Imediato	-
Dívidas Renegociadas ¹	31	31	Não se aplica	Imediato	-
Atualização Cadastral ¹	250	250	Não se aplica	Imediato	-
Declaração de Aptidão ao Pronaf ¹	3	3	Não se aplica	Imediato	-
Certidão de Beneficiário (para o INSS) ¹	141	141	Não se aplica	Imediato	-

Fonte: ¹Sistema Sala da Cidadania. Extração especial 06/03/2015, demanda nº 3553.

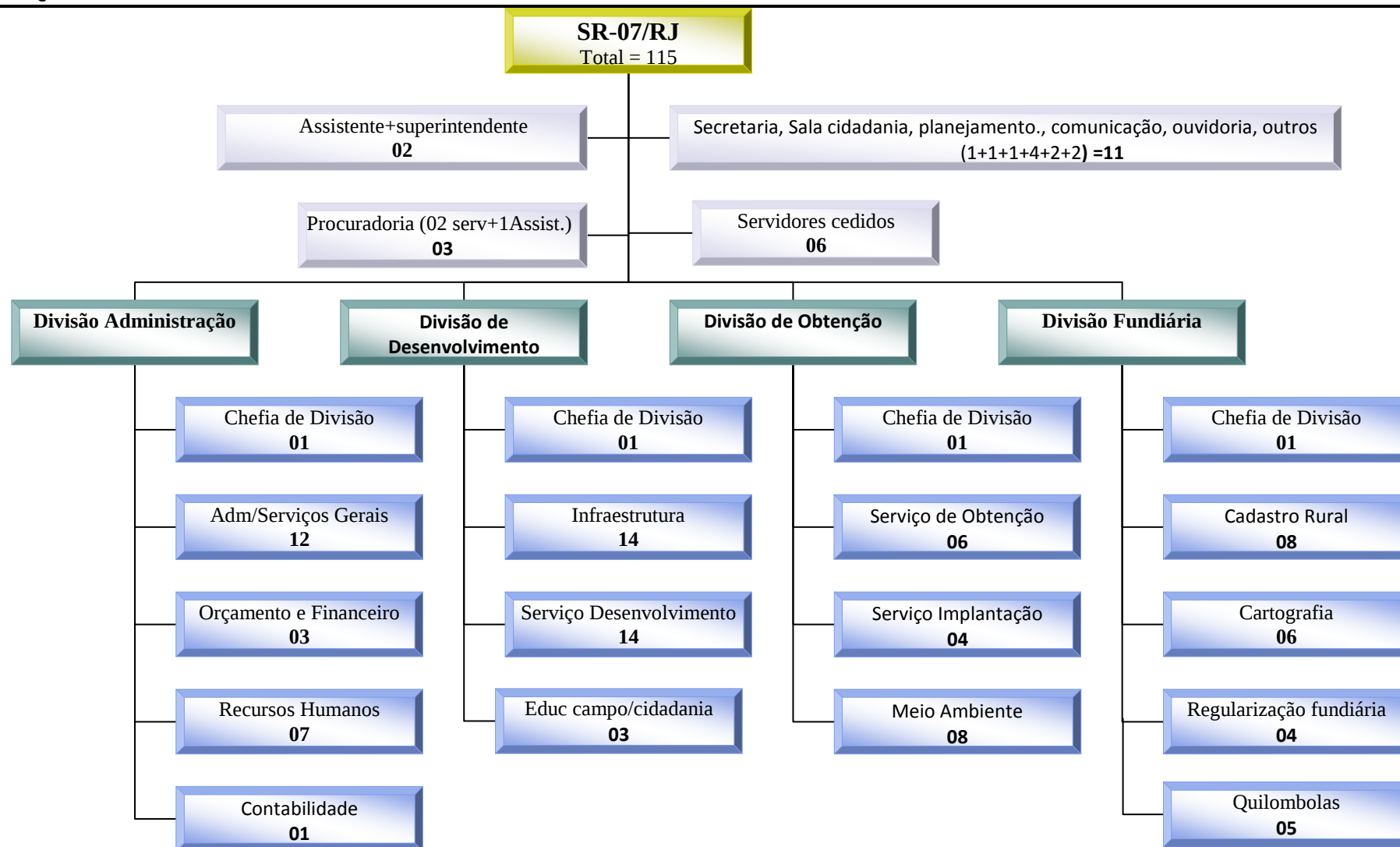
Dos serviços prestados, destacamos o serviço de atualização cadastral, que se destina a atualizar o cadastro dos beneficiários da Reforma Agrária no SIPRA, onde tivemos 250 atualizações realizadas.

Os serviços de renegociação e liquidação das dívidas rurais que está disponível na Sala da Cidadania destinam-se aos beneficiários da Reforma Agrária que realizaram operações financeiras junto ao Banco do Brasil e encontram-se inadimplentes.

Nessa Superintendência, a adesão à renegociação chegou a 31 operações, ou seja 31 beneficiários liquidaram dívidas do PRONAF junto ao Banco do Brasil.

5. GESTÃO DE PESSOAS

5.1 Quantitativo de servidores



5.2 Análise da distribuição

Os dados abaixo mostram uma distribuição relativamente equilibrada na distribuição de números de servidores entre as divisões. Entretanto, há de se pontuar a necessidade de mais um contador, engenheiro cartógrafo e civil, e Analistas na área de Regularização Fundiária.

Tabela 38 - Número de servidores por divisão

LOCAL	QTD	Distribuição %
GABINETE	13	11,3 %
PROCURADORIA	03	2,6 %
ADMINISTRAÇÃO	24	20,87 %
DESENVOLVIMENTO	32	27,83 %
OBTENÇÃO	19	16,52 %
FUNDIÁRIA	24	20,88 %
TOTAL	115	100 %

Obs. Não foram contabilizados 06 servidores cedidos

Em relação a mão-de-obra terceirizada a SR-07/RJ tem o total de 40 (quarenta) pessoas contratadas, incluindo-se o apoio administrativo, segurança e vigilância patrimonial, e conservação e limpeza, conforme descrito abaixo.

- a.1) Apoio administrativo: 05 funcionários, prestando serviço na sede da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro, distribuídos pelas divisões da SR-07/RJ.
- a.2) Segurança e vigilância: 10 funcionários, prestando serviço divididos entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro.
- a.3) Conservação e limpeza: 10 funcionários, todos prestando serviço divididos entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro.
- a.4) Tecnologia: 8 funcionários, divididos entre os cargos de administrador de rede e operador de micro, prestando serviço na sede administrativa da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro.
- a.5) Mão de obra temporária (Boy Service): 02 funcionários, na sede administrativa da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro, distribuídos pelas divisões da SR-07/RJ.
- a.6) Motoristas: 05 funcionários, todos prestando serviço divididos entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro, distribuídos pelas divisões da SR-07/RJ.

Tabela 39 – Informações sobre Contratos de Mão-de-obra Terceirizada

Nº do Contrato	CNPJ	Razão Social	Objeto do Contrato	Total de Contratos
4000/12	68.565.530/0001-10	Angel's Serviços Técnicos Ltda	Tec. Secretariado	5
3000/12	32.185.480/0001-07	NTL Nova Tecnologia Ltda	Administrador De Rede	1
3000/12	32.185.480/0001-07	NTL Nova Tecnologia Ltda	Operador De Micro	7
7000/12	02.665.049/0001-99	C&C Mão de Obra Temporária Ltda	Boy Service	2
4000/10	05.703.030/0001-88	Cardeal Construções, Comércio e Serviços Ltda	Aux. de Serviços Gerais	10
4000/11	07.613.468/0001-09	HBS Vigilância e Segurança Ltda	Vigilante	10
4000/13	15.121.128/0001-08	Mimaxx Serviços de Conservação e Limpeza Ltda	Motorista	5
TOTAL DE CONTRATOS				40

5.3 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A Superintendência do Rio de Janeiro finalizou o exercício de 2014 com 115 servidores (não contabilizado os 06 servidores cedidos). Na SR-07 a meta para capacitação em 2014 foi de 23 (20%) oportunidades de capacitação em relação ao número de servidores da SR-07, no decorrer do exercício de 2014 foram realizadas 74 (64,34%). Segue detalhes dos eventos de capacitação:

- 73 presencial (98,64%) e 01 à distancia (1,36%);
- 51 na cidade do Rio de Janeiro (68,91%) e 23 (31,09%) em outros Estados (20 na sede 03 outros)
- 55 (74,43%) promovidas pelo próprio órgão (20 na sede/Brasília e 35 na Superintendência), 13 (17,56%) em instituições privadas e 06 (8,01%) em instituições públicas.
- 57 (77,02%) realizadas na área finalística e 17(22,68%) na área meio (administração).
- Dos recursos financeiros investidos, segue: inscrição = R\$ 9.405,00, diárias = R\$ 18.704,90 e passagens = R\$ 19.054,52, totalizando R\$ 47.164,42.

Dos dados acima descritos conclui-se que houve uma forte ênfase nos cursos presenciais devido as demandas específicas da área finalística que ainda não são supridas pelo ensino à distância. Assim, o INCRA, tanto a Superintendência como a sede/Brasília, procurou suprir as demandas existentes com o potencial interno dos servidores ou promovendo capacitação em grupo. Dos recursos financeiros investidos, observa-se que 80,05% foi investido em diárias e passagens, especialmente para a sede/Brasília.

Diante do exposto, a meta existente foi superada com recursos moderados e estima-se que as promoções de eventos internos cresçam, como também as parcerias com as escolas de governo e ensino à distancia.

5.4 Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação (%)

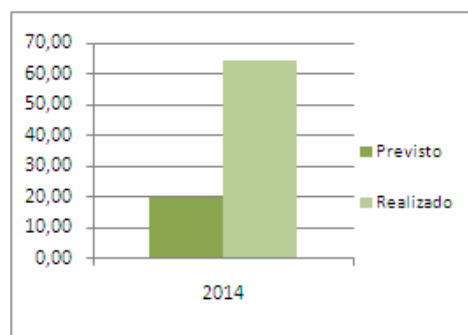
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
20,00	64,35	0,00

Memória de cálculo:

2014: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (74 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (115 - Fonte: Setor de capacitação) multiplicado por 100.

¹ Meta capacitação / quantidade de servidores

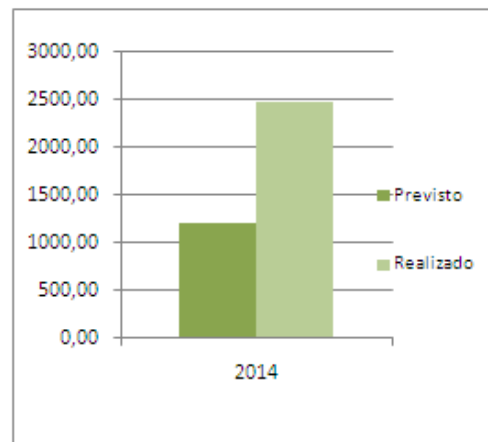
² Meta capacitação / quantidade de servidores (com base em 2014). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



Análise Crítica: O índice previsto foi superado devido aos esforços tanto da superintendência quanto da Sede que propiciaram (64,35%) das capacitações, conforme demonstrado acima. Espera-se que a promoção de evento internos cresçam, como também as parcerias com as escolas de

governo e ensino à distância, possibilitando um alcance ainda maior de capacitação de servidores a custos cada vez mais reduzidos.

Índice de horas de capacitação (%)		
2014		2015
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
1213,31	2484,35	1581,70
Memória de cálculo: 2014: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (2857 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (115 - Fonte: Setor de Capacitação)		



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Análise Crítica: O índice mostra que o número de horas realizado em 2014, superou largamente o previsto. Tivemos 98,64% dos cursos presenciais e apenas 1.36% a distância. Houve uma forte ênfase nos cursos presenciais devido as demandas específicas da área finalística, que ainda não são supridas pelo ensino à distância.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Informações sobre as transferências

Caracterização

Quantidade de convênios vigentes	0
Total de valores repassados	0

Prestação de Contas de convênios vigentes

Prestadas	Dentro do prazo	0
	Fora do prazo	0
Não Prestadas	Dentro do prazo	0
	Fora do prazo	0

Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Não houve transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres no referido exercício.

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.

Considerando o cronograma de registro dos imóveis desapropriados demonstrado no Relatório de Gestão de 2013 do INCRA Sede com a sua execução no exercício de 2014, iniciou-se o registro daqueles imóveis adquiridos na forma do Decreto 433/1992 (aquisição direta), por meio

de procedimentos dos registros no balanço patrimonial.

Encontra-se no Anexo II o balanço patrimonial deste Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/Órgão/Gestão:22201/37201.

Dessa forma passou-se a encontrar em 31/12/2014 o saldo a seguir:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		
Conta Contábil	Descrição	Valor (R\$)
1.4.2.1.1.22.67	IMOVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFOR.AGRAR	1.832.454.032,08

Fonte: Sistema Siafi 2014

O Balanço encontra-se no Anexo II.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos

A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidência da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente e integralmente respondidas pelos representantes do INCRA.

a) Plano de Providências para o efetivo recebimento dos créditos registrados na referida conta contábil:

1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013:

1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário); 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário; 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados); 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS. 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:

O SNCCI já está pronto para registro de créditos que a cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além disso, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:

3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual em tela descrito;

3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentar previsto na MP nº 636/2013, após aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial.

4. Remissão das dívidas

4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

“Art. 3º Ficam remetidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem os das modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:

- I - Crédito para Apoio;*
- II - Apoio Inicial;*
- III - Alimentação;*
- IV - Insumos;*
- V - Apoio à Instalação;*
- VI - Apoio Mulher;*
- VII - Fomento;*
- VIII - Adicional Fomento;*
- IX - Crédito Emergencial;*
- X - Semi-Árido;*
- XI - Adicional de Semi-Árido;*
- XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e*
- XIII - Crédito Ambiental.”*

5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Paragrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:

- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

I - Crédito de Habitação;

II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e

III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

b) Sobre os Saldos:

No exercício de 2014, o saldo da conta 1.2.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 6.455.822.816,91, representando uma redução de R\$ 713.776.196,91 em relação ao saldo inicial do referido ano (R\$ 7.169.599.013,82). Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013.

Em relação aos dados supracitados, no que se refere à Superintendência do Rio de Janeiro-SR07, o saldo da conta 1.2.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 24.215.488,92, representando uma redução de R\$ 9.469.731,02 em relação ao saldo inicial do referido ano (R\$ 33.685.219,94).

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos que não cabe mais apontar saldo vencido, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental iniciarmos, conforme estamos fazendo, os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação.

c) Sobre o tratamento da inadimplência:

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remetidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

d) Sobre a evidenciação contábil:

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

Créditos a Receber de Parceiros:

Com relação a construção do novo Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária - SNT informo que já está em andamento a construção do Sistema, tendo sido realizadas reuniões em que participaram representantes da Diretoria Administrativa-DA, Coordenação-Geral de Regularização Fundiária-DFR, Coordenação-Geral de Territórios Quilombolas-DFQ, Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-DET e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal-SERFAL.

O sistema compreenderá sete módulos: **i.** Regularização Fundiária; **ii.** Ratificação em Faixa de Fronteira; **iii.** Titulação de Projetos de Assentamento; **iv.** Regularização de Territórios Quilombolas; **v.** Regularização Fundiária da Amazônia Legal; **vi.** Cobrança e **vii.** Cadastro Externo.

O SNT terá interface de leitura com outros sistemas do INCRA, a saber: **i.** SIPRA; **ii.** SIGEF; **iii.** SNCCI e **iv.** SISPROT.

Contudo, a proposta de projeto e Ordem de Serviço para o desenvolvimento do SNT dependem da aprovação do Decreto regulamentador da Lei nº 13.001, de 2014 que fixa os parâmetros gerais para emissão e cobrança de títulos definitivos relativos a lotes integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA.

O INCRA instituiu Grupo de Trabalho com vistas a elaborar proposta de regulamentação para a Lei nº 13.001, de 2014, já concluída e apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Entretanto, em virtude da alteração do titular da pasta do MDA, o INCRA aguarda posicionamento do Ministério quanto ao andamento da matéria e eventuais alterações na proposta da norma regulamentadora.

Os Balanços encontram-se no anexo III.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.

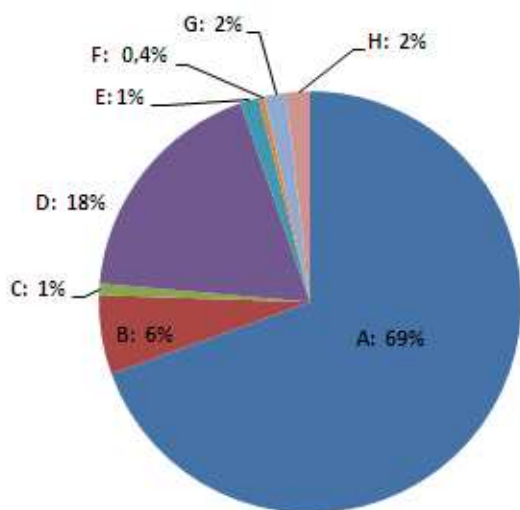
As áreas contábil e financeira, atentando-se para a segregação de função, atuam em conjunto nos registros correspondentes a execução e controle no sistema Siafi por meio de consultas em processos, e, ainda acompanhamento de contas contábeis para assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos da gestão da Unidade Gestora.

As conformidades contábil e de registro de gestão acompanham o estabelecido nas macrofunções SIAFI Assunto 020315 – Conformidade Contábil e SIAFI Assunto 020314 – Conformidade de Registro de Gestão, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

6.5 Principais Receitas e Despesas

No rol dos itens a serem apresentados, conforme preceitua a Parte C do Anexo II, não foi incluída explicitamente a obrigatoriedade desta Superintendência Regional apresentar informações a cerca das Principais Receitas e Despesas. Esta faculdade provavelmente decorre do fato de que a Superintendência Regional efetua a quitação de suas despesas e investimentos por meio dos recursos descentralizados pela Sede da Autarquia, visto que não possui arrecadação própria. Em face desta particularidade, mesmo não sendo obrigatório, apresentamos a seguir apenas a relação dos principais valores pagos em 2013 e 2014:

Despesas



Despesas		2013	2014
A	SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.000.188,40	5.228.919,66
B	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	535.678,87	457.750,07
C	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	36.426,59	66.359,91
D	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.157.174,64	1.373.221,23
E	MATERIAL DE CONSUMO	142.376,70	105.762,25
F	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.384,29	32.588,37
G	OBRAS E INSTALACOES	0,00	125.955,70
H	OUTROS	181.785,61	137.651,91
Total		6.058.015,10	7.528.209,10

Análise da tabela e gráfico: Como se observa no gráfico, a maior parte dos gastos (69%) foi com Serviços de Terceiros-PJ, dentre os quais destacamos os gastos com Administração da Unidade. Além destes, a Locação de Mão-de-obra e Diárias que representaram 18% e 6% respectivamente. Os demais, juntos, totalizaram apenas 7%.

7. CONTROLES INTERNOS

7.1 Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos.

Semanalmente, às 3as feiras, ocorrem as reuniões de CRD, onde são discutidas as ações para atingimento dos objetivos estratégicos da Autarquia. Além disso, reuniões mensais nas Divisões também contribuem para definição de estratégias para o cumprimento dos objetivos.

7.2 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal.

A Superintendência Regional tem todas suas ações monitoradas através do Setor de Planejamento da SR, que é responsável por alimentar e atualizar o Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação, onde mensalmente as ações são repassadas pelas Divisões competentes, em via eletrônica e lançadas no sistema. Após lançamento no Sistema, as informações são conferidas e homologadas pelo setor e também pelo Superintendente.

Os dados lançados no SIR são quantitativos e a SR-07 assim como as demais, seguindo orientações da DEA-1 tem lançado os dados também na wiki.incra.gov.br. Os lançamentos da wiki são qualitativos, o que ajuda muito a detecção de possíveis erros nos lançamentos dos dados no SIR e qualifica as informações para as diretorias assim como para as superintendências. Os arquivos podem ser acessados por qualquer servidor e permitem um controle adequado das ações e metas durante o ano.

Além disso, nas reuniões de CRD, que acontecem semanalmente são também discutidas as ações em execução na SR, traçando estratégias para o atingimento das metas.

7.3 Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.

No mês de outubro, durante a semana de 13 a 17/10/14, a Auditoria Interna do INCRA, auditou cinco ações nesta superintendência. A média de confiabilidade geral da superintendência foi de 72%, uma média considerada boa.

A Auditoria iniciou-se com uma reunião conjunta com o superintendente e as áreas a serem auditadas. Seguiu-se a separação de documentos para a conferência dos dados lançados no módulo de monitoramento do SIR.

As inconsistências e erros detectados na ação Ação 211A PO 07 já foi corrigidos no SIR. Faltam ainda os dados de Supervisão Ocupacional, Infraestrutura, ATES e Crédito que ainda não foram corrigidos devido ao quadro reduzido no Setor de Planejamento. Os mesmo serão corrigidos após o término da elaboração do Relatório de Gestão 2014. Verificou-se que a causa principal para as inconsistências encontradas devem-se em parte ao lançamento incorreto de dados, causado, provavelmente, por entendimento equivocado das orientações contidas no manual de procedimentos e em parte a constantes mudanças de concepção.

A vinda da Auditoria foi muito importante para a compreensão por parte de vários servidores da necessidade do correto preenchimento do módulo de monitoramento, assim como para a compreensão de alguns conceitos. Os auditores tiveram sempre uma postura de treinamento e não de punição, o que foi percebido como muito positivo por parte de todos os servidores.

Tabela 40 – Percentual Médio de Acertos dos Dados

Ação	Percentual Médio de Acerto dos Dados	Motivo do erros encontrados	Recomendação da Auditoria	Ação Implementada
Ação 211A PO 07 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis	69%	As inconsistências encontradas devem-se em parte ao lançamento incorreto de dados, causado, provavelmente, por entendimento equivocado das orientações contidas no manual de procedimentos e em parte a constantes mudanças de concepção.	Retificações nos registros do SIR de 2013. Para 2014 e exercícios futuros, que as informações das atividades desenvolvidas na SR sejam registradas nas planilhas modelo disponibilizadas pela DEA devendo sua publicação ser mensal no site wiki.incra.gov.br, para o monitoramento tempestivo por parte do DEA	Os dados de 2013 já foram corrigidos. E as tabelas de SIR e Wiki tem sido preenchidas a tempo para a monitoramento por parte da DEA
Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	99%	Houve apenas 01 erro de lançamento dos técnicos contratados ocorreu devido a um equívoco da SR quanto ao preenchimento do módulo, tendo sido incluído um coordenador de equipe da empresa contratada na relação de técnicos contratados.	Retificação no SIR de 2013. Para 2014 e exercícios futuros, que as informações das atividades desenvolvidas na SR sejam registradas nas planilhas modelo disponibilizadas pela DEA devendo sua publicação ser mensal no site wiki.incra.gov.br, para o monitoramento tempestivo por parte do DEA	Os dados ainda não foram corrigidos no SIR, devido ao acúmulo de trabalho do Assessor de Planejamento no final do ano e início do ano com a elaboração do RG. Os mesmos serão corrigidos no 1º semestre de 2015. A planilha do SIR e Wiki estão sendo preenchidas no tempo correto para o monitoramento da DEA.
Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	80%	Os lançamentos dos dados do crédito (casas construídas e recuperadas) demonstra uma deficiência nos controles internos da Superintendência quanto à contabilização das obras finalizadas. Nota-se que, embora os processos apresentam relatórios que apontam as conclusões das obras, tais informações não foram encaminhadas à área de planejamento da regional, o que permitiu a divergência no lançamento dos dados do módulo.	Retificação no SIR de 2013 e instruir a área específica de crédito a proceder um melhor acompanhamento quanto aos processos relativos às casas construídas e recuperadas a fim de obter um melhor acompanhamento quanto à coleta e lançamento dos dados no respectivo módulo. Para 2014 e exercícios futuros, que as informações das atividades desenvolvidas na SR sejam registradas nas planilhas modelo disponibilizadas pela DEA devendo sua publicação ser mensal no site wiki.incra.gov.br, para o monitoramento tempestivo por parte do DEA	Os dados ainda não foram corrigidos no SIR, devido ao acúmulo de trabalho do Assessor de Planejamento no final do ano e início do ano com a elaboração do RG. Os mesmos serão corrigidos no 1º semestre de 2015. A planilha do SIR e Wiki estão sendo preenchidas no tempo correto para o monitoramento da DEA.

Ação	Percentual Médio de Acerto dos Dados	Motivo do erros encontrados	Recomendação da Auditoria	Ação Implementada
Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Reforma Agrária	49%	As impropriedades ocorridas quando do lançamento dos dados no SIR, são provavelmente relacionadas a equívocos no entendimento das orientações da DEA.	Retificação no SIR de 2013. Para 2014 e exercícios futuros, que as informações das atividades desenvolvidas na SR sejam registradas nas planilhas modelo disponibilizadas pela DEA devendo sua publicação ser mensal no site wiki.incr.gov.br , para o monitoramento tempestivo por parte do DEA	Os dados ainda não foram corrigidos no SIR, devido ao acúmulo de trabalho do Assessor de Planejamento no final do ano e início do ano com a elaboração do RG. Os mesmos serão corrigidos no 1º semestre de 2015. A planilha do SIR e Wiki estão sendo preenchidas no tempo correto para o monitoramento da DEA.
Ação 211A – PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento.	61%	As inconsistências encontradas foi em parte o lançamento incorreto de dados, causado, provavelmente, por entendimento equivocado das orientações contidas no manual de procedimentos e em parte pela não localização/apresentação dos processos à Equipe de Auditoria.	Retificações nos registros do SIR de 2013. Para 2014 e exercícios futuros, que as informações das atividades desenvolvidas na SR sejam registradas nas planilhas modelo disponibilizadas pela DEA devendo sua publicação ser mensal no site wiki.incr.gov.br , para o monitoramento tempestivo por parte do DEA	Os dados ainda não foram corrigidos no SIR, devido ao acúmulo de trabalho do Assessor de Planejamento no final do ano e início do ano com a elaboração do RG. Os mesmos serão corrigidos no 1º semestre de 2015. A planilha do SIR tem sido preenchida no tempo correto. Já as planilhas da wiki não foram preenchidas ainda. Necessitando dos dados que a área disponibilizará.

Fonte: Relatório de Auditoria de julho/2014

7.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.

O anexo IV foi respondido considerando-se ambiente de controle interno como sendo as legislações, normas, procedimentos, reuniões de CDR e reuniões das divisões.

A Autarquia ainda não possui um sistema implantado de Gestão de Risco. Existe um Grupo de Trabalho na Sede em fase de criação e estão previstas capacitações para tratar do tema. A previsão é de que a implantação se dê até o final de 2015.

Para a Comunicação consideramos as publicações no site do Incra, no Incranet, Wiki, Publicações Oficiais, as notícias da comunicação social e etc,

As atividades de controle se confundem com o monitoramento que se dá através de sistemas internos de cada divisão, assim como o Módulo Monitoramento do SIR – Sistema de Informações Rurais, e agora também com a publicação da Wiki.

7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.

Os servidores da SR-07 estão providenciando o saneamento dos processos para inclusão no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação tanto dos créditos em andamento quanto dos finalizados, conforme o **Memorando DA/DD/PFE 378/2013**.

Foram instituídos controles para evitar cobranças desnecessárias, tais como: a) Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário); b) Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário; c) Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados); d) Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS; 6) após digitação, conferência e ajuste, se necessário.

Paralelamente a esses trabalhos, a equipe tem trabalhado também com a planilha encaminhada pela DD (Anexo 4) objetivando inserir todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito para realizar a Mala Direta e posterior inserção dessas informações nos processos individuais.

7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência.

Não houve Tomada de Contas Especiais na SR neste exercício.

7.7 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.

Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da SR para sanar o débito no âmbito interno, e também:

a) demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE;

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro conta com 02 servidores lotados na Divisão Administrativa para a instrução de processos de Tomadas de Contas Especiais – TCE, e que desempenham outras atividades administrativas além da instrução de TCE, sendo um Analista Administrativo e um Contador.

b) quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência;

Não foram encontrados fatos que pudessem gerar medidas administrativas internas.

c) quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU;

Não ocorreram fatos neste exercício.

d) quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU/71/2012;

Não ocorreram fatos neste exercício.

e) quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Não ocorreram fatos neste exercício.

8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU.

Em 30/09/14 durante a Reunião de CDR – Comitê de Decisão Regional, o Acórdão foi apresentado, lido e todas as divisões desta superintendência tomaram ciência das recomendações através da assinatura da ata pelos chefes presentes, conforme comprova a ata anexa. Desta forma, as recomendações serão seguidas doravante. No Anexo V, está a síntese geral das determinações do TCU.

8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU

A partir da análise das constatações e causas consignadas nos relatórios CGU nº. 201109243 e nº. 201305961, a CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO apresentou proposta de ações corretivas com o objetivo de contribuir para eliminar ou reduzir os problemas evidenciados.

A partir desta análise, a SR-07 elaborou o Plano de Providências Permanentes - PPP para aquelas recomendações ainda não atendidas, o que evidencia ao CGU, o compromisso da Superintendência

Regional em atendê-las. O CGU regularmente questiona a SR-07 sobre o andamento das providências, enviando ofícios com relatórios sobre o cumprimento ou não das recomendações.

No anexo VI, descrevemos as recomendações do CGU e as recomendações atendidas e ainda por atender.

8.3 Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

A UJ, no período mencionado na referida Lei, não manteve contratos vigentes com empresas que tenham sido beneficiadas pela desoneração mencionada na referida legislação.

8.4 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.926/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis

A Superintendência atualmente aluga 03 andares em prédio privado onde não existem barreiras arquitetônicas ou obstáculos que impeçam ou dificultem o acesso de portadores de necessidades especiais. Os elevadores são amplos, está disponível banheiro acessível, e, existe vaga reservada para deficientes em frente ao prédio, que inclusive é utilizada por um dos nossos servidores com necessidades especiais.

O prédio próprio da Autarquia está sendo reformado e prevê as adaptações necessárias para os portadores de necessidades especiais conforme a norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Infelizmente, a UJ não dispõe de servidor capacitado ou em capacitação na Língua Brasileira de Libras. Envidaremos esforços para buscar capacitação dessa natureza.

A Superintendência prioriza o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais (deficientes ou com mobilidade reduzida), de modo que ninguém deixou de ter seus pedidos analisados ou atendidos pela Autarquia em razão ter alguma limitação física, seja temporária ou permanente.

ANEXOS

Anexo II – complementa informações do item 6.2 – Balanço com demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	MES	
SUBTÍTULO	22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		2014	DEZ(FECHADO)	
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		EMISSÃO	PÁGINA	
			27/02/2015	1	

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2014	2013	TÍTULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	2.841.239.753,28	3.768.579.768,35	PASSIVO FINANCEIRO	2.815.850.327,25	3.737.724.065,94
CREDITOS EM CIRCULACAO	2.839.296.236,03	3.766.162.659,61	DEPOSITOS	4.998.293,64	4.710.585,21
CREDITOS A RECEBER	36.656.576,27	31.370.644,03	CONSIGNACOES	4.032.961,65	3.792.593,79
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	135.055.919,16	105.021.271,21	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	5.624,55	291.416,76
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	2.371.156.174,50	3.316.216.136,05	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	959.707,44	626.574,66
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	296.416.660,92	313.542.653,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.797.129.900,13	3.723.037.469,26
RECURSOS DA UNIAO	10.105,18	10.105,18	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	137.601.713,89	62.643.422,69
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	800,00	1.850,00	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	38.280.168,31	17.279.807,93
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.943.517,25	2.417.108,74	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	18.019.591,87	11.379.164,88
VALORES DIFERIDOS	1.943.517,25	2.417.108,74	CONVENIOS A PAGAR	5.598.426,56	2.392.879,24
ATIVO NAO FINANCEIRO	21.735.769.333,25	18.795.652.987,83	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	48.024,62	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	1.913.892.481,11	-683.093.139,17	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	685,05
CREDITOS EM CIRCULACAO	-628.408.892,35	-2.979.016.641,34	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	697.600,38	299.499,13
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-2.371.156.174,50	-3.316.216.136,05	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	21.353.229,10	9.503.813,18
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-296.416.660,92	-641.986.122,05	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	6.284.852,19	0,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	341.729.838,96	275.973.184,23	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	47.319.820,86	21.787.573,28
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.697.354.824,02	703.143.308,11	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.420.086.548,26	1.885.113.915,58
RECURSOS VINCULADOS	5,45	5,45	A LIQUIDAR	1.420.067.556,38	1.885.094.923,70
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	79.274,64	69.118,97	EM LIQUIDACAO	18.991,88	18.991,88
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.542.301.373,46	2.295.923.502,17	CREDORES DIVERSOS	187.000,00	59.719.250,00
ESTOQUES	4.107.984,08	5.717.030,37	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	654.236,12	514.420,65
TITULOS E VALORES	1.087.807.895,19	1.014.564.663,83	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	76.518.702,41	71.111.741,37
MATERIAIS EM TRANSITO	1.450.385.494,19	1.275.641.807,97	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.162.081.221,15	1.643.934.240,67
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	14.844.832.249,55	17.055.706.641,37	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	478,30	478,30
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	181.209,62	181.209,62	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.722.133,48	9.976.011,47
DEPOSITOS COMPULSORIOS	35.449,09	35.449,09	VALORES DIFERIDOS	13.722.133,48	9.976.011,47
RECURSOS VINCULADOS	145.760,53	145.760,53	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-2.037.469.702,43	-2.965.340.483,48
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	14.844.651.039,93	17.055.525.431,75	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-2.549.458.276,81	-3.477.329.057,86
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	431.702.023,42	431.702.023,42	FORNECEDORES A PAGAR	7.335.662,82	5.126.048,89
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.542.171.310,92	7.255.947.507,83	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS A RECEBER	7.830.331.628,90	9.327.454.633,06	PESSOAL A PAGAR	2.128,30	0,00
DIVIDA ATIVA (LP)	40.446.076,69	40.421.267,44	PROVISOES	25.226.439,55	46.494.000,00
PERMANENTE	4.977.044.602,59	2.423.039.485,63	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-1.162.081.221,15	-1.643.934.240,67
INVESTIMENTOS	4.531,70	4.531,70	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.162.081.221,15	-1.643.934.240,67
PARTICIPACAO SOCIETARIA	3.370,22	3.370,22	OUTROS DEBITOS A PAGAR	73.337,10	42.101,63
OUTROS INVESTIMENTOS	1.161,48	1.161,48	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	52.932,95	37.955,99
IMOBILIZADO	4.974.194.690,30	2.421.601.564,22	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.420.067.556,38	-1.885.094.923,70
BENS MOVEIS E IMOVEIS	5.011.758.736,18	2.445.054.135,23	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	511.988.574,38	511.988.574,38
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-37.564.045,88	-23.452.571,01	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	511.988.574,38	511.988.574,38
INTANGIVEL	2.845.380,59	1.588.206,28	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	431.702.023,42	431.702.023,42
DIFERIDO	0,00	-154.816,57	OBRIGACOES A PAGAR	80.286.550,96	80.286.550,96
ATIVO REAL	24.577.009.086,53	22.564.232.756,18	PASSIVO REAL	778.380.624,82	772.383.582,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 27/02/2015	PÁGINA 2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2014	2013	TÍTULOS	2014	2013
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.798.628.461,71	21.791.849.173,72
			PATRIMÔNIO/CAPITAL	21.791.834.260,97	20.891.618.212,22
			PATRIMÔNIO	21.791.834.260,97	20.891.618.212,22
			AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.026.233.934,02	2.557.839,48
			RESERVAS	6.394.751,31	14.912,75
			AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERÍODO	974.165.515,41	897.658.209,27
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	24.577.009.086,53	22.564.232.756,18
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-23.602.843.571,12	-21.666.574.546,91
ATIVO COMPENSADO	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83	PASSIVO COMPENSADO	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	48.926.763,44	44.852.298,13	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	48.926.763,44	44.852.298,13
GARANTIAS DE VALORES	55.983.236,04	37.533.655,64	VALORES EM GARANTIA	55.983.236,04	37.533.655,64
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	3.106.499.232,58	2.750.439.759,21	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	3.106.499.232,58	2.750.439.759,21
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	922.620.611,72	789.531.781,30	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	922.620.611,72	789.531.781,30
OUTRAS COMPENSAÇÕES	2.902.843.238,91	2.552.948.926,55	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	2.902.843.238,91	2.552.948.926,55
ATIVO	31.613.882.169,22	28.739.539.177,01	PASSIVO	31.613.882.169,22	28.739.539.177,01

Anexo III – **complementa informações do item 6.3** – Balanço com Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373062/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO R. JANEIRO-INCRA/SR-07				EMISSÃO 03/03/2015	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO					
ATIVO			PASSIVO			
TÍTULOS	2014	2013	TÍTULOS	2014	2013	
ATIVO FINANCEIRO	5.075.766,08	8.044.995,42	PASSIVO FINANCEIRO	5.119.623,71	8.118.468,47	
CREDITOS EM CIRCULACAO	5.075.766,08	8.044.995,42	DEPOSITOS	111.684,19	49.995,75	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	28.436,20	595.001,10	CONSIGNACOES	111.684,16	36.359,59	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	5.047.329,88	7.448.394,32	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,03	13.636,16	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	1.600,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.006.133,85	8.066.667,05	
ATIVO NAO FINANCEIRO	164.444.886,70	169.874.153,91	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.476.510,41	500.219,96	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	31.250.273,97	27.606.306,09	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	1.235.381,52	382.728,93	
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.461.493,96	-7.112.132,34	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	138.644,96	71.736,94	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-5.047.329,88	-7.448.394,32	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	0,00	685,05	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,01	0,01	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	99.664,83	44.305,26	
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	1.585.835,91	336.261,97	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.819,10	763,78	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	34.711.767,93	34.718.438,43	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.378.798,76	7.420.888,06	
ESTOQUES	69.223,14	75.893,64	A LIQUIDAR	3.378.798,76	7.420.888,06	
TÍTULOS E VALORES	34.642.544,79	34.642.544,79	CREDORES DIVERSOS	32.000,00	32.000,00	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	92.470.661,47	101.940.392,49	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	118.824,68	113.559,03	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	92.470.661,47	101.940.392,49	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.805,67	1.805,67	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.215.488,92	33.685.219,94	VALORES DIFERIDOS	1.805,67	1.805,67	
CREDITOS A RECEBER	68.255.172,55	68.255.172,55	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-3.378.798,76	-7.420.888,06	
PERMANENTE	40.723.951,26	40.327.455,33	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-3.378.798,76	-7.420.888,06	
IMOBILIZADO	40.714.463,15	40.317.967,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	41.085.711,92	40.339.151,98	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-3.378.798,76	-7.420.888,06	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-371.248,77	-21.184,76	PASSIVO REAL	1.740.824,95	697.580,41	
INTANGÍVEL	9.488,11	9.488,11	PATRIMONIO LIQUIDO	167.779.827,83	177.221.568,92	
ATIVO REAL	169.520.652,78	177.919.149,33	PATRIMONIO/CAPITAL	177.221.568,92	141.268.361,12	
			PATRIMONIO	177.221.568,92	141.268.361,12	
			AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-8.142.056,09	0,00	
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00	
			RESULTADO DO PERÍODO	-1.299.685,00	35.953.207,80	
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	169.520.652,78	177.919.149,33	
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-170.820.337,78	-141.965.941,53	
ATIVO COMPENSADO	10.827.393,83	6.399.843,24	PASSIVO COMPENSADO	10.827.393,83	6.399.843,24	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	10.827.393,83	6.399.843,24	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	10.827.393,83	6.399.843,24	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	529.540,52	509.040,52	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	529.540,52	509.040,52	
GARANTIAS DE VALORES	0,12	0,12	VALORES EM GARANTIA	0,12	0,12	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.692.360,90	1.874.040,90	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.692.360,90	1.874.040,90	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	8.605.492,27	4.016.761,68	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	8.605.492,27	4.016.761,68	
OUTRAS COMPENSACOES	0,02	0,02	COMPENSACOES DIVERSAS	0,02	0,02	
ATIVO	180.348.046,61	184.318.992,57	PASSIVO	180.348.046,61	184.318.992,57	

Anexo IV **complementa informações do item 7.4** – Avaliação do sistema de controles internos da UJ.

Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Processo: TC 021.636/2013-3	Nº 4677/2014 – TCU 2ª Câmara		
Responsável:	Item do Acórdão: 1.7		
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
1.7.1. não utilização de indicadores para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumo, descumprindo o disposto no item 2.4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012	No ano de 2014, os indicadores foram selecionados em comum acordo com as superintendências regionais durante as Oficinas de elaboração do Plano de Ação 2014 e 2015. Estes indicadores foram utilizados para aferir o desempenho da gestão, através do monitoramento mensal de nossas atividades pelo sistema de monitoria interna – SIR e foram utilizados para a elaboração do Relatório de Gestão 2014.		
1.7.2. não realização de pesquisa de preços, quando da realização das licitações, com, no mínimo, três empresas para a estimativa do valor de mercado do objeto a ser contratado, descumprindo o disposto no art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 30, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005, bem como as orientações do Tribunal de Contas da União, a exemplo daquela fundamentada no Acórdão 4.013/2008-TCU-1ª Câmara;	No ano de 2014, recebemos o servidor Alessandro Rosendo de Oliveira, SIAPE 2068950 transferido da Superintendência de Rondônia. Ele participou do curso: “Capacitação e Formação de Pregoeiro utilizando o sistema Comprasnet, organizado pela NP Capacitação e soluções tecnológicas Ltda., dias 23 e 24/07/2014, no Rio de Janeiro. E vem atuando na elaboração dos processos licitatórios de modo a garantir que sejam instruídos com toda a documentação exigida pelos normativos legais.		
1.7.3. Ausência de documentação na realização de processos licitatórios, descumprindo o disposto no art. 38, caput e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993, no art. 8º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 21, caput e incisos, do Decreto nº 3.555/2000;	No ano de 2014, recebemos o servidor Alessandro Rosendo de Oliveira, SIAPE 2068950 transferido da Superintendência de Rondônia. Ele participou do curso: “Capacitação e Formação de Pregoeiro utilizando o sistema Comprasnet, organizado pela NP Capacitação e soluções tecnológicas Ltda., dias 23 e 24/07/2014, no Rio de Janeiro. E vem atuando na elaboração dos processos licitatórios de modo a garantir que sejam		

	instruídos com toda a documentação exigida pelos normativos legais.		
Processo: TC 021.636/2013-3	Nº 4677/2014 – TCU 2ª Câmara		
Responsável:	Item do Acórdão: 1.7		
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
1.7.4. não especificação, na portaria de designação dos fiscais de contrato, do número da avença ao qual o respectivo fiscal está vinculado, descumprindo o disposto no art. 67 da Lei nº8.666/1993;	Em 30/09/14 durante a Reunião de CDR – Comitê de Decisão Regional, o Acórdão foi apresentado, lido e todas as divisões desta superintendência tomaram ciência das recomendações através da assinatura da ata pelos chefes presentes, conforme comprova a ata anexa. Desta forma, as recomendações serão seguidas doravante.		
1.7.5. Não exigência da garantia de que trata a cláusula oitava dos Contratos nº 5000/12 e 6000/12, assinados com a empresa RIGICAR Transportes e Locação de Veículos Ltda., descumprindo o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993;	Tendo em vista que a empresa não apresentou a Caução no prazo, foi notificada para cumprimento da obrigação, sob pena de não prorrogação contratual. O encerramento do contrato se deu em 31/07/2013, devido ao não atendimento da notificação, e pela inadimplência – SICAF, CADIN. Anexo Ofício/INCRA/SR (07)G/Nº 948/2013, de 24/07/2013.		
1.7.6. não inclusão dos Processos Administrativos Disciplinares – PADs instaurados pela Superintendência do Incra do Rio de Janeiro no sistema CGU-PAD, no prazo determinado no art. 4º da Portaria CGU nº 1043/2007;	A partir de julho/13 foi feito levantamento de todos os processos de PAD já instaurados nesta superintendência. Além disto, num esforço de melhoria contínua da gestão de PADs, foram contratados dois estagiários através do Convênio INCRA Sede com o Superestágio para que, além do aprendizado, possam também auxiliar nos serviços básicos do setor.		
1.7.7. utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPG, na modalidade saque, e a ausência de análise das prestações de contas dos portadores do CPGF no exercício de 2012, descumprimento o disposto nos art. 45, § 6º, e 46, caput e parágrafo único, do Decreto nº 93.872/1986	O servidor Thiago Cosme Conceição da Silveira, Analista Administrativo/Contabilidade, SIAPE: 1902961 fará capacitação com servidores da Superintendência de Tocantins no primeiro semestre de 2015 e pretendemos concluir as prestações de conta por ventura ainda pendentes até o final de 2015.	Concluir as prestações de contas do exercício de 2012.	Dez/15

Anexo VI – complementa informações do item 8.2 – Para cada deliberação da CGU

Relatório de Auditoria	201109243 06/04/2011	Item do RA		
Responsável	Ênio Luiz Mazzocchi			
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada		Ação a ser implementada	Prazo
Constatação Nº 024 - Recomendação 001: Adotar medidas que visem à separação e destinação dos resíduos recicláveis, de modo a atender o disposto no Decreto nº 5.940/2006	Foram implementadas em conjunto como o Condomínio – Edifício Roberto Antonio Campanella dos Santos, medidas de separação e destinando todos os resíduos recicláveis, em conformidade com a legislação que regula a matéria conforme o Decreto nº 5.940/2006.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14.	
Constatação Nº 030 - Recomendação 001: Reter os valores depositados em garantia pela primeira contratada Tecnopav Construção Ltda. (CNPJ 08.553.579/0001-80) e também pela segunda contratada P.F.M.P. Construtora Ltda. (CNPJ 03.080.028/0001-74).	Os valores depositados em garantia encontram-se retidos, sem autorização para saque junto ao agente financeiro.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14.	
Constatação Nº 030 - Recomendação 002: Executar as multas definidas na cláusula nona e a responsabilização civil e penal contidas na cláusula décima, parágrafo segundo do contrato nº 6000/2008 para a primeira contratada e o mesmo valendo para a segunda contratada com relação ao contrato nº 7000/2009. Reiterada pela Recomendação 65219 de 18/12/14.	A empresa TECNOPAV foi notificada através de AR que foi devolvido. Assim, estamos providenciando nova notificação via Edital no DOU, estabelecendo prazos para o pagamento da multa. Caso não haja pagamento a empresa será inscrita na dívida ativa da união, no CADIM e no SICAF, e será ajuizado processo de execução fiscal. A empresa PFMP será notificada pelo descumprimento do contrato e pagamento da multa calculada. Juntamente com a notificação será enviada a GRU. Caso não haja pagamento a empresa será inscrita na dívida ativa da união, no CADIM e no SICAF, e será ajuizado processo de execução fiscal.		Executar as multas	15/02/15
Constatação Nº 030 - Recomendação 003: Sempre que houver modificações no projeto sejam elaboradas as plantas atualizadas com as modificações e incorporadas ao processo.	Expedido Memo 334/2013 de 27/12/2013 onde o superintendente solicita que quaisquer mudanças em obras em andamento tenham suas plantas atualizadas e incorporadas aos respectivos processos administrativos..		Atendida, conforme Recomendação 65220 de 18/12/2014.	

Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Constatação N° 030 - Recomendação 004: Tomar as medidas cabíveis para que a obra seja concluída de modo que a unidade possa entrar em produção.	A obra foi concluída e inaugurada em 19/05/14, conforme reportagem anexa, publicada na página do INCRA: http://www.incra.gov.br/noticias/agroindustria-de-cana-de-acucar-sera-inaugurada-em-assentamentos-de-campos-dos-goytacazes .	Atendida pela Recomendação 65286	
Constatação N° 030 - Recomendação 005: Manter processos organizados, numerados e com todos os documentos necessários, de modo a resguardar a transparência dos atos e fatos, bem como propiciar as condições necessárias aos controles administrativos. Reiterada pela Recomendação 39204 de 18/12/14.	A Divisão de Administração fez um esforço ao longo do ano de 2014 no sentido de relacionar os processos existentes assim como verificar a sua inserção e numeração junto aos sistemas internos de controle processual do Incra. Além deste esforço, a Divisão de Obtenção está organizando internamente, com um servidor da casa curso de instrução processual que será realizado no início de 2015. E a responsável pela capacitação da SR-07 entrou em contato com a ESAF para propor uma turma fechada para o INCRA/RJ e obteve a informação que para o ano de 2014 as turmas já acabaram. Sendo assim, estamos em tratativas para conseguir organizar uma turma para todas as Divisões da SR-07 para o ano de 2015.	Capacitação sobre Instrução processual a ser realizado em 2015.	19/02/15
Constatação N° 030 - Recomendação 006: Adotar medidas no sentido de que os processos que sejam relacionados a um mesmo projeto sejam conduzidos de forma vinculada para que o andamento dos processos não fique comprometido.	A entidade emitiu o Memo nº 033/2014 determinando o acatamento da recomendação versando sobre a necessidade de condução de forma vinculada de processos que tratem do mesmo projeto.	Atendida na Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14 e na Nota Técnica 1497/2014, de 15/07/2014.	
Constatação N° 052 - Recomendação 001: Fazer gestão junto ao Órgão Central de modo a ter uma participação mais efetiva na definição dos indicadores operacionais sob a responsabilidade do INCRA/RJ.	De 25 a 27/02/2014, em Florianópolis ocorreu a Oficina de elaboração do Plano de Ação 2014 e 2015. Nesta Oficina, foram definidos pela Diretoria de Gestão Estratégica juntamente com os Asseguradores de Planejamento das superintendências regionais os indicadores operacionais objetivando monitorar as ações estabelecidas no PPA.		
Constatação N° 053 - Recomendação 001: Aprimorar os procedimentos internos da área que instaura os processos licitatórios de modo que eles contenham a fundamentação adequada para a aquisição e/ou contratação.	Foi encaminhada planilha de lotação atual x lotação ideal por meio do e-mail de 16/06/2014.	Atendida na Nota Técnica 1497/2014, de 15/07/2014.	

Relatório de Auditoria	201305961 de 05/04/2013	Item do RA		
Responsável	Frederico Perini Muniz			
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada		Ação a ser implementada	Prazo
Constatação Nº 008 - Recomendação 001: Estabelecer, de comum acordo com o órgão central, indicadores que permitam, de uma maneira padronizada, aferir o desempenho da gestão. Reiterada pela recomendação 58598, de 18/12/14 .	De 25 a 27/02/2014, em Florianópolis ocorreu a Oficina de elaboração do Plano de Ação 2014 e 2015. Nesta Oficina, foram definidos pela Diretoria de Gestão Estratégica juntamente com os Asseguradores de Planejamento das superintendências regionais os indicadores operacionais objetivando monitorar as ações estabelecidas no PPA.			15/02/15
Constatação Nº 011- Recomendação 001: Rever os procedimentos adotados para a condução dos processos licitatórios de modo a garantir que sejam instruídos com toda a documentação exigida pelos normativos legais.	No ano de 2014, recebemos o servidor Alessandro Rosendo de Oliveira, SIAPE 2068950 transferido da Superintendência de Rondônia. Ele participou do curso: “Capacitação e Formação de Pregoeiro utilizando o sistema Comprasnet, organizado pela NP Capacitação e soluções tecnológicas Ltda., dias 23 e 24/07/2014, no Rio de Janeiro. E vem atuando na elaboração dos processos licitatórios de modo a garantir que sejam instruídos com toda a documentação exigida pelos normativos legais.			
Constatação Nº 011- Recomendação 002: Especificar na Portaria de designação dos fiscais o contrato ao qual estão vinculados.	A ordem de serviço designando os fiscais já foi elaborada.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14 e Nota Técnica 1497/2014, de 15/07/2014.	
Constatação Nº 021 - Recomendação 001: Rever rotinas de trabalho do servidor designado par a gestão do sistema CGU-PAD, de modo que essa atividade seja adequadamente desempenhada.	Atualmente são lotados dois servidores no setor de Planejamento e Controle. Além disso, já foram contratados dois estagiários através do Convênio INCRA Sede com o Superestágio para que, além do aprendizado, possam também auxiliar nos serviços básicos do setor.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014 (16/01/14) e 1497/2014 (15/07/14)	
Constatação Nº 021 - Recomendação 002: Levantar todos os PADs instaurados pela Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro pendentes de inserção no sistema CGU-PAD e providenciar a inserção, seguindo, quanto ao prazo, o disposto no art. 4º da Portaria CGU nº 1043/2007.	A partir de julho/13 foi feito levantamento de todos os processos de PAD já instaurados nesta superintendência. Além disto, num esforço de melhoria contínua da gestão de PADs, em Novembro/14 em Mato Grosso do Sul o INCRA promoverá capacitação na qual os servidores do Rio de Janeiro, responsáveis pelo controle e gestão destes processos participarão.			31/01/15

Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Constatação Nº 022 - Recomendação 001: Concluir todas as prestações de contas de CPGF, inserindo documentos tais com: solicitações de aquisição/contratações de serviços, justificativa para cada ato de saque, GRU com devolução de valores sacados acima da despesa, aprovação de ordenador de despesa da prestação de contas, documentos comprobatórios originais da aquisição do material ou do serviço contratado organizados por elemento de despesa e ordenados por data de emissão atestados pelo demandante da despesa, numeração contínua das páginas e faturas fornecidas pela instituição operadora do Cartão. Reiterada pela recomendação 58693, de 18/12/14.	O servidor Thiago Cosme Conceição da Silveira, Analista Administrativo/Contabilidade, SIAPE: 1902961 fará capacitação com servidores da Superintendência de Tocantins no primeiro semestre de 2015 e pretendemos concluir as prestações de conta por ventura ainda pendentes até o final de 2015.	Concluir as prestações de contas do exercício de 2012.	15/02/15
Constatação Nº 022 - Recomendação 002: Capacitar os servidores da área de controle dos gastos com CPGF para que sigam as legislações vigentes, especialmente em relação à restrição do uso da modalidade saque. Reiterada pela recomendação 58694, de 18/12/14.	O servidor Thiago Cosme Conceição da Silveira, Analista Administrativo/Contabilidade, SIAPE: 1902961 fará capacitação com servidores da Superintendência de Tocantins no primeiro semestre de 2015 e pretendemos concluir as prestações de conta por ventura ainda pendentes até o final de 2015.	Capacitar o servidor responsável pelo controle do CPGF.	15/02/15
Constatação Nº 031 - Recomendação 001: Solicitar a devolução dos recursos que tiveram seus ressarcimentos interrompidos pelo servidor matrícula SIAPE nº 156934, no valor de R\$ 5.315,64.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14.	
Constatação Nº 031 - Recomendação 002: Iniciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente nas seguintes rubricas: a) 00073 – antecipação de férias – servidor Matrícula SIAPE nº 717910, no valor de R\$ 632,19; b) rubrica 005 SEQ.1 – vencimento básico ou provento informado, no valor total de R\$ 133.749,21 a seguir discriminados: b1) servidor matrícula SIAPE nº 0721205; no valor de R\$ 22.633,68; b2) servidor matrícula SIAPE nº 0721532, no valor de R\$ 33.851,64; b3) servidor matrícula SIAPE nº 0721571; no valor de R\$ 5.038,65; b4) servidor matrícula SIAPE nº 0721763; no valor de R\$ 72.225,24. c) 00700 – assistência pré-escolar pelo servidor matrícula SIAPE nº 0722053, no valor de R\$ 801,00.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14.	
Constatação Nº 031 - Recomendação 003: Promover os ajustes nos dados dos servidores matrícula SIAPE nos 0721201; 0721208; 0721220; 0721277; 0721296; 0721323; 0721381; 0721390; 0721448; 0721586; 0721822; 0727109; 0727118; 0727160; 0727177; 0727194; 0727261 e 1051538.		Atendida Pela Nota Técnica 107/2014, de 16/01/14.	

Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Constatação Nº 031 - Recomendação 004: Estabelecer, dentro do planejamento estratégico da unidade, prazos de permanência mínima de recursos humanos nos postos chave de cada setor, especialmente no de Recursos Humanos.	A superintendência tem mantido os servidores nos postos chaves de cada setor e os mesmos só estão sendo transferidos de suas funções por motivos de força maior ou pedido motivado de afastamento da função.	Atendida pela recomendação 58697 de 18/12/15.	31/01/15
Constatação Nº 031 - Recomendação 005: Estabelecer rotinas de conferência, que contemplem mais de um servidor, dos lançamentos feitos no SIAPE.	As rotinas de conferência de levantamento do sistema SIAPE são realizadas diariamente pelos servidores de RH conforme as demandas diárias de lançamentos. Após o lançamento, os mesmos são verificados e reconferidos no dia da homologação da folha de pagamento. Todos os servidores do RH estão habilitados para realizar as rotinas do SIAPE referentes a Cadastro ou Pagamento e todos possuem o token para tal.	Atendida pela recomendação 58698 de 18/12/15.	31/01/15
Constatação Nº 031 - Recomendação 006: Providenciar revisão das ordens de serviços que estabeleçam atribuições e responsabilidade dos agentes responsáveis pela regularidade dos pagamentos e pelo cumprimento da legislação na área de pessoal.	A Ordem de Serviço nº 36/2014 foi encaminhada para publicação. Ela vem substituir a Ordem de Serviço nº 25/2010, uma vez que alguns servidores faleceram e outros mudaram de setor. Nesta OS estão listadas todas as atribuições dos servidores do RH e todos encontram-se aptos a realizar as tarefas citadas.	Atendida pela recomendação 58699 de 18/12/15.	31/01/15
Constatação Nº 031 - Recomendação 007: Providenciar a capacitação dos servidores que atuam na aplicação da legislação de pessoal.	O servidor Eudes Silva Américo Junior, SIAPE 1552823 participou do Curso “Folha de Pagamento e Reforma da Previdência”, realizado de 29/09 a 03/10/14 no Rio de Janeiro, conforme certificado em anexo.	Atendida pela recomendação 58700 de 18/12/15.	31/01/15

Observação: A SR-07 recebeu Relatório de Recomendações emitidas em 18/12/14 pelo Chefe da Controladoria Regional da União do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Fabio do Valle Valgas da Silva que reitera algumas recomendações e considera outras atendidas, conforme citado na tabelas acima.

Anexo VII – Descrição dos Indicadores dos itens 3.1.5, 3.2.9, 3.3.6 e 5.4

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de área ocupada por imóveis cadastrados em relação à superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede.
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha)}}{\text{(ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede}} \times 100.$
Unidade de Medida	percentual de área (ha) ocupada por imóveis cadastrados.
Observação	
Fonte	SNCR

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de análise de processos de Certificação de imóveis</i>
Descrição e forma de análise	percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício}}{\text{número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação}} \times 100.$
Unidade de Medida	percentual de processos analisados
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Regularização Fundiária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício em relação ao número total de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício.
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{número de imóveis regularizados e titulados no exercício}}{\text{número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR ou Sede}} \times 100.$
Unidade de Medida	percentual de imóveis regularizados
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de gastos com Obtenção de Terras</i>
Descrição e forma de análise	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício em relação pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos, em hectares, no exercício.
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício}}{\text{área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede}}.$
Unidade de Medida	R\$/há
Observação	Neste indicador não serão contabilizados os pagamentos de complementação judicial das áreas, sendo assim, pode haver uma subestimação do valor total pago. Também é importante frisar que apenas o pagamento de TDA já leva a área para o cálculo do indicador, não necessariamente tendo efetuado o pagamento das benfeitorias e das sobras de TDA no exercício. No cálculo do Indicador se soma o custo total da terra nua e benfeitoria, vinculada ao PO 02.
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Fórmula de Cálculo	número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de Licenças protocoladas
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.
Fórmula de Cálculo	número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de Licenças em vigor
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Acesso à água para consumo doméstico</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Observação	
Fonte	Módulo de Monitoramento – SIR e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento de PDA/PRA</i>
Descrição e forma de análise	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA
Fórmula de Cálculo	Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de projetos com PDA/PRA.
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso à moradia nos assentamentos</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação, MCid e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção.</i>
Descrição e forma de análise	Quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.
Fórmula de Cálculo	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.
Unidade de Medida	Número de Contratos
Observação	
Fonte	MDA e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento de Assistência Técnica</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica, em relação ao número total de famílias assentadas (exceto em assentamentos consolidados).
Fórmula de Cálculo	número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica, dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Observação	Nos casos de recontração do serviço para um mesmo projeto de assentamento, ou aditivo de prazo, será necessária a apuração junto à SR para verificar eventual duplicação da família contabilizada.
Fontes	- Contratos: SIATER; - Convênios e contratos anteriores à Lei de ATER: Planilha de Detalhamento – DEA. - Contratos RS: SAMA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Renda média das famílias (por amostragem)</i>
Descrição e forma de análise	
Fórmula de Cálculo	
Unidade de Medida	
Observação	Indicador ainda sem fonte definida.

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Parcelas Supervisionadas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 71/2012, em relação ao número total de parcelas.
Fórmula de Cálculo	número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012, dividido pelo número total de parcelas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual do número de parcelas supervisionadas
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Consolidação de Assentamentos</i>
Descrição e forma de análise	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias em PA (s) consolidados
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Abrangência de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de servidores capacitados em relação ao número total de servidores
Fórmula de Cálculo	número de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividido pelo número total de funcionários, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de servidores capacitados.
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir de mais de uma oportunidade de capacitação.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Horas de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Quantidade de horas de capacitação de servidores (oportunidades de capacitação usufruídas) em relação ao número total de servidores.
Fórmula de Cálculo	número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores, dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR ou Sede.
Unidade de Medida	Percentual de horas de capacitação por servidor.
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir mais de uma oportunidade.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE